

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
CAMPUS PATO BRANCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ÉLISTER LÍLIAN BRUM BALESTRIN

**AS ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO  
PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO

2014

ÉLISTER LÍLIAN BRUM BALESTRIN

**AS ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO  
PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Hieda Maria Pagliosa Corona/UTFPR

Co-orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rozane Marcia Triches/UFFS

PATO BRANCO

2014

B184e Balestrin, Élister Lílian Brum.

As estratégias de inserção dos agricultores familiares no Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques / Élister Lílian Brum Balestrin. -- 2014.

151 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Profa. Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona

Coorientador: Profa. Dra. Rozane Marcia Triches

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, PR, 2014.

Bibliografia: f. 126 – 135.

1. Agricultura familiar. 2. Alimentação escolar. 3. Estratégias. I. Corona, Hieda Maria Pagliosa, orient. II. Triches, Rozane Marcia, coorient. III. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. IV. Título.

CDD (22. ed.) 330

---

## **TERMO DE APROVAÇÃO Nº 49**

### **Título da Dissertação**

**As estratégias de inserção dos agricultores familiares no Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques**

### **Autor**

**Élister Lilian Brum Balestrin**

Esta dissertação foi apresentada às 14 horas do dia 17 de fevereiro de 2014, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O autor foi arguido pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Profª Dra Hieda Maria Pagliosa Corona - UTFPR  
Presidente

Profª Dra Islândia Bezerra - UFPR  
Examinador

Profª Dra Rozane Marcia Triches – UFFS  
Examinador

Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi – UTFPR  
Examinador

Visto da Coordenação

Profª Dra Maria de Lourdes Bernartt  
Vice-coordenadora do PPGDR

**O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do PPGDR.**

**A Deus, que permite minha vida e estás a guiar e iluminar meus  
passos...**

## AGRADECIMENTO

Esta dissertação não é somente o resultado de uma conquista pessoal, mas fruto de muitas contribuições, relações e colaborações, que envolveram pessoas mais que queridas aos quais dou os meus agradecimentos. Sem a presença de cada uma delas, tenho a certeza que os frutos colhidos pelo meu trabalho seriam outros.

Ao meu esposo e grande amigo companheiro, por compreender tantas vezes minha ausência, minhas angustias e minhas ansiedades. Por continuar a me apoiar em minhas decisões e me incentivar a seguir em frente.

Aos meus pais que sempre incentivaram o estudo e proporcionaram as melhores condições para a realização do mesmo. E que, acima de tudo, ensinaram-me os principais valores da vida. Mostram-me a cada dia o exemplo de vivência. A pessoa que hoje sou é devido aos seus exemplos diários de dedicação, humildade e luta.

A minha adorável irmã que sempre acreditou em meu potencial e que está sempre presente nos momentos importantes e necessários de minha vida, me apoiando e me dando forças para continuar.

Aos colegas e amigos conquistados na turma do mestrado. Tenho muito a agradecer as pessoas que de alguma forma tornaram esse processo prazeroso, tanto nas contribuições científicas, como nos atos de solidariedade para ajudar-me e nas risadas para descontrair. Em especial, as minhas companheiras de estrada Álaba e Leila.

Ao todos os queridos professores do programa que contribuíram com um pedacinho de conhecimento dessa pesquisa. Especialmente a minha orientadora por sua dedicação. Obrigada por essa iluminação e ar contagiante de confiança, serenidade e vitória. Admiração eterna pela grande pessoa e profissional que és.

A minha querida coorientadora e grande inspiradora de metas, pela sua contribuição e seu auxílio no traçar de meus passos durante toda a dissertação. Ensinou-me a querer seguir e conhecer mais para compreender e concretizar esse sonho. Gratidão e admiração sempre.

Aos prefeitos de Capitão Leônidas Marques - Claudiomiro Quadri e Ivar Barea - e toda a equipe da Secretaria de Educação por me permitir a realização dessa pesquisa.

Aos membros da banca, pelo interesse e contribuições para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Finalmente a todos os agricultores familiares que entrevistei pela sua atenção e disponibilidade em me receber para a coleta dos dados.

O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e  
semeando, no fim terás o que colher.

*Cora Coralina*



## RESUMO

BALESTRIN, Éliester Lílian B. As estratégias de inserção dos agricultores familiares no Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.

O presente trabalho tem por objetivo analisar as estratégias de inserção dos agricultores familiares no Programa de Alimentação Escolar (PAE) de Capitão Leônidas Marques - PR. Para tal, foi realizada uma pesquisa com 19 agricultores familiares, visando caracterizar quem são os agricultores que acessaram o PAE do município entre 2010-2012; identificar se a adesão do agricultor familiar a esse mercado institucional promoveu mudanças e adaptações no processo produtivo para se adequar as normas do PAE; evidenciar os interesses que conduzem os agricultores familiares ao Programa e como esses conseguem atender as demandas e, com isso, intensificam a relação com o mercado. Constatou-se que, os agricultores entrevistados estão organizados de forma individual e contam com apoio da gestão do Programa no município para enfrentar as adequações às normas e ao processo burocrático que envolve o acesso ao PAE. Adaptaram-se as necessidades da logística de entrega e a organização produtiva de acordo com o proposto pelo funcionamento do Programa. Por conseguinte, são agricultores que mantêm particularidades enquanto um formato social que não se define apenas pelas relações com o mercado, porque a relação terra, trabalho e família contem um patrimônio que é material, mas também sociocultural e está presente nas estratégias de inserção desses fornecedores na alimentação escolar. Esses agricultores familiares criam estratégias no sentido de dinamizar a produção contando com as condições necessárias e disponíveis para desempenhar seu trabalho, como o espaço para plantar e a mão de obra necessária para garantir renda familiar suficiente para sua reprodução. Evidenciou-se que os interesses que conduzem os entrevistados a acessarem o PAE estão relacionados à venda garantida com bons preços, agregação de valor ao seu produto com possibilidade de abertura a outros mercados e o reconhecimento social do agricultor familiar como fornecedor de alimentos de qualidade. Portanto, os agricultores entrevistados são motivados pelo desejo de continuar como fornecedores individuais devido à facilidade de negociação, garantia de preço, venda direta, agilidade no processo de venda e recebimento, além de aprovação do modelo de compra da agricultura familiar para o PAE. São atores sociais que demonstraram ser capazes de atenderem as demandas impostas pelas regras deste mercado, criando suas próprias estratégias de permanência nos mercados institucionais.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Alimentação escolar. Estratégias.

## ABSTRACT

BALESTRIN, Élister Lílian B. The insertion strategies of family farmers in School Feeding Program of Capitão Leonidas Marques. 2014. 151 p. Dissertation (Master's Degree in Regional Development) – Graduate Program in Regional Development, Universidade Tecnológica Federal do Parana. Pato Branco, 2014.

This current study aimed to analyze the strategies of insertion of family farmers in School Feeding Program (PAE) of Capitão Leonidas Marques - PR. To this end, a survey of 19 farmers was conducted. We sought to further to characterize whom are farmers who accessed the PAE of the county from 2010-2012, identifying the membership of the family farmer to that promoted institutional market changes and adaptations in the production process to suit the standards of PAE; highlight the concerns that lead farmers familiar with the program and how these can meet the demands and thereby intensify the relationship with the market. It was found that respondents farmers are organized individually and have the support of program management in the municipality to address the adjustments to the rules and the bureaucratic process involving access to PAE. Adapted to the needs of the logistics of delivery and productive organization according to the proposed operation of the program. Consequently, farmers are keeping particularities as a social form that is not defined only for relations with the market, because the relationship land, labor and family contains a heritage that is material, but also sociocultural and is present in the strategies of integration of these suppliers in school. These farmers create strategies to boost production relying on the necessary and available to perform your job, as the space to plant and manpower required to ensure sufficient reproduction household income conditions. Showed that the interests that lead respondents to access the PAE are related to guaranteed sale with good prices, adding value to your product with the possibility of opening other markets and social recognition of the family farmer as a supplier of quality food. Therefore, the farmers interviewed are motivated by the desire to continue as individual suppliers due to the ease of trading, price guarantee, direct selling, efficient sales and receiving process, and approval of purchase model of family farming for PAE. Are social actors who demonstrated able to meet the demands imposed by the rules of the market, create their own strategies for staying in institutional markets.

Keywords: Family farming. School feeding. Strategies.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de moradores por estabelecimento agrícola.....	75
Gráfico 2 - Número de pessoas por estabelecimento que trabalham na agricultura familiar.....	76
Gráfico 3 - Área (ha) dos estabelecimentos agrícolas.....	78
Gráfico 4 - Área destinada a produção para o Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques.....	79
Gráfico 5 - Atividade de maior renda.....	80
Gráfico 6 - Percentual de representatividade do fornecimento para o Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques na renda total de cada família.....	81
Gráfico 7 - Participação nos processos de credenciamento para agricultura familiar de 2010 a 2012.....	84
Gráfico 8 - Número de participantes nos processos de credenciamento para agricultura familiar de 2010 a 2012.....	85
Gráfico 9 - Tipos de agregação ao acesso aos mercados da agricultura familiar.....	93
Gráfico 10 - Opinião quanto à formação de cooperativa entre os participantes do PAE Capitão Leônidas Marques.....	113

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estabelecimentos agropecuários e área segundo atividades econômicas.....	64
Tabela 2 - Faixa etária dos envolvidos com a produção para o Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques - 2010 a 2012.....	73
Tabela 3 - Grau de escolaridade dos envolvidos com a produção para o Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques - 2010 a 2012.....	74
Tabela 4 - Participação na vida da comunidade e do município dos agricultores familiares fornecedores do Programa de Alimentação Escolar - 2010 a 2012.....	83
Tabela 5 - Quantidades totais no ano de 2012 de culturas produzidas pelos fornecedores do PAE, quantidades adquiridas para atender o PAE e o número de agricultores familiares que as produzem.....	86
Tabela 6 - Quantidades totais no ano de 2012 de criação de animais dos fornecedores do PAE, quantidades adquiridas para atender o PAE e o número de agricultores familiares que os criam.....	88
Tabela 7 - Quantidades totais no ano de 2012 de derivados da produção agropecuária produzidos fornecedores do PAE, quantidades adquiridas para atender o PAE, e o número de agricultores familiares que os produzem.....	89
Tabela 8 - Quantidade de culturas ( <i>commodities</i> ) produzidas e o número de agricultores familiares produtores que fornecem para o Programa de Alimentação Escolar - 2010 a 2012.....	91
Tabela 9 - Número de agricultores familiares conforme os tipos de adubação por produtos adquiridos para o Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques - 2010 a 2012.....	96

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Vantagens e desvantagens citadas pelos agricultores entrevistados em relação à participação ou não participação em cooperativas.....	115
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa localização de Capitão Leônidas Marques/PR.....	61
-----------------------------------------------------------------	----

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Material elaborado pelos alunos em homenagem a agricultura familiar .....	67
Fotografia 2 - Exposição pelos fornecedores dos seus gêneros alimentícios que são adquiridos pela alimentação escolar.....	68
Fotografia 3 - Ações de educação nutricional em um Centro de Educação Infantil do município – monitor.....	106
Fotografia 4 - Ações de educação nutricional em um Centro de Educação Infantil do município – aluno.....	107
Fotografia 5 - Propriedade de um dos agricultores entrevistados.....	118
Fotografia 6 – Estufas na propriedade de um dos agricultores entrevistados.....	119

## LISTA DE SIGLAS

ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
APM: Associação de Pais e Mestres  
CAE: Conselho de Alimentação Escolar  
CNA: Comissão Nacional de Alimentação  
CNAN: Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição  
CNAE: Campanha Nacional de Alimentação Escolar  
CNME: Campanha Nacional de Merenda Escolar  
CNSA: Conferência Nacional de Segurança Alimentar  
CONSEA: Conselho de Segurança Alimentar  
DHAA: Direito Humano à Alimentação Adequada  
DAP: Declaração de Aptidão ao Pronaf  
EE: Entidade executora  
EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
FAO: Food and Agriculture Organization  
FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
LOSAN: Lei orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional  
MAPA: Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MP: Ministério Público  
MS: Ministério da Saúde  
OMS: Organização Mundial da Saúde  
ONG: Organização Não Governamental  
ONU: Organização das Nações Unidas  
PAA: Programa de Aquisição de Alimentos  
PAE: Programa de Alimentação Escolar  
PPGDR: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNAN: Plano Nacional de Alimentação e Nutrição  
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar



SAMMAR: Sociedade de Amparo ao Menor Marquense

SAN: Segurança Alimentar e Nutricional

SFCI: Secretaria Federal de Controle Interno

SIM: Serviço de Inspeção Municipal

SISAN: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUDE: Superintendência de Desenvolvimento Educacional

TCU: Tribunal de Contas da União

TCLE: Termo de consentimento livre e esclarecido

UNICEF: United Nations Children's Found

UTFPR: Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>20</b>
<b>1 ABORDAGEM TEÓRICO E METODOLÓGICA.....</b>	<b>26</b>
1.1 MODERNIZAÇÃO E RECONFIGURAÇÃO SOCIAL NO MEIO RURAL: AS ESTRATÉGIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	26
1.2 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	38
1.3 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	53
1. 3. 1 Delineamento.....	53
1. 3. 2 População/Amostra.....	55
1. 3. 3 Fases da pesquisa.....	56
<b>2 ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE CAPITÃO LEONIDAS MARQUES.....</b>	<b>60</b>
2.1 CAPITÃO LEONIDAS MARQUES - AGRICULTURA FAMILIAR E SEU PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	60
2.2 QUEM SÃO OS AGRICULTORES FAMILIARES FORNECEDORES DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	72
2.3 OS ALIMENTOS FORNECIDOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	85
2.4 OS INTERESSES CONDUTORES AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	101
2.5 INSERÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	108
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>120</b>
<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>126</b>
APÊNDICE A – TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO.....	136
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	143

ANEXO A - MODELO DE PROJETO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	144
ANEXO B - LISTAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ADQUIRIDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	146
ANEXO C - PROJETO AO COMITE DE ÉTICA.....	151

## APRESENTAÇÃO

Cabe ressaltar que a opção por este mestrado, o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), e o trabalho dissertativo para além de cumprir com um requisito acadêmico, o objetivo principal diz respeito ao próprio trabalho profissional, e acima de tudo ao encantamento pela alimentação escolar. Segue-se que são nove anos de experiência como nutricionista na área social, diretamente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, que foi iniciado no estágio extracurricular realizado na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Nessa ocasião tive a oportunidade de perceber a magnitude da alimentação escolar. A qual ao longo do tempo desperta novos desafios, novas mudanças e novas condutas nas formas trabalhadas. Que a partir de 2009, em meu local de trabalho, o qual estou há seis anos, e por sinal é o caso estudado nesta dissertação, me deparei com a necessidade de conhecer melhor a conexão do PNAE e agricultura familiar. Tal interesse surgiu na tentativa de resolver nuances surgidos no cotidiano vivido no ambiente de trabalho, tais como compreender as estratégias realizadas pela agricultura familiar, seu processo produtivo, enfim toda sua dinâmica de incorporação no mercado proporcionado pela alimentação escolar. Então fazer o mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), de Pato Branco, e poder aliar minha prática se configurou numa perspectiva para traçar nobres caminhos. Foi uma escolha por todos estes significados e uma oportunidade de diálogo, de estudos, pesquisas, trocas de experiências, enfim. No entanto, para se dedicar a pesquisa, concomitante com o trabalho cotidiano que remete a uma forte demanda de dedicação, apresentei dificuldades e enfrentei muitos desafios para responder as exigências e formalidades da academia. É até possível que os mesmos podem não ter sido plenamente atingidos, principalmente, por dificuldade de desprender-me do campo de trabalho e dar conta de ser a pesquisadora. Mas, fica a convicção de que para as atividades vivenciadas e para a reflexão em torno do tema, houve engajamento que permitiu tanto evoluir no entendimento sobre a alimentação escolar do município como apontar possíveis soluções para os problemas evidenciados.

## INTRODUÇÃO

O processo de modernização agrícola conduziu à pretensa substituição da agricultura tradicional pela mecanizada, movendo-se para a expansão capitalista, induzindo a adaptação de novas formas de produzir que alteraram o modo de vida camponês. Neste cenário, parcela significativa da população rural deslocou-se para as cidades em busca de sua sobrevivência e, no rural, ocorreu uma redefinição da estrutura socioeconômica da agricultura.

Delgado (1985) atribui ao movimento do fluxo migratório do campo para a cidade a intensificação da urbanização motivada pela industrialização, que passa a demandar mão de obra ao mesmo tempo em que intensifica a necessidade de alimentos, promovendo a valorização de terras agrícolas e do solo urbano. No campo há mudança da base técnica da agricultura que consiste na incorporação de insumos e equipamentos industrializados, substituindo o modo de produção tradicional. No processo de transformação campo-cidade são notáveis as consequências ambientais e sociais, como o aumento da pobreza e degradação ambiental.

Neste contexto, o hábito de se alimentar modificou-se, tornando-se uma relação predominantemente indireta com a natureza, porque se recorre ao mercado para acessar o alimento, inclusive por parte dos agricultores, que no passado viviam dos alimentos que colhiam. Hoje muitos deixam de produzir para si e produzem para o grande fazendeiro ou para o mercado, disponibilizando sua força de trabalho para poder comprar alimentos industrializados nem sempre suficientes e saudáveis (BRANDÃO, 1995).

O consumo crescente de produtos industrializados ou semipreparados fez com que uma parte cada vez mais importante da produção agrícola acabasse por seguir outros circuitos, passando de um bem final de consumo a um insumo para a indústria de alimentos e, daí, para os locais de comercialização (BELIK et al, 2001).

Ao correlacionar a transformação do mercado globalizado e alimentação saudável cada vez mais se fazem necessário à preocupação com a quantidade e qualidade adequadas, para que assim seja garantida uma alimentação saudável. Nesse sentido é que o fortalecimento da agricultura familiar fomentando a diversidade alimentar é fundamental.

Com base nessa relação toma-se nota da importância de estratégias para reformulações de ações públicas no campo da alimentação para enfrentar os problemas nutricionais, ao mesmo tempo, como possibilidade para o desenvolvimento sustentável. As ações pautadas na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) estabelecem duas dimensões que se expressam em dois componentes básicos: um relacionado à produção, disponibilidade, comercialização e acesso ao alimento; o outro relacionado às práticas alimentares e à utilização biológica do alimento (CONSEA, 2004).

Maluf (2007), a partir desses componentes propõe um modelo agroalimentar mais sustentável, que aproxime a produção de pequenos agricultores familiares e o consumo de alimentos, contribuindo para uma reconexão na cadeia alimentar e uma relação mais estreita entre produtor e consumidor. Assim, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) passa a ser um dos focos da análise, propiciando a base para a aproximação de produção e consumo.

O PNAE é um Programa que existe desde 1955, sendo uma das mais antigas e permanentes intervenções governamentais federais de suplementação alimentar no âmbito das políticas social e assistencial do país (SPINELLI; CANESQUI, 2002). O qual tem como objetivo suprir as necessidades nutricionais dos estudantes durante permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar, assim como para a formação e promoção de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2011).

Sendo uma política estruturante<sup>1</sup> da SAN no nosso país, o PNAE visa reverter o quadro de insegurança alimentar, resultantes de condições sociais, culturais e econômicas, não se limitando, portanto, a uma ação assistencialista de distribuição de alimentos. Atua na consolidação da produção interna de alimentos, diversificando e buscando a identidade local ou regional, ao mesmo tempo em que cria um mercado institucional para a agricultura familiar (FROELICH, 2010).

Esta percepção que orienta as ações do governo foi fortalecida com a promulgação da Lei nº 11.947/2009. Esta Lei, semelhante ao que se percebeu com

---

<sup>1</sup> Entende-se como política estruturante aquela que forneça condições econômicas, ao mesmo tempo, que possa criar mecanismos dinâmicos em outras áreas da economia, como a produção e a distribuição de alimentos.

a instituição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>2</sup>, torna-se um novo marco nas políticas públicas relativas a SAN, porque passa a fortalecer a agricultura familiar, a partir do momento em que torna obrigatória a utilização de no mínimo 30% do valor repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) às entidades executoras, para a aquisição de gêneros alimentícios desses fornecedores (BALESTRIN, et al, 2013).

Anterior a esta Lei, as compras com recurso recebido para execução do Programa tinha como obrigatoriedade seguir os preceitos legais de isonomia e concorrência, no entanto, com a fixação da nova exigência abre-se um precedente histórico para o agricultor familiar: dispensa-se o processo licitatório. Desta forma, conquista-se a criação de novos mercados institucionais para a agricultura familiar, a valorização da produção local e regional, preservando aspectos sociais, culturais e ambientais e estimulando o desenvolvimento econômico, cultural e social. O que corrobora com o citado por Belik e Chaim (2009) de que as políticas estruturais podem modificar as bases sociais e culturais da população.

No entanto, evidencia-se que todas essas modificações, por mais singelas que possam parecer, apresentam resistências e temporalidades diferentes, tanto do poder público como dos agricultores, para se atingir os objetivos propostos. Nesse sentido, faz-se necessário compreender quais são as estratégias de inserção utilizadas pelos agricultores familiares para acessarem o mercado proporcionado pela alimentação escolar e quais os resultados desta inserção frente aos mecanismos de adaptação impostos por esse mercado.

Salienta-se que as políticas públicas devem ser frequentemente avaliadas para sua reelaboração e/ou aperfeiçoamento, além de considerar que ainda são poucas as pesquisas que abordam o papel desse Programa como política estruturante, visto que muitos municípios brasileiros, mesmo os com base agrícola, apresentam dificuldades de implementação dos objetivos propostos pelo Programa, principalmente, no que se refere às estratégias dos agricultores familiares para se adequarem a Lei nº 11.947/2009.

---

<sup>2</sup> Programa que tem como objetivo garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 2006).

A compreensão de tais estratégias torna-se fundamental para se caminhar em direção à construção de estratégias alimentares que possibilitem inovações promissoras no fortalecimento da agricultura familiar propiciando a criação de hábitos e práticas alimentares saudáveis, em uma espécie de simbiose emancipadora.

Diante do exposto, analisou a partir de um estudo de caso a experiência do Programa de Alimentação Escolar (PAE)<sup>3</sup> de Capitão Leônidas Marques/PR. Essa escolha não foi ocasional, mas sim intencional, visto que a autora do presente estudo é a nutricionista responsável técnica do PAE do município. Mas, acima de tudo, salienta-se que esta escolha ocorreu em virtude de que este local apresenta os agricultores inseridos no PAE como fornecedores individuais e não como cooperados ou associados. Esta diferença é primordial neste estudo, visto que apesar de intercorrências estes vêm buscando estratégias para tentar adequar-se ao cenário da Lei nº 11.947/2009, mesmo sem suportes organizativos formalizados.

A questão principal que orienta a pesquisa é: quais são as estratégias de inserção dos agricultores familiares no Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional?

Derivado dessa questão principal estabelece outros questionamentos: quem são os agricultores que acessaram o PAE de Capitão Leônidas Marques entre 2010-2012? A adesão do agricultor familiar a esse mercado institucional promove mudança e adaptações no processo produtivo para se adequar as normas do PAE? Quais são os interesses que conduzem os agricultores familiares ao Programa? Como esses fornecedores se inserem, conseguem atender as demandas e se promover na relação do agricultor com o mercado?

No contexto destas reflexões e no desejo de compreender as nuances da realidade que compõe o estudo é que esta dissertação foi construída. A pesquisa está inserida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco, o qual tem como objetivo construir espaço para a práxis relativa à teorização que ocorrem na interface entre sociedade e natureza, além da produção e difusão do conhecimento científico, numa perspectiva interdisciplinar que venha a contribuir com o desenvolvimento regional em bases sustentáveis.

---

<sup>3</sup> Ao se referir ao Programa executado em nível municipal optou-se no estudo por utilizar a denominação PAE. Já para a política nacional foi referendado como PNAE.



Neste sentido, para que a pesquisa viesse a atender aos objetivos do PPGDR e suscitasse um olhar aprofundado sobre o estudo, procurou-se apontar possíveis encaminhamentos para superar os gargalhos identificados na relação dos agricultores familiares com o Programa. Assim, o objetivo geral proposto foi de analisar as estratégias de inserção dos agricultores familiares no Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional.

Como objetivos específicos:

- ✓ Caracterizar as condições socioeconômicas dos agricultores familiares envolvidos no Programa;
- ✓ Identificar o processo produtivo dos alimentos fornecidos pelos agricultores familiares ao Programa;
- ✓ Evidenciar quais os interesses que conduzem os agricultores familiares a participarem do Programa;
- ✓ Verificar as ações realizadas pelos agricultores familiares para se inserir no Programa;
- ✓ Avaliar os resultados da inserção considerando a permanência ou exclusão dos agricultores familiares no Programa.

Para atender aos objetivos propostos, a presente dissertação foi estruturada em dois capítulos:

O capítulo I apresenta as reflexões teóricas que fundamentaram as escolhas metodológicas da pesquisa, o que se deu a partir do debate do processo de modernização da agricultura até a formulação de estratégias por parte dos agricultores familiares frente ao mercado institucional do PNAE. Ou seja, esse capítulo foi construído no sentido de dar ênfase às discussões que permeiam a agricultura familiar inserida no contexto do Programa de Alimentação Escolar a luz da SAN. Ainda no primeiro capítulo consta o detalhamento da abordagem metodológica e das técnicas de pesquisa, com a justificativa das escolhas realizadas pela pesquisadora. Desta forma o capítulo encontra-se subdividido em três partes: modernização e reconfiguração social no meio rural: as estratégias da agricultura familiar; o PNAE no contexto da SAN; e os caminhos metodológicos escolhidos.

Já no capítulo II, primeiramente procura-se identificar o contexto histórico e social, bem como, o meio físico no qual vivem os agricultores familiares pesquisados - o município caso: Capitão Leônidas Marques. Em seguida são apresentados os

resultados da pesquisa detalhando as estratégias dos agricultores familiares no contexto do PAE de Capitão Leônidas Marques.

Por fim, destina-se a parte subsequente às considerações finais do presente do estudo.

## **CAPÍTULO I**

### **1 ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA**

Os aspectos teóricos metodológicos que orientam a pesquisa foram construídos no sentido de balizar a grande temática - agricultura familiar inserida no PNAE. Neste sentido, primeiramente procurou-se sistematizar o processo de modernização da agricultura e das mudanças na reconfiguração social dos agricultores familiares, mostrando o grande processo de transformação deste meio durante os últimos 40 anos.

Em segundo lugar, procurou-se mostrar como os agricultores criam estratégias de reprodução social para enfrentar tais mudanças, visando sua permanência no rural, e neste processo é que se situam os mercados institucionais, em especial o proporcionado pela alimentação escolar e todo o contexto das ações públicas de Segurança Alimentar e Nutricional que articulam a alimentação escolar e a agricultura familiar. Finalmente, pontuar quais foram os caminhos metodológicos escolhidos.

#### **1.1 MODERNIZAÇÃO E RECONFIGURAÇÃO SOCIAL NO MEIO RURAL: AS ESTRATÉGIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR**

O cenário constituído pela modernidade provoca diversas reflexões e críticas tanto no campo sociocultural como científico, apontando os impactos positivos e negativos que essa era trouxe para a sociedade e para o ambiente. Para Giddens (1991) a modernidade “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (GIDDENS, 1991, p.1). O que se percebe, é que a modernidade influencia e modifica várias esferas da sociedade, tanto no processo de estruturação social, como nas questões ambientais e econômicas. E a

partir daí, apresenta efeitos no modelo de desenvolvimento que se tornou hegemônico, com tendência a se expandir para todo o mundo.

Leis (1996), ao discutir os processos de desenvolvimento e modernização centrados no mercado e no Estado, julga necessário destacar que a racionalização da vida moderna distanciou as pessoas da sociabilidade dos laços familiares e de valores tradicionais de solidariedade e de caráter religioso. Segundo Touraine (1994), a modernidade passou a ser a antitradição, a derrubada das convenções, dos costumes e das crenças, a saída dos particularismos e a entrada no universalismo, ou ainda a saída do estado natural e a entrada na idade da razão.

Certamente existe uma continuidade entre o tradicional e o moderno, no entanto, as mudanças dos últimos séculos foram abrangentes nos seus impactos, limitando a possibilidade de interpretá-las a partir do aparato dos saberes de períodos anteriores (GIDDENS, 1991). No entanto, no momento atual de desenvolvimento das sociedades novas mudanças desafiam a pensar criticamente a modernidade, porque ela é tensionada por seus próprios resultados, necessitando preocupar-se com suas realizações, avanços, mas, também, com os limites e riscos que esse modelo promove.

No contexto da modernidade, o sistema capitalista com base na industrialização e na cidade se constitui e prospera. A base passa a ser a modernização dos meios de produção, das técnicas, das tecnologias e a ampliação dos mercados. O rural passa a responder pelas exigências do processo de industrialização, promovendo um novo modelo agrícola, voltado para adoção de novas tecnologias e busca pela inserção no mercado.

No caso brasileiro, a década de 1960 foi emblemática, intensificou-se o processo de modernização do campo brasileiro, o qual apontava para mudanças importantes na agricultura camponesa, a qual se caracterizava pela relação estreita com a natureza e a utilização de técnicas tradicionais, com isso ocorre a ascensão da agricultura moderna (mecanização, insumos químicos, melhoramento e adaptação genética, etc).

Após 1964, esse processo foi atrelado a política dos governos militares, que apresentava como pretensão a autossuficiência alimentar, além de uma produção excedente destinada ao mercado externo, movendo-se para a expansão capitalista como produtora de matérias primas e alimentos, ao mesmo tempo em que, adquire máquinas e insumos agrícolas industrializados (CORONA, 2006).

Essa modernização da agricultura promoveu significativas alterações no mundo rural, induzindo novas formas de produzir e a um novo modo de vida que alterava o modo camponês precedente. Esse período “representou um maior desenvolvimento do setor agrário, a agricultura passou a responder aos anseios da sociedade urbano-industrial” (TEIXEIRA, 2005, p. 27). Parcela significativa do meio rural deslocou-se para as cidades em buscas de sobrevivência, apontando para a redução do campesinato e a inserção do modo de vida urbana no campo. Ocorreu desta lógica uma redefinição da estrutura socioeconômica na agricultura.

Gradativamente, a década de 1970 foi marcada por este processo no qual a agricultura passou a ser cada vez mais dependente da indústria, tanto como fornecedora de matérias primas como consumidora de produtos industrializados (sementes, insumos, máquinas, etc), com conseqüentemente subordinação da natureza à lógica do capital (TEIXEIRA, 2005). Pode-se definir essa modernização como a incorporação de novos padrões tecnológicos no campo, como forma de integrar as famílias deste meio a novas formas de racionalidade produtiva, trazida pela Revolução Verde.

Conforme discorre Abramovay (1992):

A modernização da agricultura se caracterizou como um processo induzido, que ocorreu a partir do avanço da ciência e da tecnologia moderna que introduziu novas formas de produção que resultaram no aumento da produtividade e na baixa quantidade de mão-de-obra, mas é preciso apontar que nem todos os agricultores de um país adotam as mesmas técnicas, assim existem graus de modernização diferenciados (ABRAMOVAY, 1992, p. 59).

As estratégias da organização familiar podem contribuir com os diversos graus de modernização identificados pelo autor acima citado, pois elas estão atreladas a um conjunto de comportamentos do agricultor em sua relação com o meio social e econômico mais geral, o qual é influenciado pela cultura local, pelo ecossistema local, pelas condições imediatas de trabalho, pelo domínio de conhecimento técnico, e tipo de relação com o mercado.

Segundo Graziano Neto (1985, p. 27) esse processo não é outra coisa, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente. Conforme observa Delgado (1985), o processo de modernização da agricultura provoca intensa diferenciação

entre as regiões e exclusão de grupos sociais, além da degradação ambiental pelo uso intensivo e poluição dos recursos naturais.

Neste cenário de consequências econômicas, sociais e ambientais uma grande parte da população agrícola perdeu sua identidade social, a partir do momento em que perdeu parcial ou totalmente sua terra, buscando a sobrevivência no meio urbano. Os que permaneceram na área rural buscaram constantemente estratégias de sobrevivência e recriação de seu espaço de vida e de trabalho nesse meio.

Estratégias que são delimitadas pelo quadro formado por uma estrutura fundiária desigual, com concentração da posse do maior volume de terras nas mãos de um número limitado de proprietários, com uma produção pautada no mercado externo e para servir como matéria prima para a indústria, marginalizando os pequenos produtores.

Alicerçada no que foi genericamente intitulado de “revolução verde”, materializou-se de fato sob um padrão tecnológico o qual, onde foi implantado de forma significativa, rompeu radicalmente com o passado por integrar fortemente as famílias rurais a novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social e, em lento processo histórico, quebrando a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura teria experimentado. Com a disseminação de tal padrão na agricultura, desde então chamado de “moderno”, o mundo rural (e as atividades agrícolas, em particular) passou a subordinar-se, como mera peça dependente, a novos interesses, classes e formas de vida e de consumo, majoritariamente urbanas, que a expansão econômica do período ensejou, em graus variados, nos diferentes países (NAVARRO, 2001, P. 84).

Feitas essas considerações, pode-se compreender o rumo das transformações ocorridas em nossa agricultura à luz do conceito de modernização trazido por Navarro (2001). No entanto, outros autores contrapõem esse conceito. Assim, ressalta-se o colocado por Corona (2006):

Uma das principais características das políticas modernizadoras foi o apego aos objetivos de mudança da base técnica e de aumento da produção. A diversidade dos problemas presente na nossa agricultura foi reduzida e fragmentada e a ela foram apresentadas algumas soluções técnicas que a fizessem vencer o “atraso”. Sob esta orientação, novas formas de agricultura tecnificada foram sendo adotadas em detrimento das formas tradicionais, além de novos padrões de produtividade, novos padrões de consumo, entre outras práticas (CORONA, 2006, p. 25).

Estas mudanças provocaram a reconfiguração social do meio rural, o qual passou a ser percebido como espaço predominantemente destinado à produção, deixando de considerá-lo enquanto espaço de trabalho e de vida (WANDERLEY, 2000).

A agricultura tradicional foi pressionada para que houvesse alteração de seus meios de trabalho, assimilando mesmo que em parte as inovações técnicas nas atividades produtivas. Com a rápida industrialização houve a reestruturação do campo, passando a utilizar agrotóxicos, fertilizantes, sementes melhoradas e máquinas. Ainda segundo Corona (2006):

Pode-se dizer que o projeto desenvolvimentista, ao priorizar a grande propriedade e o pacote tecnológico (externo às particularidades da realidade nacional), promoveu, por um lado, a transformação de uma parte dos grandes proprietários em agricultores modernos, especializados (soja, trigo ou pecuária), individualistas, integrados ao mercado nacional e internacional e aos CAI's (complexos agroindustriais) e, por outro, uma inserção diferenciada dos camponeses na modernização, estabelecendo uma diferenciação social no seio da agricultura camponesa e também a exclusão de grande número de agricultores brasileiros desse processo (CORONA, 2006, p. 27).

A inclusão diferenciada da agricultura camponesa ocorreu em duas formas predominantes. De acordo com Corona (2006), primeiramente nas estratégias dos agricultores que buscaram potencializar seus recursos naturais, financeiros e familiares adquirindo o pacote tecnológico, e com os ganhos obtidos compraram terras próximas a sua unidade, alterando as bases da agricultura tradicional e as suas relações sociais; em segundo lugar, aqueles produtores que incorporaram parte das inovações tecnológicas, devido às dificuldades que enfrentavam, havendo nesses casos uma combinação de elementos da tradição camponesa com técnicas e tecnologias modernas.

Há combinação, por exemplo, da produção para o consumo, da diversificação da produção, da concepção da terra como patrimônio familiar e a inexistência da esfera econômica autônoma da vida social, com a adoção de insumos industrializados (sementes, máquinas, etc) e de conhecimentos técnicos através da extensão rural, mas, uma parcela significativa de camponeses foi extinta ou teve acesso problemático à modernização do campo, a eles restando às áreas pouco

valorizadas, ou áreas afastadas dos centros dinâmicos da economia (CORONA, 2006).

Essa diferenciação foi tratada também por Lamarche (1993), quando anuncia que em alguns lugares do mundo, a produção familiar é tida como fundamental ao desenvolvimento da agricultura:

[...] fundada essencialmente sobre a economia de subsistência; em alguns lugares ela é mantida, reconhecida, como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade como um todo; em outros, ao contrário, é excluída de todo o desenvolvimento, sendo desacreditada, isso quando não chegou a ser totalmente eliminada. (LAMARCHE, 1993, p. 13)

A agricultura familiar vivencia os impactos causados pela modernização do meio rural. Impactos que inquietam os países, principalmente os desenvolvidos, durante a década de 1990, em decorrência dos efeitos não esperados no campo da alimentação humana, através do fenômeno da vaca louca e da contaminação dos alimentos que mobilizou o campo ambiental a se manifestar de forma a proteger e conservar a saúde humana (CORONA, 2006).

Touraine (1994) aponta um aspecto preocupante referente às transformações que a alimentação passa a ter com a modernidade, pois ela adquire característica singular, que é sua transformação em mercadoria no contexto capitalista. Os alimentos como mercadoria, em muitos casos, deixam de contribuir com a preservação da cultura, seja em relação aos alimentos (sabores, práticas alimentares, etc), como na prevenção voltada tanto a saúde humana como ao meio ambiente.

Portanto, pode-se partir da premissa de que o processo de modernização da agricultura vem se desdobrando para além dos aspectos econômicos, incluindo a questão ambiental e os elementos socioculturais, os quais estão ganhando novos contornos neste debate. Esse novo olhar sobre o rural possibilita compreender o alcance de estratégias ligado às novas formas de organização produtivas, valorização da cultura local e do espaço para a agricultura familiar.

No Brasil a nomenclatura “agricultura familiar” emerge durante a década de 1990 trazida em parte pelos movimentos sociais que propunham o fortalecimento desta parcela do rural brasileiro, e em parte pelos estudos acadêmicos. No entanto, ela ganha maior difusão social com a implantação do Programa Nacional de



Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)<sup>4</sup> por meio de lutas do movimento sindical rural. Segundo Wanderley (2003), existe dificuldade em atribuir um conceito a essa categoria, pois para alguns autores, a definição se confunde com o enquadramento no PRONAF, para outros corresponde a uma camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais.

Neste mesmo sentido Schneider (1999), descreve que a denominação de agricultura familiar, até a primeira metade dos anos 1990 esteve sucumbida à prioridade dada para as análises sobre a expansão do capitalismo no meio rural, as especificidades deste processo e a formação da estrutura de classes.

Na pesquisa organizada por Lamarche (1998) a opção foi uma abordagem da agricultura familiar com base na análise de variáveis complexas, construindo uma tipologia que leva em consideração a lógica familiar em relação ao patrimônio fundiário, ao trabalho e à reprodução familiar, de um lado, e o grau de dependência da organização e do funcionamento da propriedade em relação à tecnologia, ao capital financeiro e ao mercado, de outro. Hugues Lamarche, define agricultura familiar como um conceito genérico, que incorpora múltiplas situações específicas, sendo o campesinato uma dessas formas particulares. Para o autor o conceito de agricultura familiar corresponde a “unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados a família” (LAMARCHE, 1993, p. 15).

O campesinato tem um “caráter familiar que se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica” (WANDERLEY, 2003, p. 45). Nesta lógica, a unidade familiar é central para a reprodução familiar, que compõem a família como entes colaboradores entre si, que articulam os modos de vida as várias dimensões de suas atividades (WANDERLEY, 2003).

Abramovay (1992) analisa que o agricultor familiar na sociedade moderna representa uma forma de produção integrada ao mercado, que é capaz de incorporar os principais avanços técnicos e que responde às políticas governamentais, não podendo ser caracterizada como camponesa.

---

<sup>4</sup> O Programa financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acesso em: 01 jul. 2012.

Já Wanderley (1999), considera que o agricultor familiar, mesmo que moderno inserido ao mercado guarda traços camponeses, pois ainda enfrenta problemas antigos, nunca resolvidos, os quais são fragilizados pelas condições da modernização, ele continua a contar com suas próprias forças. A mesma autora ainda salienta:

O camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades. A modernização o transforma num agricultor, profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica (WANDERLEY, 2003, p. 46).

Neste panorama que Wanderley (2003) discorre que o agricultor familiar é um ator social do mundo moderno, que pode ser construtor de sua própria história, integrando uma sociedade não apenas como objeto de intervenção do Estado, mas sim como identidade que procura adaptar-se nos desafios do desenvolvimento rural mesmo no emaranhado da agricultura e do meio rural inseridos na sociedade moderna.

A modernização no Brasil tem alterado nas últimas décadas as atividades da produção agrícola de forma a beneficiar o mercado de grande escala. Desta forma, as contribuições da prática camponesa na dinâmica econômica, social e cultural dos territórios foram inibidas pelo modelo produtivista (CARNEIRO, 2002) adotado no Brasil. Resultando em situações negativas no tocante ao acesso de alimentos em quantidade e qualidade que cultivem o meio ambiente, buscando assim um novo paradigma de desenvolvimento, fundamentada em formas sustentáveis. Sendo camponês ou agricultor familiar, o que é relevante é que seus modos de organização estão diretamente relacionados à produção alimentar baseada na família, a qual pode oferecer subsídios para a alimentação saudável e sustentável.

Maluf (2003) enfatiza que os estudos focados nas famílias em suas relações com os territórios, apontam para o fato de que a agricultura familiar apresenta múltiplas funções, a de sua reprodução socioeconômica, a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional das próprias famílias rurais e da sociedade, a manutenção do tecido social e cultural, além da preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Tal concepção articulada à necessidade de formulações de estratégias para reformulação de ações e políticas públicas aliadas ao enfrentamento de problemas

alimentares e nutricionais, podem resultar no fortalecimento da agricultura familiar, a qual é produtora de grande parte da alimentação consumida pela sociedade.

Neste axioma, os programas e políticas públicas passam a ser importantes espaços para o desenvolvimento rural e a promoção da saúde humana. No entanto, esse fortalecimento deve-se as transformações que a agricultura familiar tem vivido e da complexidade dessa temática na atualidade. Faz-se necessário considerar o contexto singular em sua interface com os vários aspectos da realidade, reconhecendo a dissolução dos constructos sociais que envolvem as dificuldades e as estratégias dos agricultores familiares frente aos mecanismos de adaptação impostos pelo mercado.

Nesta conjuntura, o Programa Nacional de Alimentação Escolar através da Lei nº 11.947/2009 pode contribuir com tal análise, porque a entrada nos mercados institucionais das famílias de agricultores que lutam para permanecer no campo pode significar espaço privilegiado de entendimento das múltiplas funções da agricultura.

No entanto, é necessário incorporar uma dinâmica de mudança na lógica produtiva nas atividades regulares agrícolas. As quais podem ter indicativos para maior diversificação, e em certos momentos ao resgate e o fortalecimento da produção de gêneros alimentícios, que antes não eram comercializados, mas estava integrado na pauta alimentar da família.

Atendida esta necessidade de incorporação produtiva os agricultores passam a comercializar sua produção com certa autonomia econômica e social (MICHELATO-GHIZELINI, 2012, p. 6). Destarte, surgem as várias estratégias dos agricultores para conseguir acessar e se manter nos mercados institucionais proporcionados pelo PAA e PAE, que podem ser realizadas a todo instante pelos agricultores que buscam entrar no cerne deste ramo de comercialização.

Estratégias para Bourdieu (1990) pode ser definida como:

Produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais (...). O bom jogador que é de algum modo o jogo feito homem, faz a todo o instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige. Isso supõe uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variadas, nunca perfeitamente idênticas. (BOURDIEU, 1990, p.81).

A noção de estratégia, segundo Bourdieu (1990), recupera o sentido prático de jogo, percebe-se assim que as estratégias dão sentido a possibilidades de escolhas, dentro de um conjunto de exigências, que se configuram em habilidades para alcançar os objetivos do jogo, entre as quais o jogador escolhe o melhor lance considerando as cartas que possui em mãos.

Neste sentido, os agricultores familiares assumem seu papel de ator social<sup>5</sup> capazes de internalizar as mudanças possíveis de acontecer e modificar suas ações, como se estivessem em um jogo. Desta forma, tentam se encaixar e fazem de suas ações, meios para garantir a reprodução social de suas famílias.

Permanecem no jogo, aqueles que seguem o sentido e buscam alternativas para atingir seus objetivos. Assim, quanto melhor suas estratégias, maior o sucesso. Isso supõe uma invenção permanente para se adaptar às várias situações produzindo diversas possibilidades no jogo. Desta forma, os atores e as ações que empreendem, geram uma contínua recriação e reprodução dos contextos sociais que possibilitam suas ações (GIDDENS, 1979, p. 64).

Desta forma, esse reconhecimento da ação como atividade intencional, compreendendo além do que faz a razão pelo que se faz, se completa no que Giddens atribui como agente. A agência, por sua vez, é definida pelo mesmo autor como capacidade do ator realizar ações e não com a intenção de ter as ações (GIDDENS, 1979). O emblema de agência difere da finalidade expressa, mas a capacidade de intervir fortuitamente em meio a uma cadeia de acontecimentos.

Neste princípio, “as lutas fundamentar-se-iam no grau em que os atores específicos se percebem a si mesmos capazes de manobrar dentro de situações particulares e desenvolver estratégias eficazes para fazê-lo” (GIDDENS, 2000, p. 48). Emergem suas capacidades estrategistas, tanto para acelerar os fatores positivos como para frear ou contornar os entraves que surgem acoplados aos sobressaltos e contratempos em adaptar-se e permanecer nos mercados institucionais como o PAA e o PAE, que se apresentam como oportunidades para a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Desta forma, são necessárias estratégias associadas à tendência de resolver as influências de vários fatores, que podem ser delimitados pelas políticas públicas

---

<sup>5</sup> Os atores sociais possuem habilidade para conhecer e para captar, resolvem seus problemas, aprendem a intervir nos circuitos sociais, observam a reação dos demais e supervisionam suas próprias ações (LONG; PLOEG, 1994).

ou pela competitividade de mercado, direcionando-os aos interesses dos consumidores. Assim, os agricultores têm a opção de criar estratégias para adequarem seus produtos as demandas dos consumidores, os diferenciando dos demais produtos e assim conquistando seu espaço no mercado.

Para Triches e Schneider (2012, p. 69), os agricultores familiares ao incluírem a possibilidade de serem fornecedores de gêneros para a alimentação escolar enfrentam “mudanças na sua forma de relação com os mercados, com os outros agricultores, mediadores, gestores e instituições, obrigando-os a rever suas posições, atitudes e práticas, como também dos outros envolvidos”.

Neste sentido, os agricultores são considerados atores em presença de mudanças sociais, o que caracteriza a necessidade de entender as dificuldades e as estratégias pelas quais elas podem ser superadas.

Para Long (2007), os atores sociais possuem habilidade de saber e agir, intervindo nos processos de forma que lhes causam ressalvas e incertezas. Eles buscam estratégias para interagir com vários atores de modo a incorporem suas ações em torno de artifícios de decisões e ações mescladas entre seus ensejos e as possibilidades reais que os cercam, para tanto usam estratégias conhecidas ou realizadas por outros atores.

Para Giddens (2000):

Os interesses, as necessidades e as motivações dos atores para intentar uma mudança estão relacionadas as formas de coerção, as incerteza, aos limites e a outros constrangimentos que os levam a intervir no fluxo social para resolver problemas que lhe são particulares. Assim, assume-se que os atores são capazes, quando sofrem restrições sociais, de formular decisões, agir sobre elas, inovar e experimentar. Com essas premissas, é importante verificar quais as restrições que forçam os atores a procurarem outras formas de conhecimento e ação que acabam por dar origem a mudança (GIDDENS, 2000, p. 45).

As ações são baseadas nos elementos que se apresentam disponíveis no momento, os sujeitos buscam agir para enfrentar os entraves que os forçam a criar ações estratégicas com poder de transformar as formas de pensar, as práticas e atitudes antes presentes. “O poder enquanto capacidade transformadora pode assim ser considerada como referente às capacidades dos atores para alcançarem tais resultados” (GIDDENS, 2000, p. 82).

Esse sentido do alcance a resultados específicos permite gerar infinitos pontos adaptados a inúmeras situações que as regras muitas vezes não podem

prever, mas o “poder de capacidade” pode resultar na confrontação de estratégias, em que toda a estrutura do jogo está presente.

Giddens (2000) delimita a análise social e a partir de uma relação entre a ação humana e a estrutura, prevendo que:

Por conseguinte, a estrutura não deve ser concebida como uma barreira a ação, mas sim como encontrando-se envolvida na produção, mesmo que nos encontremos em presença dos mais radicais processos de mudança social, os quais, como quaisquer outros, ocorrem no tempo. Os mais disruptivos modos de mudança social, assim como as mais rígidas das formas estáveis, envolvendo estruturação. (GIDDENS, 2000, p. 44).

A estrutura como propriedade de mudanças sociais pode ser considerada a condição e/ou o resultado da ação e da possibilidade de uma nova organização delimitada pela capacidade do ator se posicionar não apenas frente às restrições sociais que podem estar presente a qualquer tempo. Neste sentido, a articulação de ações frente às mudanças sociais é estratégica porque dela se produz várias possibilidades de organização.

Com isso, Giddens (2000) chama atenção que além das motivações de cada ator é necessário à ação estratégica através de uma articulação de disputa de forças, vinculada muitas vezes, pelos interesses sociais e normativos comuns, que implicam no agrupamento de valores para alcançar fins específicos para entrar e permanecer no jogo.

Portanto, a entrada e permanência da agricultura familiar no mercado estabelecido pelo PAE apresentam-se intrinsecamente conectado pelas estratégias incorporadas e focadas nos diferentes interesses sociais de cada ator. Esses podem construir e reconstruir suas práticas para se reproduzirem no meio rural através de suas capacidades como atores sociais, de processar experiências sociais e de projetar diferentes formas de superar os desafios que possam surgir.

## 1.2 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

No sentido de balizar as abordagens utilizadas na pesquisa, torna-se necessário primeiramente delimitar a construção da concepção de Segurança Alimentar e Nutricional, a qual se utilizará neste estudo.

Após a 1ª Guerra Mundial o conceito de segurança alimentar teve origem na Europa e significava a capacidade de todos os países produzirem sua própria alimentação (VALENTE, 2002). Com o final da 2ª Guerra Mundial a fome estava presente no mundo, principalmente nos países onde ocorreu a guerra, com um quadro de insuficiência alimentar que conduziu a aceleração dos processos produtivos focados nos alimentos (MALUF, 2007).

Neste cenário, a Revolução Verde “uma experiência para aumentar a produtividade de alguns alimentos, associado ao uso de novas variedades genéticas, fortemente dependentes de insumos químicos” (BURITY et al, 2010, p.11) fora adotada nestes países. Assim pode-se advertir que “os avanços do sistema alimentar mundial se reestruturou na direção de focalizar mais o alimento que a agricultura” (MALUF, 2007, p. 47).

As discussões no Brasil em torno das preocupações alimentares tiveram início com Josué de Castro em 1940, o qual foi pioneiro nas discussões da fome e da miséria brasileira. Aprofundou-se também em questões relacionadas ao meio ambiente, subdesenvolvimento e paz. Em sua obra que denominou Geografia da Fome, descreveu que a fome não vinha como um problema físico, mas das opções, ações e conduções que os homens davam a suas vidas, sejam elas de cunho econômico ou social. Castro integra em seu estudo a agricultura de base familiar como uma possibilidade de ampliação de opções alimentares em cada espaço geográfico brasileiro e, portanto como uma solução para a fome (CASTRO, 1984).

Diferente da esfera internacional, o Brasil tem seu enfoque contemporâneo em torno da SAN em 1985. De acordo com Maluf (2007, p. 80) “[...] a segurança alimentar apareceu pela primeira vez como referencia de uma proposta de política contra a fome, com certo atraso em relação a sua utilização no plano internacional”. Sendo formulado pelo Planejamento do Ministério da Agricultura um documento com objetivos de atender as necessidades alimentares da população e atingir a

autossuficiência produtiva nacional de alimentos. Ainda no mesmo documento surge à proposta de instituir um Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA (MALUF, 2007).

Um ano após foi realizada a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN), a qual propôs um adjunto nutricional à denominação de segurança alimentar. Este evento propunha a instituição de um Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição que formulasse a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)<sup>6</sup>, além da instituição de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) integrado por várias esferas. Em 1991 se formulou uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar (MALUF, 2007).

Essa proposta voltou a ser discutida após a criação do primeiro CONSEA em 1993, que teve como realização a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSA) em 1994, onde o relatório final teve como ideia principal a defesa de uma Política Nacional de Segurança Alimentar. No entanto, no mesmo ano o CONSEA foi extinto e com isso a incorporação da SAN como objetivo estratégico orientador de políticas públicas, tomou outra direção, que figurou a retirada da questão alimentar nos destaques da agenda política (MALUF, 2007).

Em 1996 reunidos na Cúpula Mundial da Alimentação, o governo brasileiro juntamente com governos de outros países, uniram-se na luta contra a fome, focando um novo olhar as intervenções da produção e consumo. Esse olhar assume outro caminho com ações isoladas de combate a fome, diferentes das dimensões que estavam sendo propostas frente ao incentivo das políticas públicas agrícolas, do controle de preços, da distribuição de alimentos e dos sistemas de abastecimentos (BELIK, 2003).

Assim retoma-se a definição de segurança alimentar, iniciando a discussão em torno do emprego da noção de soberania alimentar, que para Maluf (2000, p. 59), “procura dar importância à autonomia alimentar dos países e está associado à geração de emprego dentro do país e à menor dependência das importações e flutuações de preços do mercado internacional”.

Marcando o enfoque de uma nova conceituação para segurança alimentar em

---

<sup>6</sup> Foi instituída em 1999, integra os esforços do Estado Brasileiro que por meio de um conjunto de políticas públicas propõe respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação. Disponível em: <https://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan2011.pdf>. Acesso em 01 jun. 2012.



2001 cria-se o Programa Fome Zero<sup>7</sup>. No seu lançamento oficial em 2003 recria-se o CONSEA, acontecendo em 2004 a II Conferencia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), onde se aprova o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (MALUF, 2007), que incorpora em seu conceito o adjetivo “nutricional”. Desta forma, fica definido que:

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA 2004, p.4).

A II CNSAN “constitui um ponto alto na retomada da mobilização social pela SAN ao restabelecer boa parte dos elos com a tradição antes construída no país, bem como gerou importantes desdobramentos em termos de ações e políticas” (MALUF, 2007, p. 96).

Em 2007 realizou-se a III Conferência Nacional, com eixos permeados pelas premissas de equidade, diversidade, sustentabilidade, soberania alimentar, direito humano a alimentação adequada, participação e controle social, descentralização e intersetorialidade. Conquistando várias evoluções nos programas alimentares, como no caso do PNAE, segundo documento final da III CNSAN, torna-se necessário destacar algumas das propostas aprovadas e conquistadas até o momento que ganharam ainda mais espaço na IV CNSAN em 2011: garantir a toda a população escolar uma alimentação adequada e saudável, dando as condições legais e necessárias para a compra e venda de produtos oriundos da agricultura familiar local, correções no valor per capita estipulado por aluno atendido pelo PNAE, extensivo da alimentação escolar para a educação de jovens, entre outros.

De acordo com Maluf (2007), a SAN tem três enfoques: ampliação ao acesso dos alimentos levando em consideração o padrão de consumo alimentar, produção e comercialização de alimentos em formas equitativas e sustentáveis, além de ações voltadas para as populações vulneráveis ou com requisitos alimentares específicos.

---

<sup>7</sup> É uma estratégia do governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>. Acesso em 13 jun. 2012

A utilização dos enfoques da Segurança Alimentar e Nutricional pode levar a diversas interpretações, sendo que os países com alto nível econômico habituaram-se a utilizar os conceitos de segurança alimentar muitas vezes para implantar barreiras às importações e elevar artificialmente os preços dos alimentos. Já nos países com baixos níveis econômicos, mais vulneráveis, algumas vezes utiliza-se essa abordagem para tabelar preços e impor grandes perdas aos produtores agrícolas. Esta prática pode ser utilizada com o fim de satisfazer os eleitores, sendo o discurso da SAN utilizado para fins de interesses particulares. Verifica-se estímulos para mascarar ações que, ao invés de garantir a qualidade do alimento, promovem a destruição do meio ambiente ou mesmo destruição dos hábitos culturais de uma população (BELIK, 2003)

Sacco dos Anjos, Caldas e Hirai (2008) trazem a diferença entre *safety food* e *food security*, ou seja, contrapõem as compreensões entre Segurança Alimentar e Nutricional:

Por uma parte, aparece associados com o que a literatura internacional define como *safety food*, referente às qualidades intrínsecas dos produtos alimentares do ponto de vista da sanidade e/ou das propriedades e atributos que lhes correspondem. Representa o que podemos definir como a versão *stricto sensu* dessa noção. A versão ampla da segurança alimentar (*food security*) tem a ver com o acesso a uma alimentação adequada como um dos direitos básicos ou fundamentais da pessoa humana; significa assegurar ao conjunto das populações uma oferta alimentar satisfatória, social e culturalmente referenciada (SACCO dos ANJOS; CALDAS; HIRAI, 2008, p. 5).

Neste cenário, percebe-se que “o conceito de segurança alimentar evolui na medida em que avança a história da humanidade e alteram-se a organização social e as relações de poder em uma sociedade” (BURITY et al, 2010, p.11). O Estado e a sociedade passam a ter obrigações e normas legais universais para garantir o direito à alimentação, assegurado por meio de políticas da SAN (MALUF, 2007).

Essa mudança essencial na forma de encarar o direito à alimentação e o compromisso internacional de diminuição das estatísticas relacionadas com a fome, colocam o Estado na posição de provedor e responsável pelo bem estar alimentar de sua população (BELIK, 2003). Direito esse incorporado a Constituição Federal de 1988, que ganha sua totalidade na definição da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) em 2006.

A LOSAN que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), tem como objetivo a formulação e implementação de políticas públicas de SAN, além de estimular a união de forças governamentais e da sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da SAN (BURITY et al, 2010).

Para Maluf (2007) a porta de entrada da SAN é especialmente nas administrações municipais e neste sentido destaca que:

O viés de apropriação do enfoque da SAN e as dimensões a serem priorizadas refletem o setor que serve de ancora para difundir o enfoque no interior do governo e na sociedade, assim como a possibilidade de se chegar a uma política intersetorial na sua concepção, institucionalidade e execução (MALUF, 2007, p. 154).

A SAN se constitui como sendo um desafio, que busca a manutenção da vida humana como uma questão primordial, quando comparada aos interesses da comercialização (SISAN/PR, 2009).

Vale ressaltar que a implementação das políticas públicas pressupõe o despertar da sociedade para o sentimento de pertencimento para questões ambientais e do senso crítico frente às questões econômicas, sociais e políticas. Assim, deve-se incorporar na perspectiva da SAN a compreensão de que o alimento é mais que uma mercadoria, é um bem para toda a comunidade, a qual desempenha papel relevante na integração de toda a sociedade no processo de construção do futuro. Entende-se que essa forma de ação, em que a sociedade compartilha com o governo as responsabilidades pelas decisões, permite uma maior agregação em torno do projeto de desenvolvimento.

Neste sentido é que as políticas públicas vêm assumindo contornos mais nítidos nos últimos anos no Brasil, com aumento de programas e ações que pondera a questão da equidade e da justiça, as relações éticas entre gerações, o uso adequado e sustentável dos recursos naturais, do meio ambiente e do tipo de desenvolvimento adotado. Além, da preocupação nutricional, para gerir o potencial da população para adquirir alimentos e obter saúde e nutrição através da valorização da agricultura familiar.

Aos poucos essa pauta foi ganhando vigor e solidificou-se numa agenda que deflagrou o estabelecimento de novas adaptações políticas e institucionais. Um dos exemplos é o caso da reestruturação do Programa Nacional da Alimentação Escolar.

O PNAE visa atender gratuitamente seus beneficiários com cobertura universal, é o maior Programa na área de alimentação escolar<sup>8</sup> do mundo, sendo o mais antigo programa nacional na área de alimentação e nutrição do Brasil (PEIXINHO et al., 2011).

A origem do Programa deu-se no início da década de 1940, através da criação do Instituto de Nutrição pelo governo federal, oferecer alimentos aos alunos. Porém na época esse Programa não se concretizou devido à falta de recursos financeiros (FNDE, 2012).

Na década de 1950 através das atividades da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), e por influência da distribuição de leite em pó desnatado, recebido pela doação da Organização das Nações Unidas (ONU) e UNICEF para ajudar as crianças em idade escolar, ocorreu à reestruturação do Programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade do governo federal.

Em 1954 cria-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar vinculado ao Ministério da Saúde, e formalizado no ano seguinte pelo Ministério da Educação e Cultura (TURPIN, 2009). Sendo instituída em 1955 a Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), através do Decreto Federal nº 37.106/55 que definiu suas atribuições, direcionadas ao incentivo a alimentação servida aos escolares, melhoria do valor nutricional e promoção de medidas para introduzir alimentos proteicos e ricos em vitaminas (MARTINS, 2000).

Em 1965, a CNME passou a denominar-se Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), que abrangia, além das áreas escolares, os estudantes de cursos supletivos, parte dos secundários e dos pré-escolares (COIMBRA, 1982). Entretanto, quando em 1972 findou a ajuda alimentar externa, o programa assumiu as particularidades clássicas, devido ao acréscimo de dotações orçamentárias do governo brasileiro, destinadas a compra desses gêneros alimentícios, inicia-se neste momento aumento dos alimentos industrializados, gerando expectativas e dependências desses segmentos mercadológicos da sociedade.

Em 1979 o programa passa a ser denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar (FNDE, 2012). O qual apresentava como um dos seus objetivos oficiais a melhoria das condições nutricionais das crianças e diminuição dos índices

---

<sup>8</sup> Entende-se como alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo (BRASIL, Lei 11.947, 2009).

de evasão e repetência, com a conseqüente melhoria do rendimento escolar (ABREU, 1995). Porém, as condições para o atendimento dos objetivos não se apresentavam adequadas devido ao tipo de alimentos oferecidos, forma inadequada da oferta e, muitas vezes sem qualidade, o que acarreta baixa aceitabilidade pelos alunos e desrespeito aos hábitos alimentares de cada região.

Com a redemocratização brasileira surgiram propostas que estimulavam a participação da comunidade e de organizações não governamentais na gestão pública, promovendo o processo de descentralização/municipalização no âmbito das políticas sociais. Em 1986, reconheceu-se que o PNAE poderia ser implementado em nível municipal.

Em 1988, a alimentação escolar consagrou-se como direito constitucional (MARTINS, 2000), deixa de seu caractere assistencialista que perdurou por anos. Neste sentido, que o Programa passa a ser aperfeiçoado e alicerçado na dimensão do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Até 1993 a forma de execução do Programa mantivera centralizada, ou seja, os cardápios, as compras dos gêneros alimentícios e sua distribuição para todo o território nacional entre outras ações eram desempenhadas pelo órgão gerenciador (BRASIL, 2011). Porém em 1994 ocorreu a descentralização dos recursos, sendo instituída pela Lei nº 8.913, de 12/07/1994, em que os municípios com o apoio das Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal passaram a ter a competência para atendimento aos alunos de suas redes (FNDE, 2012).

No período em que a forma de gestão era centralizada o interesse da indústria alimentícia era priorizado para distribuição de alimentos essencialmente formulados e industrializados, adquiridos de grupo selecionados de grandes empresas. A consequência desse processo afetou a operacionalização do Programa e a eficácia dos resultados em decorrência da logística de fornecimento e armazenamento dos produtos, assim como a elevação dos custos da alimentação oferecida aos alunos (SPINELLI; CANESQUI, 2002).

Em 1994, iniciou a descentralização de recursos através de Convênios com os Estados e Municípios, instituída por meio da Lei nº 8.913. Nessa forma de execução do Programa:

Os municípios e as secretarias estaduais e distritais de educação passaram, desse modo, a assumir as funções anteriormente desempenhadas pelo gerenciador do Pnae. A consolidação da citada descentralização deu-se

com a Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998, que criou a transferência automática dos recursos, fato que garantiu maior agilidade no processo de execução do Programa (BRASIL, 2011, p. 29).

A descentralização teve indícios de vantagens pela viabilidade logística pelo respeito à diversidade alimentar e adequação de preços com maior participação da sociedade.

Ainda em 1994, criou-se o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que é um órgão deliberativo com finalidade de fiscalização da execução do PNAE<sup>9</sup> em cada município. O CAE em 2000 passou por reformulação em sua composição e hoje é composto por representantes de diferentes segmentos (poder executivo, profissionais da educação e discentes, representação de pais de alunos e da sociedade civil), os quais são responsáveis pelo controle social do PNAE. Quando atuantes são capazes de aprimorar as políticas públicas em consonância com as demandas sociais locais. Para isso, evidencia-se a necessidade de atuação interligada de nutricionistas e conselheiros, que se constituem atores fundamentais ao bom funcionamento do PNAE, assim como no estímulo aos escolares à prática de hábitos alimentares saudáveis, com perspectiva à garantia da SAN.

Já 2001, a Medida Provisória nº 2.178, de 28/6/2001 (uma das reedições da MP nº 1784/98 em que consolida a descentralização), propiciou muitos avanços significativos ao Programa, entre eles pode-se citar o da obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal sejam aplicados exclusivamente na compra de produtos básicos (gêneros alimentícios indispensáveis à promoção de uma alimentação saudável), com respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local (FNDE, 2012). Incorpora-se neste ponto um requisito para o debate da SAN como um “norte” para estratégias de desenvolvimento fazendo alusão ao direto à alimentação, à soberania alimentar, sustentabilidade alimentar e com esforços a inclusão de produtos da região.

Na aproximação dessa abordagem, a Resolução nº 15 de 16/06/2003, estabelece no objetivo do PNAE a garantia da Política da Segurança Alimentar. Neste mesmo caminho com a Lei nº 10.696 de 02/07/2003 institui-se o PAA, que

---

<sup>9</sup> Além do CAE o Programa deve ser acompanhado e fiscalizado diretamente, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) e pelo Ministério Público. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-funcionamento>. Acesso em 02 jun. 2012.

apresenta como objetivo propiciar a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais, com distribuição para às populações em situação de insegurança alimentar, além da contribuição para formação de estoques estratégicos (MATTEI, 2007).

Assim, muitos municípios brasileiros passaram a acessar ao PAA, distribuindo alimentos adquiridos da agricultura familiar para entidades, nas quais as unidades escolares se encaixavam com o objetivo de suplementar a alimentação escolar. O Estado através destas ações passa a fomentar o mercado local e aproximar o produtor e consumidor, sendo ponto de referencia para outras políticas futuras.

Cabe ressaltar, que o ano de 2003 também representou avanço no gerenciamento em nível nacional do PNAE, passando a ser feito por um nutricionista, sendo que os cardápios formulados em cada Entidade Executora (EE) (instituições pública que executam o PNAE) também seriam de responsabilidade desses profissionais.

Os cardápios passaram a ser elaborados de forma a garantir o suprimento de no mínimo 30% das necessidades nutricionais diárias dos alunos das creches e escolas indígenas e das localizadas em áreas remanescentes de quilombos. Visava, ainda, atender 15%<sup>10</sup> das necessidades nutricionais dos demais alunos matriculados em creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental, durante sua permanência em sala de aula (TRICHES, 2010).

Em 2006 a Resolução nº 32 de 10/8/2006 incrementa o objetivo do PNAE, determinando o atendimento às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, assim como a formação de hábitos alimentares saudáveis nas escolas, o que também foi instituído pela Portaria Interinstitucional n.º 1.010/2006 (BRASIL, 2006).

Assim, além do estabelecidos em calorias diárias deve-se incentivar um perfil nutricional adequado, de forma que o Programa possa contribuir na promoção de

---

<sup>10</sup> De acordo com a Resolução CD/FNDE nº 038/2009, os cardápios deverão ser planejados de modo a suprir mínimo de 20% das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, com uma refeição em período parcial, quando duas ou mais 30%. Nas creches em período parcial, distribuídas em no mínimo duas refeições 30%; para alunos indígenas e de áreas remanescentes de quilombos 30% por refeição ofertada, quando integral 70%, assim como no caso do Programa Mais Educação e das escolas de tempo integral (BRASIL, Resolução CD/FNDE nº 026/2013).

hábitos alimentares saudáveis, formando consumidores preocupados com a geração futura. O que é ressaltado por Triches (2010):

Além de suprir um mínimo de calorias, faz-se referência a um equilíbrio nutricional e cultural e à educação em saúde. O PAE, dessa forma, passa a ser discutido como um instrumento em potencial capaz de promover hábitos alimentares adequados na escola e educar as futuras gerações para a manutenção dessas práticas, passando a ser encarado como política de saúde pública (TRICHES, 2010, p. 83).

A promoção de alimentação saudável e adequada, a educação alimentar e nutricional e o apoio ao desenvolvimento sustentável foram diretrizes fundamentadas na Medida Provisória nº 455 de 21/01/2009 que passa a ter forma de lei em 16 de junho de 2009 através da sanção da Lei nº 11.947. Essa trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos, e a garantia de que 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar (FNDE, 2012).

Com a efetivação desta lei facilitou alguns procedimentos em relação aos problemas que se evidenciavam nas compras públicas dos produtos do pequeno agricultor, devido aos processos burocráticos que na maioria das vezes impossibilitava a compra dos agricultores familiar. O que denota já uma preocupação evidenciada em políticas como o PAA que nas últimas décadas vem na direção da conexão com a SAN.

Atualmente, o valor per capita repassado pela União é de R\$ 1,00 por aluno de creches públicas e filantrópicas, de R\$ 0,50 por aluno de pré-escola, 0,60 por aluno de escolas indígenas e quilombolas, 0,30 por aluno do ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos. Para os alunos do ensino integral (Mais Educação), o valor per capita é de R\$ 0,90. O repasse é feito com base no censo escolar do ano anterior ao do atendimento e considera 20 dias letivos por mês em um total de 10 meses de aula. Esses recursos são transferidos aos municípios e estados em 10 parcelas anuais, e destinam-se, exclusivamente, à aquisição de gêneros alimentícios (BRASIL, 2013).

Neste ano para beneficiar os 45 milhões de beneficiários o orçamento do Programa é de R\$ 3,5 bilhões. Considerando os 30% que devem ser investidos na compra de alimentos da agricultura familiar (Lei nº 11.947/2009), observa-se o



potencial é de aplicar R\$ 1,05 bilhão com compras desta modalidade de agricultura, estimulando assim o desenvolvimento econômico das comunidades (FNDE, 2013).

Com o investimento proposto nota-se que o PNAE, concentra ações com foco ampliado para os aspectos que garantam o fortalecimento dos modelos de produção de base agrícola familiar de forma a promover a alimentação adequada e saudável com respeito aos aspectos culturais, portanto, com ações integradoras de SAN.

Porém, nota-se que há necessidade de estudos aprofundados para “considerar as boas práticas e as lições aprendidas no decorrer dos anos de implementação das atividades para fortalecer e/ou estabelecer uma Política de Alimentação Escolar” (PEIXINHO, et al., 2011, p. 135). Pois, há desafios para atender aos objetivos do PNAE em consonância com a Segurança Alimentar e Nutricional, tanto no aspecto da produção como na distribuição, além da preocupação de agricultores como de gestores em face das demandas do novo cenário promovido com a Lei nº 11.947/2009, que permite diversificar os cardápios da alimentação escolar e fomentar a agricultura familiar local.

Como marco nas políticas públicas relativas à Segurança Alimentar e Nutricional a Lei nº 11.947/2009 foi regulamentada pela Resolução nº 38/2009 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Esta Lei dispõe sobre o atendimento a alimentação escolar, segundo seu artigo 14:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, Lei 11.947, 2009).

Nota-se através desse artigo um referencial importante para o amparo à agricultura familiar. Segundo o Secretário de Agricultura Familiar - MDA Laudemir A. Muller: “a promulgação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, representou uma grande conquista para a agricultura familiar brasileira” (MULLER, 2012, p. 08).

Esta Lei inovou também no que se refere ao contrato legal entre prefeituras e agricultores através da dispensa da obrigatoriedade licitatória<sup>11</sup>, com isso “abre-se um precedente histórico para o fornecedor caracterizado como “agricultor familiar”:

---

<sup>11</sup> Seguia-se anteriormente a modalidade de compra pela chamada pública instituída Lei nº 8.666/1993. Chamada pública é um tipo de Edital que tem por finalidade assegurar o princípio da ampla publicidade dos atos da Administração e deve sempre visar o interesse público.

dispensa-se o processo licitatório, como disposto no seu artigo 14” (TRICHES; SCHNEIDER, 2010, p. 938). O que pode ser notado no parágrafo 1º:

§ 1o A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria (BRASIL, Lei 11.947, 2009).

Essa regulamentação é uma “mudança de concepção no fornecimento da alimentação escolar, atrelada ao desenvolvimento local e à alimentação saudável e diversificada” (MALINA, 2012, p. 15).

Essas premissas vão para além do foco da educação e nutrição, até então considerado, porque passa a oportunizar abertura de novos mercados para agricultura familiar - os mercados institucionais. Oportuniza, ainda, a utilização do PNAE como ferramenta para o desenvolvimento sustentável, o qual para Morgan (2007) é composto por dimensões econômicas, sociais, ambientais e políticas. Segundo o citado, ao relacionar programas públicos com a sustentabilidade observam-se barreiras como: baixo preço, esquecimento da prioridade com a qualidade alimentar, ambiental e social, falta de qualificação das equipes frente aos programas, falha no planejamento e na aplicação dos recursos, além de outras.

Triches e Schneider (2010) demonstraram que de acordo com estudos brasileiros, os locais que fizeram a diferença e conseguiram utilizar as aquisições públicas como instrumento de desenvolvimento sustentável, mobilizaram o capital social das regiões. Para Putnam (1996), capital social está relacionado aos dilemas de ações sociais, que oportunizam a cooperação em uma relação de confiança, o que contribui para o aumento da eficiência da sociedade. Neste sentido, incorporam-se dimensões de desenvolvimento sustentável como ações coordenadas pelo poder do capital social existente.

O desenvolvimento sustentável composto por dimensões econômicas, sociais, ambientais e políticas, citado por Morgan (2007) pode ser atrelado às diretrizes que a Lei prevê:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em

conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social (BRASIL, Lei 11.947, 2009).

Neste panorama, nota-se que com a inserção dos produtos da agricultura familiar no mercado institucional, o programa pode cumprir papel para potencializar as ações de Segurança Alimentar e Nutricional.

Os beneficiários do Programa apresentam oportunidades de melhorar sua alimentação com produtos da própria terra, diversificados, frescos e saudáveis, interligando as unidades escolares a formação de novos consumidores conscientes e comprometidos com o saber alimentar pedagógico, além de aprimorarem seus hábitos alimentares saudáveis.

Para a inserção do agricultor familiar no programa em questão, há necessidade de participação na chamada pública realizada pelos municípios, estados e distrito federal. Os fornecedores podem estar organizados como fornecedores individuais (detentores de DAP Física, não organizados em grupo), como grupos informais (detentores de DAP física, organizados em grupos) ou em grupos formais (detentores de DAP jurídica). De acordo com a Resolução CD/FNDE nº 25/2012, independente da forma de organização o limite individual é de R\$ 20.000,00 mil por DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)<sup>12</sup> física/ano para a venda de produtos para o PNAE. Que será controlado pelo FNDE e pelo Ministério do

---

<sup>12</sup> A DAP é um documento utilizado como instrumento de identificação dos agricultores familiares (DAP Física) e de suas organizações (DAP Jurídica) para acessar políticas públicas como o Pronaf, o PAA e o PNAE.

Desenvolvimento Agrário (MDA), conforme acordo de cooperação firmado entre estes.

Após a determinação os agricultores familiares passaram a se organizar na adequação da determinação, planejando e elaborando seus cardápios, afim de não confrontar o calendário agrícola, respeitando os produtos locais e sua sazonalidade. Em contrapartida o agricultor familiar deve fornecer o alimento atendendo ao que determina a legislação sanitária em termos de qualidade.

No entanto, Baccarin et al (2011) em estudos sobre alimentação escolar no Estado de São Paulo, perceberam a dificuldade dos agricultores familiares em atender às exigências da logística para entrega dos produtos, pois apresentam muitas unidades que recebem os gêneros alimentícios e sem frequência definida de entrega. Ainda no mesmo estudo, destacaram que essa nova forma de aquisição pública impõe a necessidade de se proceder a adaptações significativas na execução do Programa de Alimentação Escolar, no que se refere principalmente ao cardápio, ao processo licitatório e, ao nível de organização dos agricultores familiares, se conseguem desenvolver arranjos administrativos e produtivos para melhoria de seus produtos.

O desconhecimento sobre a produção da agricultura familiar local, as dúvidas sobre como elaborar uma chamada pública, a dificuldade na hora de fazer as especificações dos alimentos, a dificuldade de diálogo entre os setores da administração pública, a falta de pessoal e as limitações de estrutura, são pontos limitantes no processo de aquisição da alimentação escolar, segundo estudos realizados por Souza (2012).

Somado a isso, inclui a qualidade como uma dificuldade a ser alcançada, visto que pode ser atribuída em consonância com a construção do entendimento local desta “qualidade”, e, no entanto esse entendimento está imbuído de outros valores atribuídos pelos próprios produtores, diferentes dos quesitos higiênico/sanitários exigidos pela legislação alimentar. O que denota a importância de gestores conscientes e comprometido, com olhar de profissional, devendo segundo Triches (2012), ter um olhar mais ampliado sobre o alimento, superando a sua especialidade e sua formação estrita. De forma a compreender o contexto social e a incorporação de valores dos agricultores sobre seus alimentos produzidos.

Com a aproximação entre gestores e agricultores pode-se conseguir uma melhor adaptação às condições de cada ator envolvido, para assim programar o

aparato jurídico necessário ao processo de inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar (CORÁ; BELIK, 2012). Assim, a construção de arranjos administrativos e produtivos para a produção em quantidade e acima de tudo com qualidade adequada julga-se necessário, assim como as estratégias de inserção escolhidas pelos agricultores são relevantes para o sucesso do Programa.

A possibilidade da inserção da agricultura familiar no PNAE traz benefícios não apenas aos agricultores e alunos, mas também ao desenvolvimento local e regional, com oportunidades de dinamizar a economia local.

Além do mais, a pauta com predominância dos produtos (in-natura), típico da produção rural propiciam uma consolidação do PNAE que reúne três campos estratégicos: educação, Segurança Alimentar e Nutricional e inclusão produtiva de pequenos agricultores.

Porém no tocante a essa conquista, de acordo com Muller (2012), impõe-se desafios:

O mercado do PNAE impõe também enorme desafio para as organizações produtivas da agricultura familiar. O programa possui complexidade própria, com uma série de especificidades como a multiplicidade de atores e arranjos institucionais em que é executado. Compreender tais especificidades e identificar as melhores formas de promover a comercialização dos seus produtos são condições para o sucesso da inserção da agricultura familiar neste mercado bilionário (MULLER, 2012, p. 08).

Diante do exposto é que o presente estudo pretende contribuir, ao investigar as estratégias de inserção dos agricultores familiares frente ao mercado institucional proporcionado pela Lei nº 11.947/2009, objetivando trazer resultados significativos para, se necessário, construir novas estratégias que evidenciem a diversidade produtiva, valorize os hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis dos consumidores, com conseqüente desenvolvimento local.

## 1.3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

### 1.3.1 Delineamento

A pesquisa científica apresenta como finalidade não apenas relatar ou descrever os fatos observados empiricamente, mas o desenvolvimento do caráter interpretativo dos dados e informações obtidas. Para tal, é imprescindível correlacionar à pesquisa empírica com o universo teórico, optando-se por um modelo teórico que serve de embasamento à interpretação do significado dos dados e fatos colhidos ou levantados (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Neste sentido, para analisar as estratégias de inserção de agricultores familiares no Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques, utilizou-se o estudo de caso, justificado pela necessidade de se conhecer a realidade existente a partir do estudo aprofundado sobre determinado fenômeno social para entender a complexidade que o constitui.

O estudo de caso, de acordo Gil (1999), pode ser definido como:

Um estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos (GIL, 1999, p. 73).

Ainda segundo o mesmo autor, esse método tem sido muito utilizado na pesquisa social, devido a alguns fatores:

- a) Examinar situações reais do cotidiano em que os limites são obscuros;
- b) Delinear a situação do âmbito onde está sendo realizada certa investigação;
- c) Explicar as variáveis causais de determinado acontecimento complexo, o qual não há possibilidade de levantamento e experimento.

Desta forma, a partir de questionamentos oriundos da prática que cerca as estratégias realizadas pelos agricultores familiares diante o fornecimento de gêneros alimentícios para a alimentação escolar foi definido o caso, o PAE de Capitão Leônidas Marques.

O estudo de caso, nesse sentido, é fundamental para retratar a realidade que cerca a pesquisa, tornando possíveis novos saberes e novas atitudes que podem direcionar tomadas de decisões frente ao Programa de Alimentação Escolar. No entanto, não se descreveu a apenas o caso, mas procurou explicar as origens que delimitam as escolhas de estratégias pelos agricultores familiares.

No desenvolvimento da pesquisa, recorreu-se também a pesquisa documental, justificada pela necessidade da utilização de dados já existentes, os quais se tornaram subsídios importantes para traçar informações de relevância ao estudo. Corroborando com a definição de Gil (1999, p. 66): “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um trato analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

A pesquisa documental possibilitou o resgate de informações, assim como munir de informações necessárias para melhor compreender as nuances da realidade.

Analisando a problemática da pesquisa, os instrumentos utilizados e a análise dos dados, a pesquisa teve uma articulação de dois tipos de métodos, portanto se configura como uma pesquisa de cunho quantitativo e qualitativo.

Segundo Richardson (2008), a pesquisa quantitativa prevê a garantia da precisão de resultados, evita distorções de análise e interpretação, possibilitando uma margem de segurança nos resultados obtidos. O método quantitativo é baseado na medida, geralmente numérica, de um conjunto de dados.

Os métodos quantitativos permitem avaliar a importância, gravidade, risco e tendência de agravos e ameaças. Eles tratam de probabilidades, associações estatisticamente significantes, importantes para se conhecer uma realidade (MINAYO, 1993. p. 240).

Verificou-se que o estudo também apresenta as características de uma pesquisa qualitativa, em virtude de buscar a compreensão de fenômenos amplos e complexos, contendo aspectos de natureza subjetiva.

Para Minayo (1996), a pesquisa qualitativa capta interfaces entre pensamento e base material entre objeto e suas questões, entre ação do homem como sujeito histórico e as determinações que a condicionam. O método qualitativo, segundo a autora, também permite a incorporação de questões do significado e da

intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo estas últimas tomadas como construções humanas significativas.

“A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social” (RICHARDSON, 2008, p. 79).

A escolha desta abordagem também pode ser justificada pela necessidade de desvendar pontos subjetivos, que muitas vezes, são visto como dados específicos para apenas uma finalidade, sendo necessário o olhar subjetivo do autor, utilizando-se de suas observações, de seu ponto de vista e dos seus argumentos, que podem ser captados, descrevendo as suas origens, arranjos e consequências possíveis.

Neste sentido, o trabalho buscou compreender o Programa de Alimentação Escolar, não apenas a partir de dados numéricos, mas também através do olhar dos agricultores familiares, que criam suas estratégias para o fornecimento de gêneros alimentícios.

### 1.3.2 População / Amostra

Para delimitação do universo da pesquisa, levou-se em consideração as definições de alguns autores, como Gil (1999), que se refere à população como um conjugado de elementos com determinadas características. Marconi e Lakatos (2003, p. 223), definem população/universo como o “conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”.

Delimitar o universo entende-se como enumerar pessoas ou fenômenos que serão pesquisados, levando em consideração os atributos necessários ao que se pretende conhecer. O que corrobora quanto aos critérios de escolha dos entrevistados que devem ser: os sujeitos sociais que detém os atributos que se deseja conhecer (MINAYO, 1996).

Segundo a mesma autora, a boa amostragem é a que possibilita abarcar o problema investigado em sua totalidade e nas suas diversas dimensões (MINAYO, 1996). Portanto, a preocupação deverá ser em relação à quantidade da amostra, para que se possa considerar que a mesma deverá ser constituída em número suficiente para refletir todas suas dimensões.



Neste sentido, a pesquisa em questão teve como critério de inclusão, todos os agricultores familiares pertencentes ao município de Capitão Leônidas Marques - Paraná, ou seja, 24 agricultores familiares, que fornecem ou forneceram gêneros para a alimentação escolar local, que se credenciaram através de chamamento público referente ao cumprimento da Lei nº 11.947/2009, desde sua adequação no município - ano de 2010 até o ano de 2012. Justifica-se a totalidade da amostra, por tentar abarcar a investigação em todas as dimensões possíveis. Como critério de exclusão foram os agricultores familiares que não aceitaram ou desistiram de participar da pesquisa em qualquer fase dela. Sendo que cinco não aceitaram participar o universo foi constituído por 19 agricultores familiares.

### 1.3.3 Fases da pesquisa

Para o desenvolvimento da pesquisa partiu-se do aprofundamento da base teórica e conceitual a cerca das principais categorias analíticas escolhidas da população e da temática investigada, que segundo Minayo (1999), é a base de sustentação de uma investigação científica. A base de sustentação da investigação científica foi escolhida para abarcar subsídios que pautem as definições ora apresentadas.

Posteriormente foi realizada a pesquisa documental para identificar o universo estudado, através dos levantamentos de dados provenientes dos projetos (ANEXO A) dos agricultores familiares que participam ou participaram nos processos de credenciamentos do Programa de Alimentação Escolar, provenientes de arquivos da Divisão de Alimentação Escolar<sup>13</sup> da Secretaria de Educação de Capitão Leônidas Marques. Setor esse, que é responsável atualmente pela execução da determinação da Lei nº 11.947/2009.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a fonte de coleta de dados desta pesquisa está restrita a documentos escritos ou não, podendo ser chamadas de fontes primárias. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa houve a necessidade

---

<sup>13</sup> A pesquisa documental teve como referência principal - arquivos da Divisão de Alimentação Escolar. Assim, no decorrer da pesquisa foi identificada como "dados do arquivo da Divisão de Alimentação Escolar".

também da utilização de atas do CAE para resgatar o histórico do PAE em estudo, arquivos de ações e projetos realizados no âmbito do Programa, assim como a utilização de listas de gêneros alimentícios adquiridos do comércio varejista, como do mercado proporcionado para a agricultura familiar (ANEXO B), a fim de compará-los com os dados levantados. Informações sobre leis e resoluções associadas ao tema também foram consultadas. Assim, pode-se ter um conjunto de dados, no intuito de melhor compreender as informações coletadas.

Após identificação dos agricultores, foi solicitado, oficialmente, a Prefeitura de Capitão Leônidas Marques (PR), à prévia autorização para a realização da pesquisa no município (APÊNDICE A). Em seguida a intenção de pesquisa foi encaminhada para análise em um Comitê de Ética, o qual aprovou a continuidade da pesquisa junto aos agricultores familiares (ANEXO C).

Foi realizada então, a pesquisa de campo, a qual se constituiu em visita aos estabelecimentos rurais do universo em questão, onde foi realizada pessoalmente pela pesquisadora a entrevista, a qual pode ser definida como o “encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.195).

Desta forma, para atender os objetivos proposto, foi aplicado entrevista semiestruturada. Para Triviños (1987, p. 146) “a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa”. Nesse contexto, o uso desse instrumento, proporcionou aos entrevistados a exposição das falas de maneira que se pode mapear e interligar teorias e objetivos que se entrelaçaram com a temática estudada.

Para a entrevista semiestruturada foi utilizado à técnica de questionário, que segundo Gil (1999):

Pode se definir questionário como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciada, etc (GIL, 1999, p. 128).

O roteiro de entrevista (APÊNDICE B) foi elaborado a partir do tema proposto, de modo que alcançasse os objetivos e as necessidades de obter respostas às

inquietações. O roteiro de entrevista foi constituído de questões fechadas e abertas, adaptadas da metodologia proposta por Corona et al (2006) e Triches (2010). Segundo Gil (1999), as questões quando feitas oralmente pela pesquisadora podem ser denominado questionário.

Considerando a necessidade de confiabilidade científica, foi realizado um pré-teste com outra população, visando ajustes necessários nos instrumentos de pesquisa. Que segundo Gil (1999), torna-se fundamental para averiguar as possíveis falhas relacionadas a questões desnecessárias, esgotamento, constrangimentos aos informantes, imprecisão na redação.

Para a coleta de dados, os entrevistados foram previamente esclarecidos sobre a pesquisa e suas intercorrências, assinando para tal, termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE C), o qual constou a finalidade da pesquisa e tempo previsto para a realização da entrevista, assegurando-se confiabilidade e sigilo das informações. Para os que concordaram, foi agendado data e horário. No entanto, cinco pessoas que faziam parte do universo, não estiveram de acordo com o TCLE e, portanto não fizeram parte do estudo. Finalizando um universo de 19 entrevistados.

O que corrobora com Minayo (1999), ao citar que deve ser esclarecido aos entrevistados a cerca do tema de investigação e as possíveis repercussões positivas desse processo investigativo. Ainda de acordo com a mesma autora, “os grupos sociais não são obrigados a uma colaboração sob pressão” (MINAYO, 1999, p. 55). Desta forma, a entrevista só foi realizada quando os agricultores concordaram e assinaram o TCLE.

Para auxiliar no registro das respostas utilizou-se de recurso de áudio, com posterior transcrição, assegurando fidelidade e veracidade das informações. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 199), o uso de gravador é ideal, se o informante concordar a sua utilização. Desta forma, só foi gravado mediante permissão do entrevistado.

Com base nos referenciais teóricos e na pesquisa de campo, foi desenvolvida a análise dos dados coletados através de categorização temática que resultou na dissertação em questão.

A análise consiste na organização e sumarização dos dados obtidos na pesquisa, que fornecem respostas ao problema investigado. A interpretação, por sua vez, tem o propósito de fazer a ligação das informações com outros conhecimentos

previamente obtidos, que devem ser separados em seus aspectos básicos e submetidos a uma reflexão (GIL, 1999). Neste ponto, a interpretação dos resultados surge do conjunto de dados subjetivos e objetivos.

Desta forma, após o levantamento das informações e dados foi feita a categorização temática utilizando a análise de conteúdo. Que segundo Minayo (1996):

Através da análise de conteúdo, podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipóteses). A outra função diz respeito a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestados, indo além das aparências do que está sendo comunicado (MINAYO, 1996, p. 74).

Assim, buscou-se entender as relações dos conteúdos com as falas coletadas, visando compreender as amarras dos significados em suas múltiplas dimensões. Para realizar a sistematização e a análise dos dados coletados a partir das respostas dos questionários, foi utilizado o software Nvivo 2. De acordo com Guizzo; Krzimirski e Oliveira (2003, p. 55), apresentam como vantagem “a sua capacidade de operar e agrupar uma diversidade de dados que tem algo em comum”. O que possibilitou organizar e analisar os dados de forma operacional facilitando a sistematização de uma diversidade de informações, necessárias para responder as questões da pesquisa em questão.

As respostas dos questionários, assim como dados da pesquisa documental, fizeram parte da análise dos dados através da organização dos dados numéricos e percentuais, sendo ilustrados em forma de gráficos e tabelas. Estabelecendo relações numéricas entre os dados investigados.

## **CAPITULO II**

### **2 ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES NO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE CAPITÃO LEONIDAS MARQUES**

O presente capítulo procura analisar quais são as estratégias de inserção dos agricultores familiares no PAE de Capitão Leônidas Marques/PR. Toma-se como referência, as contribuições de Giddens (2000) sobre estratégia, entendendo que além das motivações de cada ator é necessário à ação estratégica através de uma articulação de forças, vinculada muitas vezes, pelos interesses sociais e normativos comuns, que implicam do agrupamento de valores para alcançar fins específicos para entrar e permanecer no jogo social.

Para compreender tais estratégias que conduzem os agricultores familiares de Capitão Leônidas Marques a se inserirem no PAE, foi preciso inicialmente contextualizar o município caso - sua história e dados gerais, de forma a compreender a organização da agricultura familiar e o funcionamento do PAE. Para essa fase recorreu-se a pesquisa documental que resultou na elaboração do item: Capitão Leônidas Marques - agricultura familiar e o Programa de Alimentação Escolar.

Em seguida, os demais itens do capítulo buscaram responder as questões colocadas para a pesquisa de campo visando compreender: quem são os agricultores que acessaram o PAE de Capitão Leônidas Marques entre 2010-2012? A adesão do agricultor familiar a esse mercado institucional promove mudança e adaptações no processo produtivo para se adequar as normas do PAE? Quais são os interesses que conduzem os agricultores familiares ao Programa? Como esses fornecedores se inserem, conseguem atender as demandas e se promover na relação do agricultor com o mercado?

## 2.1 CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - AGRICULTURA FAMILIAR E O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O município de Capitão Leônidas Marques possui uma área territorial de 275,748 Km<sup>2</sup> com uma população de 14.970 habitantes, do total existem, 3687 domicílios são urbanos e 1084 rurais (IBGE, 2012).

Localiza-se na região Oeste do Paraná, na zona fisiográfica do vale do rio Iguaçu. Suas terras pertencem ao Terceiro Planalto paranaense. O relevo é levemente ondulado, sem acidentes marcantes, com altitudes de 360 metros. Capitão Leonidas Marques limita-se ao norte com o município de Lindoeste e Santa Lúcia, ao sul, com Capanema, Realeza e Nova Prata do Iguaçu, ao leste com Boa Vista da Aparecida e ao oeste com Céu Azul através do Parque Nacional do Iguaçu.

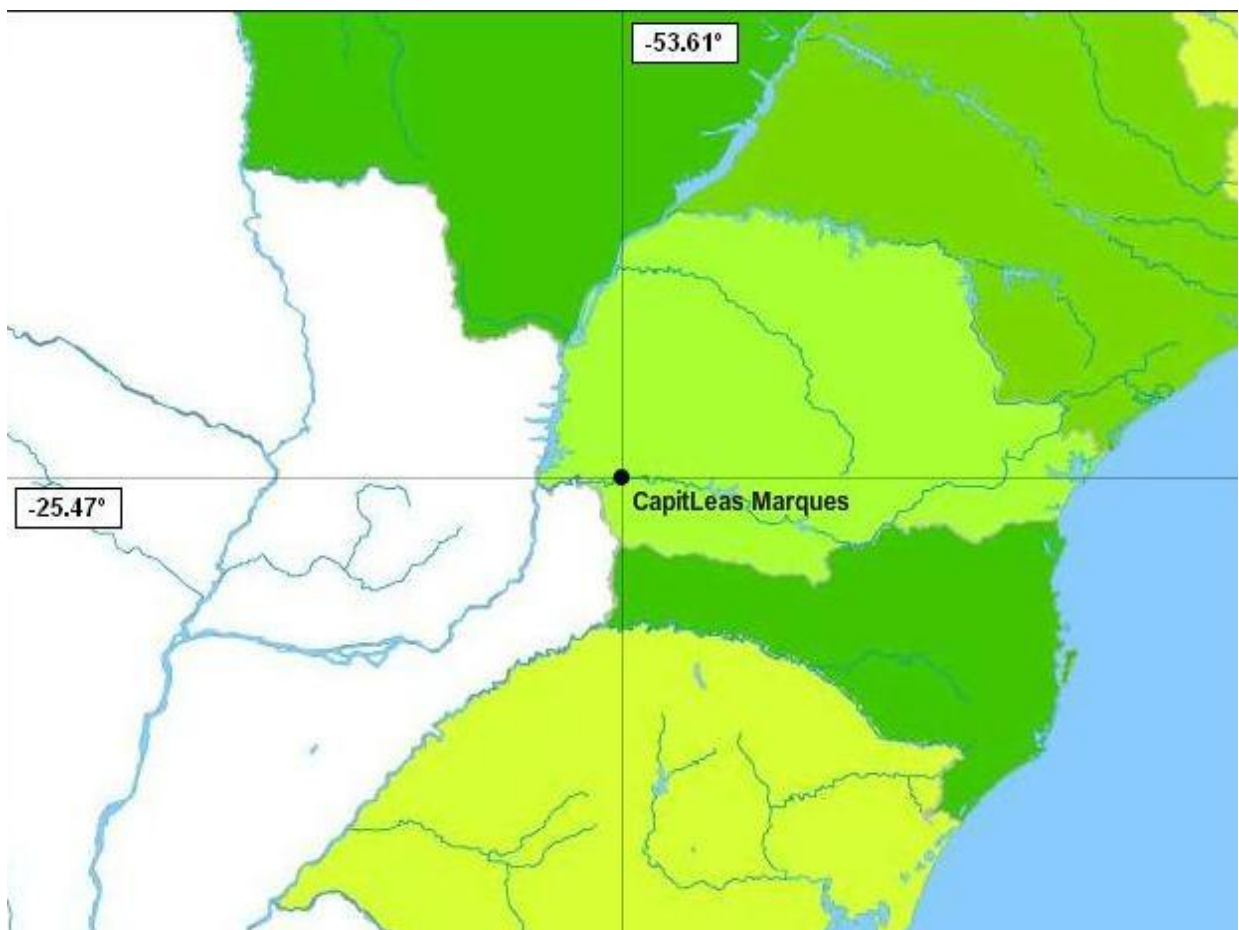


FIGURA 1 – Mapa localização de Capitão Leonidas Marques/PR.

Fonte: IBGE (2012).

A história do Oeste (como do sudoeste) paranaense tem sua origem no Programa do Governo Federal na gestão de Getúlio Vargas, através da chamada “marcha para o Oeste”, que visava ocupar as terras que faziam fronteira com os demais países da América do Sul, o que impulsionaria também o desenvolvimento das regiões envolvidas. O fluxo de colonizadores que vieram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina foi intenso, atraídos pelas terras “livres”, ignorando as populações indígenas e caboclas (CORONA, 1999) que ocupavam esses territórios. O interesse pelo Oeste Paranaense era devido as suas terras férteis, que possibilitavam a permanência dos camponeses que enfrentavam dificuldades em seus estados de origem.

O município de Capitão Leônidas Marques teve sua origem em um projeto de colonização conhecido como “Gleba Andrada”. Nesta época, a região “era habitada apenas por foragidos da justiça e aventureiros que sobreviviam da caça, pesca e extração de palmito na então exuberante mata junto à foz do rio Andrada” (VALASCKI, 1992, p. 244).

Em 1957, teve início a chegada de caravanas vindas do Rio Grande do Sul com posterior chegada de outras (VALASCKI, 1992). Eram 30 famílias camponesas de origem étnica europeia, principalmente a italiana e alemã. Vindo em sua maioria do município de Ampére, com parada obrigatória em Marmelandia, pequeno lugarejo às margens do rio Iguaçu, no município de Realeza.

Em 1963, já contava com cinco casas comerciais, uma farmácia e 50 casas de moradia. Como tudo era muito difícil, as lideranças formaram uma comissão para pleitear junto a políticos de Cascavel e do Governo do Estado que Aparecida do Oeste (Aparecidinha, assim chamado na época), então Distrito de Cascavel, ficasse independente e se tornasse um município, pois as dificuldades aumentaram sem resoluções satisfatórias a toda comunidade (VALASCKI, 1992).

Através de lutas das lideranças em 28 de abril de 1964 houve a emancipação de Aparecida do Oeste, que passou a chamar-se “Capitão Leônidas Marques”, o novo município adotou esse nome em homenagem ao militar Leônidas Marques dos Santos que, segundo consta, teria sido morto nas terras de Catanduvas (PR), em combate com as forças da Coluna Prestes, na época da revolução de 1924 (CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, 2013).

As primeiras explorações agropecuárias do município realizadas pelos migrantes foram às safras de porcos tendo como primeira atividade agrícola o cultivo

de milho, mandioca e abóbora (VALASCKI,1992). Devido a suas terras serem próximas ao Parque Nacional do Iguaçu, a prática da pesca amadora era frequente.

No período de colonização do município destaca-se também a extrativismo da madeira sem preocupações ambientais. Houve desmatamento irregular em áreas impróprias com declividades acima de 15%, devido a esse problema a atividade se finda em 1981 (CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, 2013).

A plantação de hortelã teve destaque nas terras marquesienses a partir de 1963 tendo decaído nos anos seguintes, no entanto em 1968 a produção se amplia juntamente com a produção de café, que começa a ter um aumento em sua produtividade (VALASCKI,1992).

Em 1965 cresce o plantio de erva mate, no entanto com a legalização das terras essa plantação tem sua extinção. Em 1967, inicia-se a tentativa da produção de palmito. No destarte uma grande geada em 1975 destrói os cafezais e os palmitais decorrendo uma diminuição gradual da produtividade, que acarretou grandes problemas econômicos aos produtores (VALASCKI,1992).

Com o crescimento populacional e o acesso ao crédito rural vinculado ao projeto de modernização da agricultura, alteram-se os processos produtivos. A partir de 1976 as mudanças resultaram no aumentando das culturas de milho, feijão, soja, algodão, trigo e outros (VALASCKI,1992). No entanto, grande parte dos agricultores familiares permaneceu com seu processo produtivo tradicional.

Mesmo com o processo de urbanização e de industrialização ligadas a modernização, Capitão Leônidas Marques destaca-se ainda hoje como um município da agricultura de pequeno e médio porte, com produção de diversos derivados de queijo, conservas e salames (CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, 2013).

Com a instalação da Usina Governador José Richa na década de 1990 houve uma migração da população rural para a área urbana em busca de atividades na construção dessa usina. No entanto há uma parcela destes que permaneceu com vínculos no meio rural, mantendo sua propriedade e suas atividades, conjugando diferentes formas e fontes de rendimentos.

De acordo com o Censo Agropecuário (2006), existem 924 estabelecimentos pertencentes à agricultura familiar e 104 estabelecimentos não familiares. Sendo que 581 agricultores possuem Declaração de Aptidão do Pronaf.

Na tabela 1 que demonstra os estabelecimentos agropecuários e área segundo atividades econômicas, percebe-se que entre o total de estabelecimentos



agrícola a maioria tem como principal atividade econômica a pecuária e criação de outros animais, seguida pela lavoura temporária, a qual ocupa maior volume de área.

**Tabela 1 - Estabelecimentos agropecuários e área segundo atividades econômicas**

Atividades econômicas	Estabelecimentos	Área (ha) (1)
Aquicultura	1	X
Horticultura e floricultura	29	306
Lavoura permanente	10	46
Lavoura temporária	452	9.662
Pecuária e criação de outros animais	530	9.029
Pesca	1	X
Produção florestal de florestas plantadas	4	28
Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	1	X
<b>TOTAL</b>	<b>1.028</b>	<b>19.104</b>

**FONTE: IBGE - Censo Agropecuário, 2006**

(1) A soma das parcelas não corresponde ao total porque os dados das Unidades Territoriais com menos de três informantes estão desidentificados com o caráter "x".

De acordo com o levantamento do perfil da realidade agrícola municipal realizado pela Emater no ano agrícola 2011/2012, o município tem sua maior área com a produção de soja (9.400 ha). Com a fruticultura comercial a maior área e número de agricultores envolvidos estão na produção de uva, seguido pelo pêssego, figo, melancia, morango, melão, caqui, laranja e abacaxi. Já na olericultura o forte está na produção de alface, seguido pelo tomate, repolho, beterraba, rabanete, repolho, cenoura, batata doce, abobrinha, mandioca entre outros (IPARDES, 2013).

Em relação às indústrias alimentícias existem cinco, que geram 62 empregos (IPARDES, 2013). Na produção artesanal comercial o município apresenta produção de embutidos e defumados, derivados da cana e leite, sucos, vinhos, compotas, doces, picles e panificados.

Desse breve histórico, podem-se compreender melhor os contornos contemporâneos da economia do município. Resumidamente pode-se afirmar que hoje em Capitão Leônidas Marques na área industrial o destaque é na produção de energia elétrica, moveleira, têxtil e as agroindústrias. Já a agricultura familiar é responsável por uma grande parcela da produção agrícola, pecuária leiteira e de corte, avicultura e fruticultura.

Parcela da produção agrícola dos agricultores familiares a partir de 2010 foi incorporada no PAE do município, que ao longo dos anos passou por adaptações em seu funcionamento.

Desde 1996, inicia em Capitão Leônidas Marques as discussões e adequações para a descentralização do Programa de Alimentação Escolar, para tanto uma das exigências do governo federal seria a criação do Conselho de Alimentação Escolar. Neste sentido é que a Secretaria de Educação se organizou e então realizou os passos necessários e as assembleias para eleição dos membros do conselho de cada segmento. A posse dos membros do CAE foi em 18 de novembro de 1997 (Registro na Ata nº 01 de 18/11/1997).

A alimentação escolar em Capitão Leônidas Marques, assim como todos os municípios brasileiros, até 1998 recebia do governo federal alimentos industrializados como sopas, enlatados, leite em pó, entre outros. No entanto, esses alimentos, muitas vezes, apresentavam baixa aceitabilidade e eram recebidos próximo da data de validade.

Em 1999 as exigências sanitárias começam a serem maiores, surgindo a opção para municipalização parcial, com essa conduta, uma parte dos alimentos era adquirida no próprio município com recurso recebido pelo FNDE e a outra parte era enviada em produtos pela Superintendência de Desenvolvimento Educacional (SUDE)<sup>14</sup>.

Nas discussões do Conselho de Alimentação Escolar, em 2002 surge a necessidade de capacitar as cozinheiras escolares para melhorar a qualidade da alimentação escolar. Assim, o município em 2003 organiza-se e contratada um nutricionista para a capacitação e elaboração dos cardápios para aquele ano. No entanto, com a inviabilidade financeira da continuidade de contratação deste profissional, o ano de 2004 inicia sem nutricionista.

Para complementar a alimentação escolar, em 2005 a prefeitura começa a receber alimentos do PAA, o que ajudou a diversificar os alimentos e perceber o quanto esse processo vinha a complementar a alimentação escolar que era oferecida.

Em 2006, com a fiscalização do Conselho Regional de Nutricionistas e o entendimento dos gestores da época a importância da necessidade da atuação de

---

<sup>14</sup> Antiga FUNDEPAR (Fundação Educacional do Paraná).

um profissional de nutrição na alimentação escolar, é realizada a contratação de um nutricionista, que passou a fazer parte do quadro efetivo em 2008. Para o atendimento das cinco escolas municipais e os dois centros de educação infantil a equipe foi formada por 13 cozinheiras escolares e uma nutricionista como responsável técnica.

Para Melão (2012), o papel do profissional de nutrição entra em cena no sentido de planejar e elaborar os cardápios a partir de alimentos apropriados, variados, nutritivos e que atendam à vocação agrícola e cultural do local, como a inserção das frutas, hortaliças e legumes de época e do local, que favoreça o fornecimento de uma alimentação saudável. Desse modo, esse tipo de alimentação desempenha papel fundamental sobre o crescimento e o desenvolvimento dos escolares, além da formação de valores, hábitos e estilos de vida, e, por esta razão, são conteúdos a serem desenvolvidos na escola como prática para a formação cidadã.

Com a contratação da nutricionista o município então passa a contar com o Projeto “Alimentação Saudável”, que visa à educação alimentar e nutricional vinculada a todos os conteúdos trabalhados no ensino fundamental e na educação infantil, levando o trabalho não somente a comunidade escolar, mas toda a sociedade.

O Projeto acontece anualmente na Semana de Comemoração do Dia Mundial da Alimentação. Cada ano a Divisão de Alimentação Escolar sugere temas para que as unidades escolares possam trabalhar. Em 2010 o tema foi: Unidos Contra a Fome. Desta forma, a criatividade dos educadores e educandos produziram séries de materiais que registraram o agradecimento aos produtores da agricultura familiar pela sua relação com os escolares. A fotografia 1 ilustra uma das atividades desenvolvidas no município. Esta atividade foi destacada como sendo uma das melhores do ano e foi exposta também no comércio local.



**Fotografia 1 - Material elaborado pelos alunos em homenagem a agricultura familiar - Escola Municipal Professor Laurindo Parmigiani - Semana da alimentação escolar de Capitão Leônidas Marques, 2010.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.**

Já no ano de 2011, o tema foi: Preços dos alimentos - da crise a estabilidade. Esta semana foi vinculada a divulgação de quem são os fornecedores, desta forma foi realizada uma exposição sobre as propriedades nutricionais dos gêneros alimentícios adquiridos, que foi confeccionada pelos alunos com auxílio dos educadores. Num segundo momento esses produtos estavam presentes em uma feira organizada por uma das unidades escolares com parceria da Divisão de Alimentação Escolar do município. Nesta feira os agricultores familiares que são fornecedores do PAE tiveram a oportunidade de se apresentar aos seus consumidores (alunos e comunidade escolar), assim como mostrar e comercializar seus produtos. Esse trabalho trouxe a resposta a muitas das curiosidades dos alunos - de onde vêm os alimentos que consomem e quem os produz.



**Fotografia 2 - Exposição pelos fornecedores dos seus gêneros alimentícios que são adquiridos pela alimentação escolar - Escola Municipal Professora Terezinha Machado - Semana da alimentação escolar de Capitão Leônidas Marques, 2011.**  
**Fonte: Pesquisa de campo, 2013.**

Essas ações proporcionam a interação entre produtor e consumidor, que possibilita a troca mútua de informações, de conhecimentos e de valores culturais que dão sentidos e significados e valorizam os alimentos locais. Para Marsden (2000), estes valores e significados são responsáveis pela construção da qualidade dos produtos e a construção de relações de confiança mútua.

Além da possibilidade interação entre produtor e consumidor, o PAE possibilita o fortalecimento da agricultura familiar quando se observa as melhorias proporcionadas pela renda gerada pelo Programa nos estabelecimentos agrícolas, pois sabendo que tem um mercado que garante a compra da produção, ele investe e produz com mais segurança.

Em conjunto com as ações de educação alimentar e nutricional, tornou-se necessário os cuidados adequados com as preparações elaboradas pelas cozinheiras escolares, implantando nesta lógica o Projeto “Escolas Adequadas com Cozinheiras Destakes” com objetivo de incentivar as escolas e as cozinheiras escolares em fornecer alimentos preparados com cuidados higiênicos sanitários adequados e cozinheiras como atores fundamentais no processo de educação alimentar e nutricional. A metodologia empregada contou com o apoio do CAE, pois através de suas visitas nas unidades escolares e o emprego de um *check list* de

visita<sup>15</sup> com somatórias de pontuações necessárias, consegue-se ofertar um certificado de bom desempenho aos locais visitados.

Ainda em 2008, as mobilizações para municipalização total começam a acontecer, através de debates nas reuniões do CAE. Em 2009 é aprovada a municipalização total, passando o município a ser o gestor do recurso federal para adquirir todos os gêneros alimentícios para abastecer as unidades escolares municipais.

Os processos de aquisição dos alimentos nesse período que eram realizados somente de fornecedores varejistas foram realizados a partir de licitações seguindo as normativas da Lei nº 8.666/93, iniciando com a modalidade de Convite e posteriormente Pregão Presencial. Sendo realizado semestralmente. Após a homologação de cada processo licitatório, as entregas são realizadas pelos fornecedores ganhadores diretamente nas escolas, tanto urbanas como rurais, seguindo as liberações mensais disponibilizadas pela Divisão de Alimentação Escolar, a qual segue os cardápios elaborados pela nutricionista.

Segundo informações da Divisão de Alimentação Escolar todos os fornecedores eram e continuam sendo locais, no entanto pelo processo licitatório utilizado era inviável a aquisição de alimentos diretamente de agricultores familiares locais.

Assim, em 2009 a partir da nova determinação do PNAE - Lei nº 11.947/2009, então o município passa a estruturar-se através dos atores sociais envolvidos no processo (Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Conselho de Alimentação Escolar, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e EMATER) para executar a nova determinação através de estratégias de todas as instâncias e realizar o primeiro processo de credenciamento da agricultura familiar para atender as unidades escolares municipais.

Os atores sociais, não se apresentam apenas como receptores passivos de intervenção, porém como participantes ativos que permeiam informações e estratégias em suas negociações com múltiplos atores locais, bem como agentes e instituições externas (LONG, 2007).

Considerando os atores envolvidos, destaca-se que o fenômeno da proximidade social, citando Abramovay (2000), permite uma forma de coordenação

---

<sup>15</sup> O *check list* é composto por questões avaliativas sobre a organização e limpeza do local de trabalho (cozinhas escolares).

entre esses, capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de transformá-lo em base para empreendimentos inovadores.

Neste contexto é que as estratégias da adequação ao que refere a Lei 11.947/2009 no PAE de Capitão Leônidas Marques, não foram tratadas apenas como determinação, mas como “alívio” à preocupação proveniente de arenas já surgidas anteriormente através de dois vieses: o enriquecimento e a diversidade alimentar servida aos alunos e a necessidade de abertura de novos mercados aos agricultores familiares locais propiciando desenvolvimento local (BALESTRIN, et al, 2013).

De acordo com informações da Divisão de Alimentação Escolar do município, o primeiro ano de execução da nova determinação, foi o segundo semestre de 2010, em que através do processo de credenciamento houve oito projetos de agricultores familiares, de ordem pessoa física, que forneceram: abobrinha, açúcar mascavo, alface, batata doce, beterraba, brócolis, cenoura, chuchu, couve-flor, laranja, mandioca, melado, pepino, pêssigo, repolho, tomate e uva.

O repasse do FNDE para a execução do Programa em 2010 foi de R\$ 100.020,00, deste total apenas 8,26% foi gasto com produtos provenientes da agricultura familiar. Valor o qual não atingiu os 30%, porém pode se justificar devido à baixa adesão dos produtores as exigências do Programa, final de ano letivo e por ser um novo mercado.

Este resultado pode ser compreendido também quando se leva em consideração que as ações humanas, num primeiro momento, podem estar vinculadas a simplesmente fatores de interesse imediato, e não aos internalizados em outros significados. Salienta-se, que a partir do momento que as ações tendem a ser entendidas, articuladas e que os resultados passam a serem benéficos, os agricultores identificam possíveis melhorias.

Em 2011 o PAE recebeu para a execução do Programa o repasse do FNDE de R\$ 93.900,00. Deste total, o comércio varejista forneceu 72,6% dos produtos para alimentação escolar, enquanto que o restante 27,4% foi proveniente da agricultura familiar.

Os processos de credenciamentos do ano de 2011 contaram com os seguintes alimentos: abobrinha, acelga, açúcar mascavo, alface, batata doce, beterraba, brócolis, cenoura, chuchu, couve-flor, couve-manteiga, caqui, cheiro

verde, doce cremoso, feijão de cor e feijão preto, figo, laranja, mandioca, mamão, melado, pepino, pêssego, repolho, tomate, vagem e uva.

Já no ano de 2012 o PAE recebeu durante o ano um total de R\$ 94.920,00. Deste total, 37,15% foi para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, sendo o restante do comércio varejista. Os alimentos acelga, abobrinha, açúcar mascavo, alface, almeirão, batata doce, beterraba, bolacha caseira, brócolis, caqui, cenoura, chuchu, couve-flor, couve manteiga, cheiro verde, cuca, doce cremoso, laranja, macarrão, mandioca, mamão, melão, melado, morango, pão, pokan, pêssego, repolho, rúcula, tangerina, tomate, vagem e uva.

O processo de incorporação ao percentual estabelecido pela lei foi aumentando aos poucos a partir de alternativas e de enfrentamento de dificuldades encontradas, que segundo registro da Divisão de Alimentação Escolar são: processo produtivo, logística de entregas nas unidades escolares, entendimento dos chamamentos públicos por parte dos agricultores familiares e do poder público, oscilações e defasagens de preços, baixos diversidade alimentar, irregularidades na produção com necessidade de reformulação de práticas agrícolas, número inexistente de agroindústria familiar devido à dificuldade de legalidade e das exigências sanitárias.

A alimentação escolar de Capitão Leônidas Marques tem conseguido formalizar seus processos de credenciamento. O contato com os agricultores familiares interessados em participar dos chamamentos públicos são desenvolvidos em sua totalidade pela Secretaria de Educação através da Divisão de Alimentação Escolar. Ou seja, os projetos são realizados com auxílio do profissional de nutrição que até o momento atende os processos de credenciamento com agricultores organizados individualmente e vem conseguindo aumentar o percentual de compra da agricultura familiar.

Essas informações denotam que o município de Capitão Leônidas Marques, através da Divisão de Alimentação Escolar, tem um processo distinto de gerenciamento do PAE para fornecer alimentação aos 1419<sup>16</sup> alunos. Assim considera-se importante averiguar quais as ações estratégicas de inserção dos agricultores familiares neste Programa como fornecedor individual.

---

<sup>16</sup> Conforme FNDE (2013) 1419 é número de alunado por ação do Programa Nacional de Alimentação Escolar para o exercício do ano de 2013 em Capitão Leônidas Marques.



## 2.2 QUEM SÃO OS AGRICULTORES FAMILIARES FORNECEDORES DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

Neste item, pretende-se caracterizar quem são os agricultores familiares que estão envolvidos no PAE de Capitão Leônidas Marques, procurando evidenciar as interfaces que ligam as condições socioeconômicas das famílias e suas estratégias de acesso ao mercado institucional proporcionado pela alimentação escolar. As respostas em caráter descritivo buscam responder ao primeiro objetivo desta pesquisa, que é caracterizar as condições socioeconômicas dos agricultores familiares envolvidos no Programa.

Dos 19 agricultores familiares que responderam as entrevistas, dez (52,6%) vivem no estabelecimento há mais de 20 anos, sete (36,8%) de 11 a 20 anos, um (5,3%) de 6 a 10 anos e um (5,3%) agricultor de 0 a 5 anos.

Do total, apenas quatro (21,1%) não são proprietários do estabelecimento, deste um (5,3%) é arrendatário e os demais são filhos dos proprietários, que preservam as terras como patrimônio familiar.

Esse resultado evidencia que as propriedades já são estruturadas e moldadas ao longo dos anos, motivo que facilita as estratégias de permanência das famílias nos estabelecimentos. A média de idade do casal responsável pelos estabelecimentos ficou em 53 anos. Já a média de idade dos filhos residentes nos estabelecimento foi de 21 anos.

Desta forma, quando analisa os indivíduos que estão envolvidos no processo de produtivo para o Programa de Alimentação Escolar, ou seja, os membros que se envolvem em atividades de plantio, cultivo, colheita e distribuição dos alimentos que estão sendo vendidos para esse Programa a média foi de 47 anos. Daqueles que assinam os projetos do chamamento público do fornecimento para a alimentação escolar a média foi de 52 anos.

Na tabela pode-se perceber detalhadamente a faixa etária dos envolvidos com o processo produtivo para o PAE de Capitão Leônidas Marques.

**Tabela 2 - Faixa etária dos envolvidos com a produção para o Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques - 2010 a 2012**

<b>Faixa etária</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
11 – 20 anos	4	9,5
21 – 30 anos	6	14,3
31 – 40 anos	2	4,8
41 – 50 anos	6	14,3
51 – 60 anos	16	38,1
61 – 70 anos	6	14,3
71 – 80 anos	2	4,8
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Analisar a faixa etária é importante também para a relação de continuidade do trabalho na agricultura familiar, pois permite apontar alguns limites ou avanços em relação às atividades de trabalho que são desempenhadas na atividade agrícola. Observa-se que 16 (38,1%) membros das famílias estão na faixa etária de 51- 60 anos. Quando parte como limite essa idade para menor e maior, percebe que há mais membros com idade superior a 51 anos (57,2%). Os dados mostram, embora com pouca diferença, um número menor de agricultores jovens presentes nos estabelecimentos dos entrevistados, o motivo pode estar vinculado ao avanço tecnológico presente no meio urbano que atrai esses jovens, os distanciando das propriedades rurais.

Em relação ao grau de escolaridade, tomaram-se por base os membros que apresentam como atividade a agricultura e que apresentam idade acima de 16 anos, pois, são essas pessoas que participam mais ativamente do processo de produção para alimentação escolar e das decisões familiares.

Nenhum dos membros das famílias com idade a partir de 16 anos completos se declarou analfabeto. Do total dos membros, 16 (38,1%) possuem 1ª a 4ª série completa, 12 (28,6%) possuem a 5ª a 8ª série completa, 11 (26,2%) ensino médio completo, dois (4,8%) possuem o ensino técnico e um (2,4%) já concluiu o ensino superior. Percentuais que apontam um bom nível de escolaridade o que facilita o entendimento de ações que possam interferir com informações que vão além daquelas oriundas das experiências de vida.

A partir desses dados delimitou-se uma relação com três grupos de parentesco (responsáveis e cônjuges; filhos (as); genros e noras) com os níveis de escolaridade. A tabela 3 ilustra os resultados.

**Tabela 3 - Grau de escolaridade dos envolvidos com a produção para o Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques - 2010 a 2012**

Grau de escolaridade	Resp. ou conj.	%	Grau de parentesco		Genros ou Noras	%	Total
			Filhos (as)	%			
Sem escolaridade	0	0	0	0	0	0	0
1 a 4 série	15	93,8	0	0	1	6,2	16
5 a 8 série	9	75	3	25	0	0	12
Ensino médio	3	27,3	7	63,6	1	9,1	11
Ensino Técnico	1	50	1	50	0	0	2
Ensino Superior	1	100	0	0	0	0	1

**Fonte: Pesquisa de campo, 2013.**

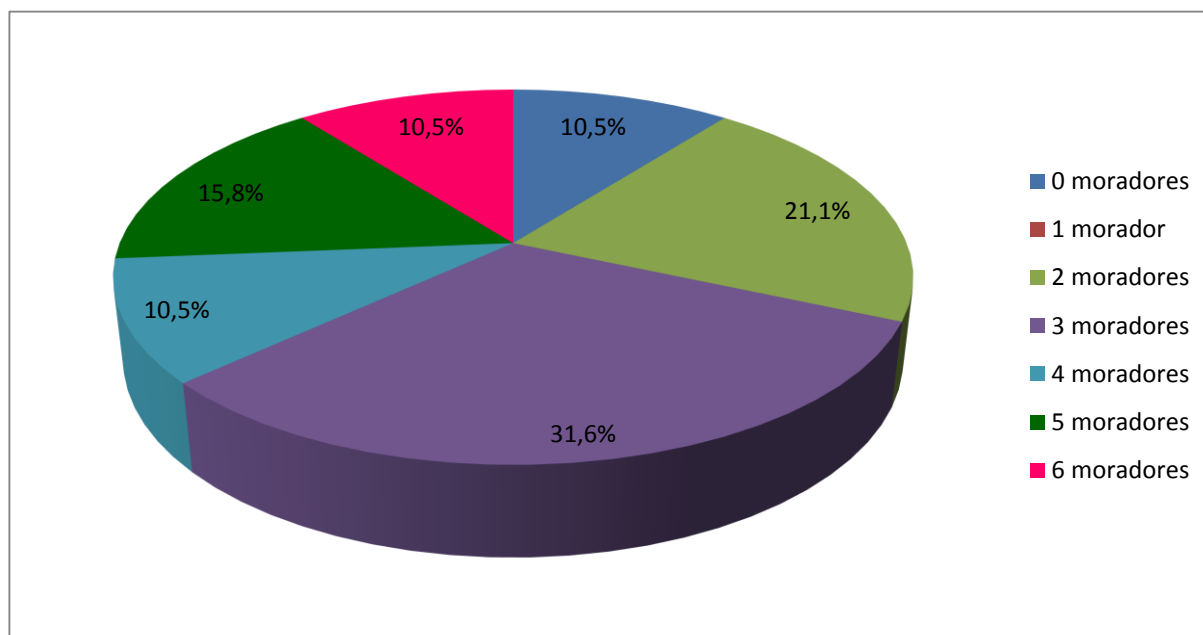
A tabela mostra um equilíbrio no nível de escolaridade, apesar do ensino médio se concentrar mais entre os filhos, genros e noras, apresentando em sua maioria um nível mais elevado de ensino, os responsáveis também apresentaram ensino técnico e superior, evidenciando que o grau de escolaridade está melhorando, devido ao fácil acesso a educação, que tem se potencializado nos últimos anos.

No entanto, há uma preocupação de mão dupla, ao mesmo tempo em que se torna uma conquista a busca pelo ensino superior, se tem a preocupação da saída dos filhos, do campo para a cidade, sustentada pela demanda de emprego não agrícola.

Essa preocupação pode ter relação na representatividade do número de moradores no estabelecimento (todos os membros que residem na mesma residência, incluindo os responsáveis pelo estabelecimento), pois há em maior porcentagem seis (31,6%) famílias com apenas três moradores, em segundo lugar há quatro (21,1%) famílias com dois moradores por estabelecimento, em terceiro, três (15,8%) famílias com cinco moradores e em sequência duas (10,5%) famílias com quatro moradores e duas (10,5%) famílias com seis moradores.

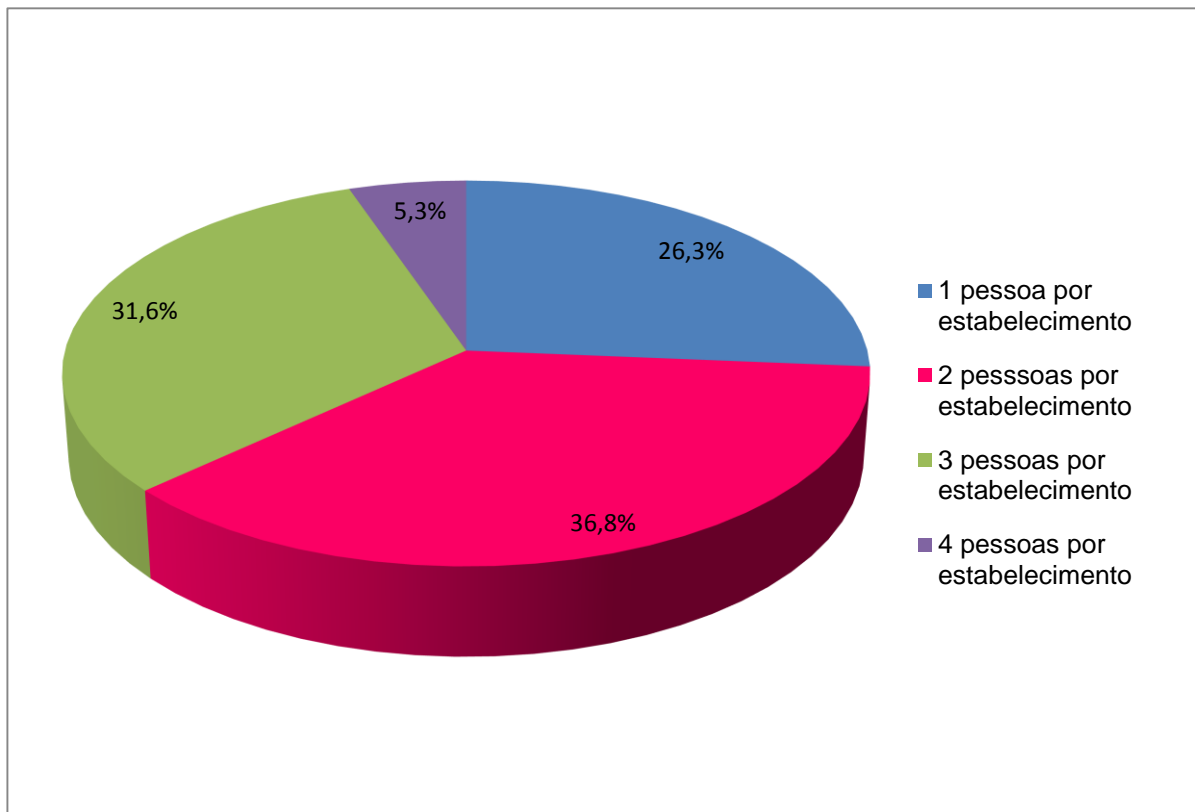
Percebeu-se ainda, que dois (10,5%) entre os 19 agricultores familiares trabalham no estabelecimento e residem na cidade. Esses foram residir para a cidade, mas seu sustento continua vindo da agricultura.

Os dados podem ser percebidos pelo gráfico 1.



**Gráfico 1 - Número de moradores por estabelecimento agrícola**  
 Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Quando se analisa apenas os membros que residem no estabelecimento e que estão envolvidos com a produção para o PAE, do total dos agricultores familiares entrevistados apresenta em média duas pessoas por estabelecimento. Que geralmente é o (a) responsável pelo estabelecimento e a sua (seu) conjuge ou no máximo um a dois (duas) filhos (as). Pois, cinco (26,3%) famílias apresentam no seu estabelecimento apenas uma pessoa que trabalha na agricultura, em sete (36,8%) famílias duas pessoas, seis (31,6%) famílias três pessoas e em uma (5,3%) família quatro pessoas trabalham na agricultura, o que pode ser percebido pelo gráfico 2.



**Gráfico 2 - Número de pessoas por estabelecimento que trabalham na agricultura familiar**  
 Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

São poucos os membros que estão ativamente ligados ao processo de produção agrícola, mas esse número se justifica por serem famílias que não apresentam grande número de membros como pode ser observado anteriormente. Essa diminuição do número de membros nos estabelecimentos pode estar motivada pela busca de uma melhor renda familiar, também pelo estímulo ao consumo e ao estilo de vida urbana (CORONA, 2006).

Além de que, muitos dos filhos já não estão mais no estabelecimento, conforme nota-se na fala de um dos agricultores “[...] hoje só está eu e a mulher, os filhos foram estudando, acabaram por sair de casa” (entrevistado 1). Mas, em contrapartida quando observamos a fala de outro agricultor, “meu filho saiu para o colégio agrícola já com a intenção de voltar e melhorar nossa propriedade e foi isso que aconteceu” (entrevistado 3), surgem perspectivas de permanência de jovens no meio rural. Pode estar havendo um retorno dos filhos, aliado ao fato de que as famílias ainda apresentam membros que estudam e permanecem na atividade agrícola.

Dos membros que não estão envolvidos diariamente na agricultura, mas que residem nos estabelecimentos entrevistados, dez (10,2%) obtêm renda não agrícola, que integram a renda total da família. Percebeu entre os membros que quatro (4,1%) membros têm ocupação atual como “*do lar*”, três (3,1%) apresentam transferências sociais (aposentadorias). Os menores de 16 anos são estudantes.

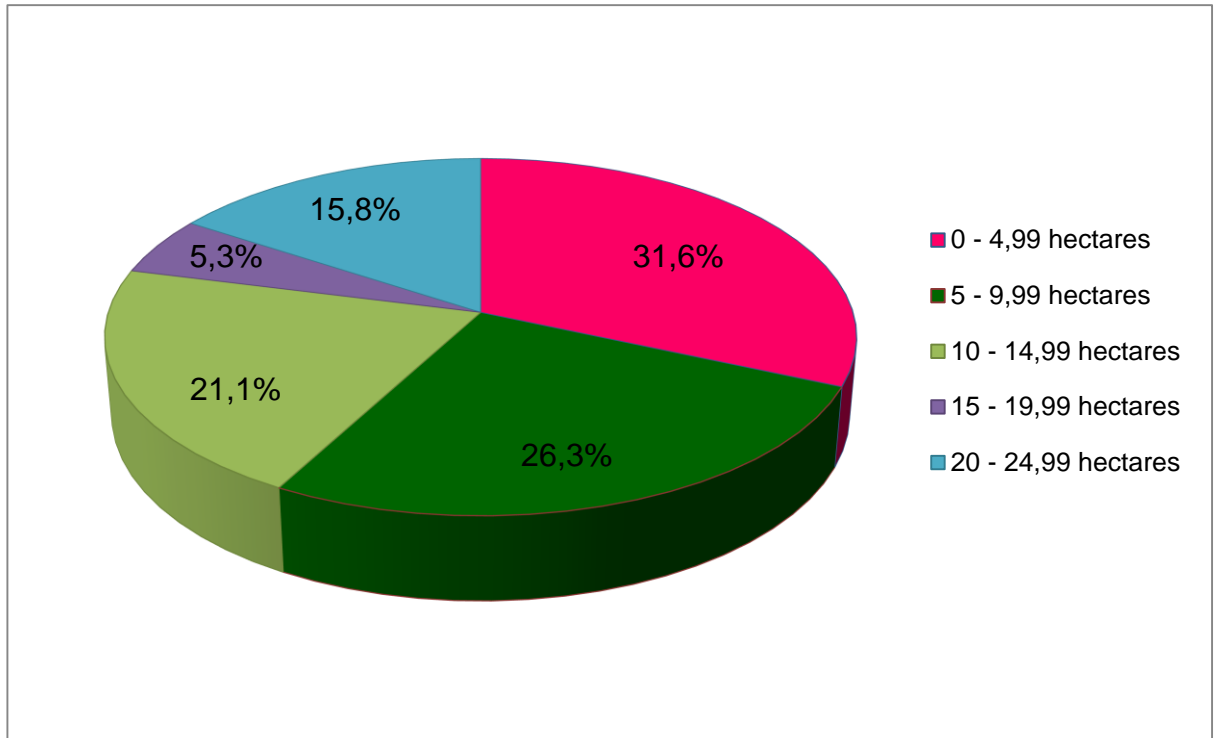
Com base nesses dados determina a existência de pluriatividade, que para Schneider (2004), indica a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura. Assim, os membros das famílias agrícolas se tornam pluriativos quando possuem atividades extraagrícolas associadas a atividades agrícolas. Isto sugere que à medida que os filhos alcançam idade para trabalhar e maior grau de escolaridade se tornam mais pluriativos e com isso alcançam maior diversificação de rendimentos e mais segurança financeira para as famílias.

Em relação à ocupação anterior, apenas três (3,1%) do total dos membros dos estabelecimentos entrevistados não tiveram como atividade anterior a agricultura, os demais iniciaram as atividades e subsistência na agricultura familiar, alguns ao longo dos anos buscaram outra fonte de renda e outros permaneceram com atividades na agricultura familiar. Nesta lógica, percebe-se que ocorreu uma redefinição da estrutura socioeconômica desses agricultores, no entanto é importante apontar que a mão de obra dessas famílias constitui-se entre seus membros. São em poucos, mas é um grupo imbuído de seus conhecimentos e de suas práticas sociais para desenvolver uma produção alimentar baseada na mão de obra familiar.

Quando se observa o tamanho dos estabelecimentos agrícolas no gráfico 3, percebe-se que seis (31,6%) estabelecimentos apresentam de 0 a 4,99 hectares, cinco (26,3%) 5 a 9,99, quatro (21,1%) de 10 a 14,99, um (5,3%) de 15 a 19,99 e três (15,8%) possuem de 20 a 24,99 hectares. Esses entrevistados apresentam no máximo propriedade com 24,99 hectares, sendo que a maioria 11 (57,9%) apresenta propriedade menor que 9,99 hectares.

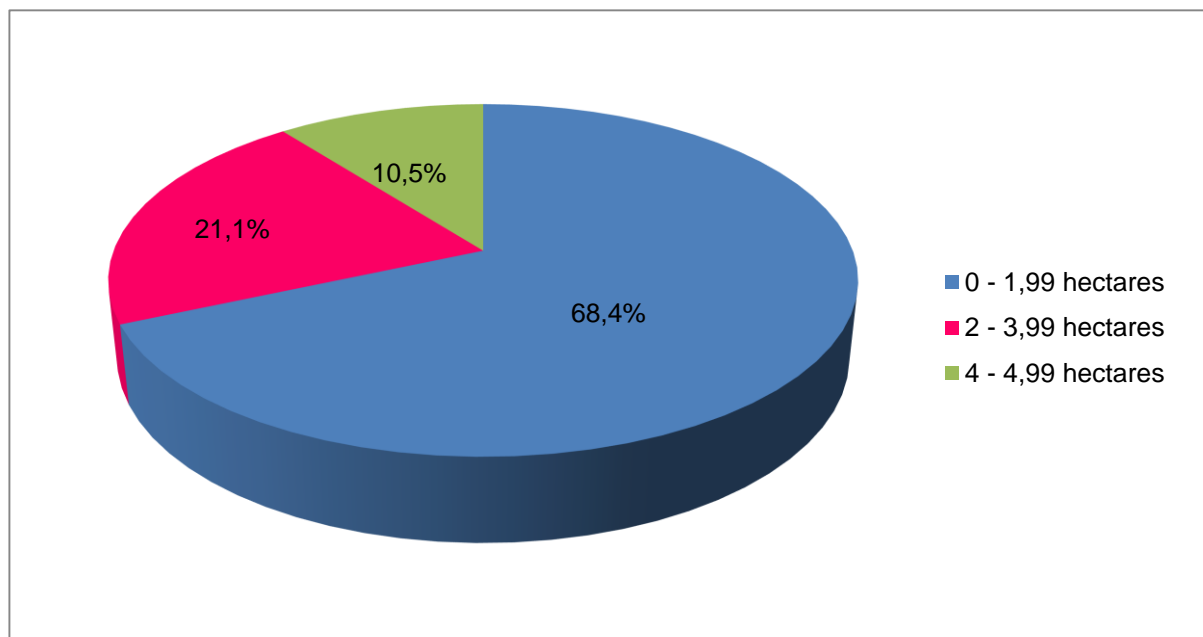
Neste sentido, conclui-se que todos os estabelecimentos são considerados como pequena propriedade rural. Pois, segundo critérios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pequena propriedade rural, é considerada aquela em que o tamanho não ultrapasse quatro módulos rurais e com o trabalho na propriedade exercido, principalmente, pela família residente no estabelecimento. De acordo com os critérios definidos pelo INCRA, um módulo rural pode variar entre

zero e quarenta hectares. Assim, no caso do município de Capitão Leônidas Marques em que um módulo rural equivale a 20 ha, é considerado pequena propriedade aquela que for inferior ou igual a 80 ha.



**Gráfico 3 - Área (ha) dos estabelecimentos agrícolas**  
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Já na ilustração do gráfico 4, nota-se o tamanho da área que é utilizada como horta e pomar comercial, que destina-se a produção para o PAE.



**Gráfico 4 - Área destinada à produção para o Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques**  
**Fonte: Pesquisa de campo, 2013.**

Dentre os entrevistados, a maioria 13 (68,4%) agricultores familiares utiliza menos de 2 hectares para produção de hortaliças e frutas, quatro (21,1%) de 2 a 3,99 hectares e dois (10,5%) de 4 a 4,99 hectares. Esse acesso a terra para cultivar, além de possibilitar a garantia ao consumo familiar, oportuniza estratégias para diversificar e aumentar a renda familiar em pequenas propriedades rurais. Exemplificado pela fala de um dos entrevistados:

Com 5000 m<sup>2</sup> consigo planta oito tipos de produto diferente, tenho minha casa, minha horta com estufa e não passo fome não. Graça a Deus, que eu e a família vivemos bem. Para vender além do mercado, nem preciso sai de casa, o povo da vila tá sempre me procurando (entrevistado 17).

Faz alusão ao citado por Wanderley (2003), que o agricultor familiar constrói sua história, é um ator social que se adapta ao mundo moderno do mercado. No entanto, mantém particularidades enquanto um formato social que não se define apenas pelas relações com o mercado, porque a relação terra, trabalho e família contém um patrimônio que é material, mas também sociocultural.

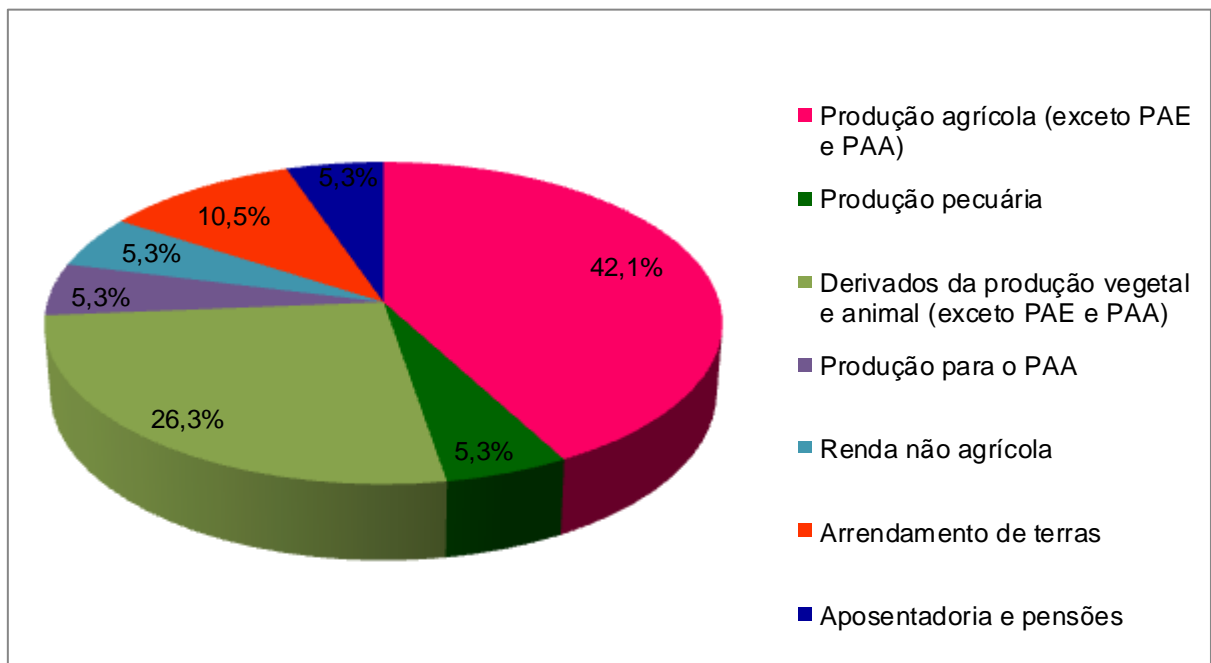
O agricultor familiar “se constrói” com suas peculiaridades, com suas adaptações ao meio que o cerca. As formas de reprodução familiar ganha espaço



neste cenário e contrapõem suas possibilidades de repercussão rentáveis, de acordo com suas disponibilidades de ferramentas necessárias, como o espaço para plantar e a mão de obra necessária para garantir uma renda familiar suficiente.

Com relação à média da receita anual (em %) entre 2010 e 2012<sup>17</sup>, percebe-se que a maior receita da família não está vinculada ao PAE. Conforme o gráfico 5, a maior receita de oito (42,1%) dos entrevistados está na produção agrícola, que agregam soma de mercados (exceto PAE e PAA), em segundo, a maior receita aparece na produção vegetal e animal agrícola (exceto PAE e PAA) em cinco (26,3%) dos entrevistados, em terceiro, de dois (10,5%) agricultores a maior receita é através de arrendamento de terras, em seguida aparece um (5,3%) agricultor com maior receita na produção pecuária, um (5,3%) na renda não agrícola e um (5,3%) aposentadoria e pensões.

O PAA, que assim como o PAE é um mercado vinculado por políticas públicas é a maior fonte para um (5,3%) dos entrevistados, o fato se explica pelo valor maior dos projetos para o PAA. Dos entrevistados, oito (42,1%) dos agricultores além de acessarem o PAE, também completam sua receita vendendo para o PAA.



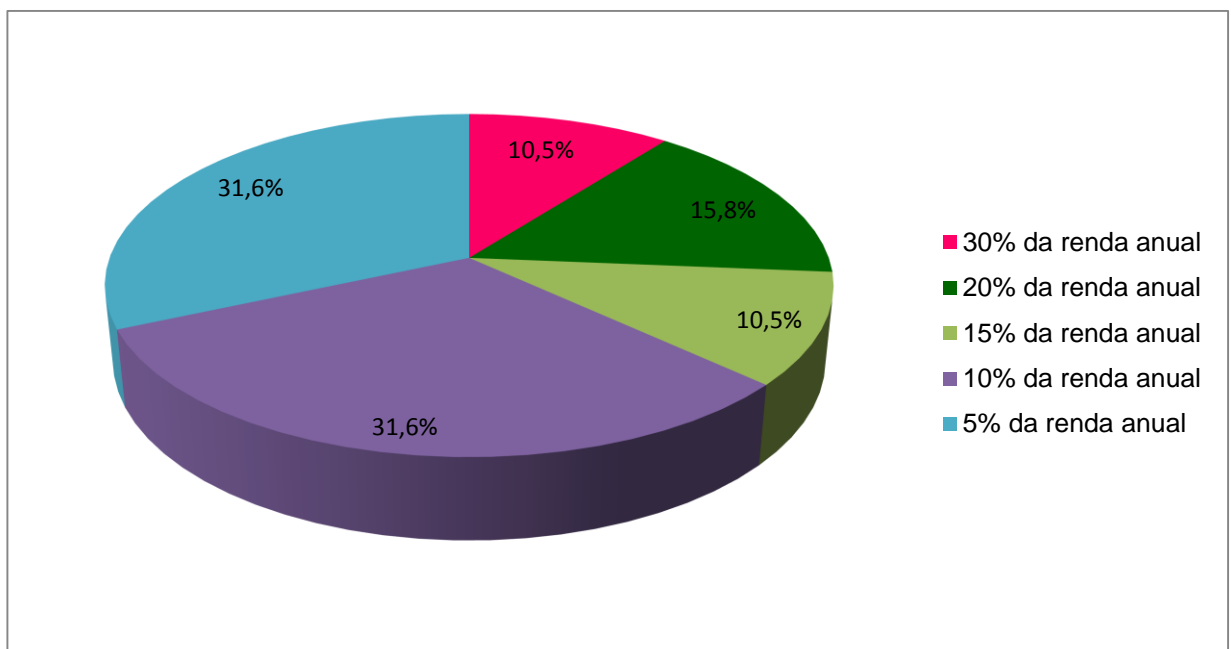
**Gráfico 5 - Atividade de maior receita**

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

<sup>17</sup> Realizada uma avaliação subjetiva da receita pelos agricultores familiares entrevistados. Isso não leva a um real valor monetário e sim em uma porcentagem aproximada.

O aumento da renda e a agregação da produção dos agricultores entrevistados estão sendo contempladas pelo conjunto de mercados, ou seja, usam de estratégias para a soma da venda a supermercados, direto ao consumidor, intermediários e a mercados institucionais.

O gráfico 6, ilustra o percentual de representatividade do fornecimento para o Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques na renda total de cada família.



**Gráfico 6 - Percentual de representatividade do fornecimento para o Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques na renda total de cada família.**

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Embora o PAE não tenha aparecido como a maior renda familiar, as vendas para esse Programa representam 10% da renda anual para seis (31,6%) dos entrevistados, para outros seis (31,6%) representa 5% da renda, para três entrevistados (15,8%) representa 20% da renda, para dois (10,5%) 15% e para outros dois (10,5%) representa 30% da renda anual.

Resultado que fica aparente nas falas de dois dos entrevistados: “é renda mais fixa. Não tem alto e baixo. Dá para contar que entra aquele dinheiro. É pouco, mas já dá para usar, se compromete com esse dinheiro para alguns fins certos”

(entrevistado 5). “Único ganho quase que tenho. Só porco e três vacas de leite para tomar leite e comer carne não satisfaz a renda” (entrevistado 16).

Quando se analisa a participação na vida da comunidade e do município a igreja foi para 19 (100%) dos entrevistados a principal instituição da qual participam, sendo que todos declararam ser católicos. A igreja é o ponto de encontro nas comunidades, todos os domingos as famílias se reúnem para a celebração de uma missa ou de um culto e geralmente esse encontro é aproveitado para outras reuniões como das associações de agricultores que geralmente são organizadas nas comunidades. Nota-se que 15 (78,9%) dos entrevistados fazem parte de organizações como estas.

Essa vivência comunitária não se esgota apenas em uma manhã, à tarde do domingo ou do sábado os salões das comunidades são o ponto de encontro novamente para entretenimentos, como futebol, jogo de baralho e rodas de conversa. Esses encontros mostram uma integração entre as famílias da comunidade com laços de amizade e de união para lutar em prol dos seus interesses e de suas comunidades. O que chamou atenção foi o fato de apenas sete (36,8%) das mulheres participarem do clube das mães, que na maioria dos casos está vinculado a essa integração das comunidades. Um dos fatores pode estar associado ao fato de que as mulheres estão cada vez com maior número de atividades. Na fala da esposa de um dos entrevistados: “[...] eu até participava... mas as companheiras, sempre com coisa para fazer, foram desistindo e o clube foi parando” (entrevistado 7).

Dos 15 agricultores entrevistados que participam de associações, cinco (33,3%) participam também da Associação de Agricultores Orgânicos<sup>18</sup> de Capitão Leônidas Marques, a qual comercializa seus produtos para o PAA.

Em relação às Organizações não Governamentais (ONG's) não houve participação, fato que se explica pela existência no município de apenas duas organizações - a Sociedade Espírita a Caminho da Luz e a Sociedade de Amparo ao Menor Marquesiense (SAMMAR) a primeira vinculada a uma religião distinta da católica e a outra como é pequena comporta poucos membros.

Apenas três (15,8%) entrevistados mencionaram participar de Associação de Pais e Mestres (APM's). No quesito participação no sindicato de trabalhadores

---

<sup>18</sup> Apesar do nome da Associação constar orgânicos, não se constitui somente por produtores orgânicos.

rurais, a adesão é grande, 17 (89,5%) dos agricultores familiares são sindicalizados. Em Conselhos de Comunidades há a participação de sete (36,8%) dos entrevistados.

Doze (63,2%) dos entrevistados são cooperados, no entanto, fazem parte de cooperativas de crédito ou de sementes, nenhuma vinculada a organizações com finalidade de venda para o PAE ou para outros mercados institucionais, visto anteriormente que o PAA é acessado pelos agricultores no município através de associação.

A tabela 4 demonstra os dados mais detalhadamente:

**Tabela 4 - Participação na vida da comunidade e do município dos agricultores familiares fornecedores do Programa de Alimentação Escolar - 2010 a 2012**

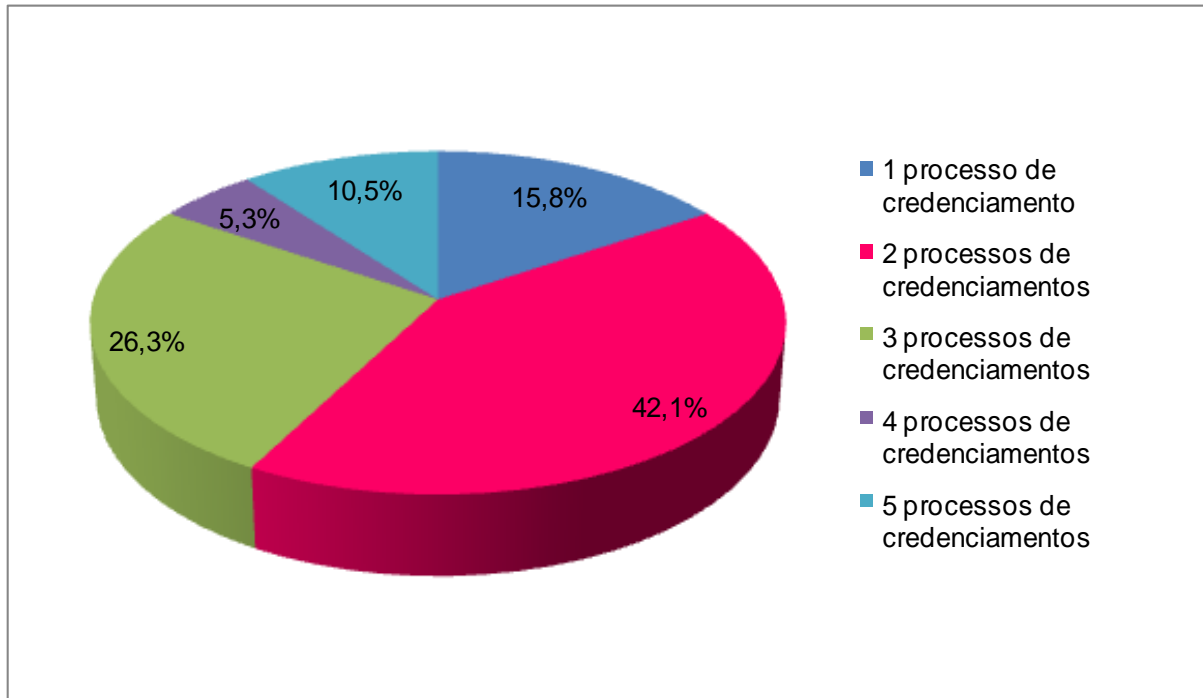
Participação na vida da comunidade e do município	Sim		Não	
	N	%	n	%
Igreja	19	100	0	0
Associação de agricultores	15	78,9	4	21,1
Clube de mães	7	36,8	12	63,2
ONG's	0	0	19	100
APM's	3	15,8	16	84,2
Sindicato de trabalhadores rurais	17	89,5	2	10,5
Conselhos	7	36,8	12	63,2
Cooperativas	12	63,2	7	36,8

**Fonte: Pesquisa de campo, 2013.**

Constata-se que os entrevistados participam de organizações na sociedade, no entanto, se concentram mais em grupos religiosos ou em entidades que buscam lutar pelos seus direitos, que possam interferir positivamente em suas comunidades, classe ou enquanto agricultor individualmente.

Os agricultores familiares se inserem nos processos de credenciamento de forma individual desde 2010. Em relação ao número de participação nesses processos percebeu-se que três (15,8%) agricultores familiares participaram em um processo de credenciamento, oito (42%) em dois processos, cinco (26,3%) em três, um (5,3%) em quatro e dois (10,5%) em todos os processos de credenciamento, ou

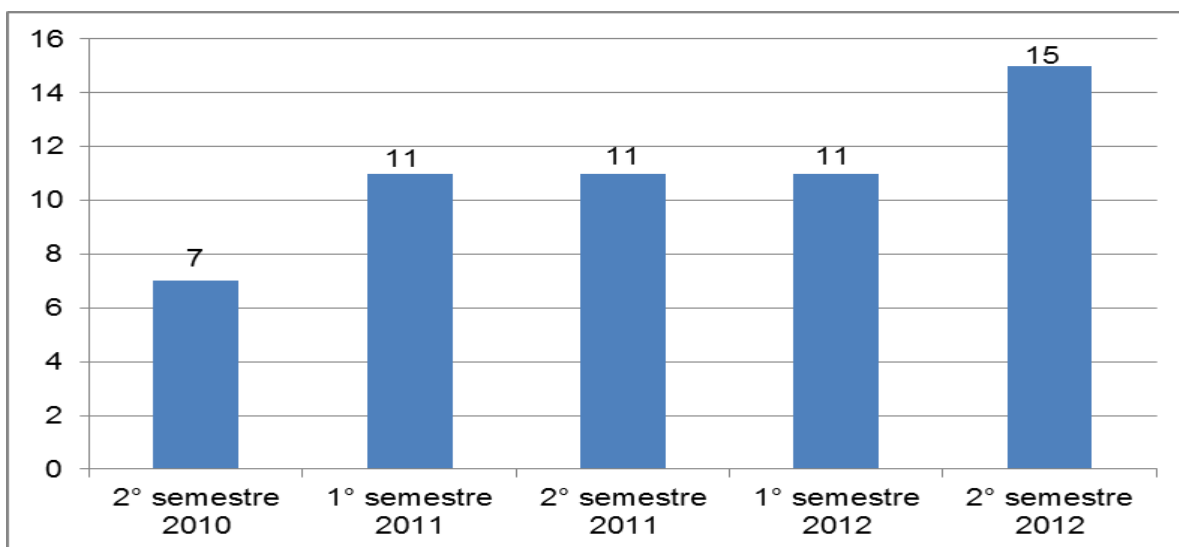
seja, nos cinco processos realizados até o momento - no 2º semestre de 2010, 1º e 2º semestres de 2011, 1º e 2º semestres de 2012. O gráfico 7 ilustra esses dados.



**Gráfico 7 - Participação nos processos de credenciamento para agricultura familiar de 2010 a 2012.**

**Fonte: Pesquisa de campo, 2013.**

Os dados evidenciam que a maioria dos agricultores participou em dois chamamentos públicos dos cinco que tiveram no período da pesquisa. No entanto, deve-se considerar que alguns produzem apenas produtos de época, como o caso da uva, portanto, participam uma vez por ano.



**Gráfico 8 – Número de participantes nos processos de credenciamento para agricultura familiar de 2010 a 2012.**

**Fonte: Pesquisa de campo, 2013.**

Ainda nota-se que alguns são novos, outros já estão há mais tempo acessando o PAE. Justificam-se esses dados também pelo fato de que analisando o número de participantes entre os entrevistados por processo de credenciamento percebe-se que o número de agricultores familiares foi aumentando com passar dos anos. Pois, o PAE no município no quesito compras da agricultura familiar passou a ser disseminado entre a classe de agricultores familiares, os quais conforme interesses passaram a se organizar individualmente para participar dos chamamentos públicos vinculados a esse fim.

### 2.3 OS ALIMENTOS FORNECIDOS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES AO PROGRAMA

A identificação do processo produtivo dos alimentos que são cultivados em especial ao Programa de Alimentação Escolar, são dados pertinentes para saber quais e por que essas opções produtivas ocorrem e as formas de produção que permitem identificar aspectos da qualidade destes alimentos.

Ao analisar as culturas, criação de animais, derivados da produção agropecuária, bem como os *commodities*, percebeu-se que os 19 (100%) agricultores entrevistados apresentam uma boa variedade produtiva, perfazendo um total de 57 diferentes produtos. Sendo que destes 37 foram fornecidos ao PAE de Capitão Leônidas Marques.

O produto que mais apareceu entre as famílias dos entrevistados foi a mandioca, cultivada por 10 (52,6%) agricultores familiares, em segundo a alface por nove (47,4%) dos agricultores, seguida pela cenoura e o tomate, produzidos por sete (36,8%) agricultores, além dos outros tipos de culturas que são detalhados na tabela 5, 6, 7 e 8, que apresentam também as quantidades das culturas adquiridas em 2012<sup>19</sup> e o número de agricultores que as produzem.

**Tabela 5 - Quantidades totais no ano de 2012 de culturas produzidas pelos fornecedores do PAE, quantidades adquiridas para atender o PAE e o número de agricultores familiares que as produzem**

(continua)

Produtos	Unidade	Quantidade produzida	Quantidade adquirida para atender PAE	Número de agricultores familiares produtores
Abacaxi	Kg	10000	0	1
Abobrinha	Kg	4900	678	4
Acelga	Kg	4400	800	2
Almeirão	mç	4000	504	4
Alface	mç	155250	3682	9
Banana	Kg	1200	6440	4
Batata doce	Kg	1300	373	2
Beterraba	Kg	600	572	3
Brócolis	Kg	4650	330	3
Cana de açúcar	Kg	15000	0	1
Caqui	Kg	12000	1090	1
Cenoura	Kg	5400	1434	7
Cheiro Verde	mç	17600	630	5
Chicória	mç	400	0	1
Chuchu	Kg	300	200	2
Couve flor	Kg	400	341	3

<sup>19</sup> Dados dos arquivos da Divisão de Alimentação Escolar, disponibilizados através dos processos de compras referente ao atendimento do PAE realizados em 2012. Foram contabilizados os produtos adquiridos pelos processos licitatórios do comércio varejista, assim como dos chamamentos públicos destinados ao agricultor familiar. Destes itens os que não são comprados dos agricultores familiares são: queijo, leite, suíno, frango, gado de corte e milho verde.

**Tabela 5 - Quantidades totais no ano de 2012 de culturas produzidas pelos fornecedores do PAE, quantidades adquiridas para atender o PAE e o número de agricultores familiares que as produzem**

**(conclusão)**

Produtos	Unidade	Quantidade produzida	Quantidade adquirida para atender PAE	Número de agricultores familiares produtores
Couve manteiga	mç	1650	460	4
Feijão	Kg	200	1110	1
Figo	Kg	380	0	2
Jabuticaba	Kg	200	0	1
Laranja	Kg	16400	3455	5
Limão	Kg	100	0	1
Mamão	Kg	400	1740	4
Mandioca	Kg	34700	941	10
Melancia	Kg	2200	420	2
Melão	Kg	5100	193	3
Milho verde	Kg	4300	10	2
Morango	Kg	750	464	3
Pepino	Kg	4550	55	5
Pêssego	Kg	1700	620	4
Pokan	Kg	910	570	3
Repolho	Kg	12850	2037	4
Rúcula	mç	300	168	2
Tangerina	Kg	5800	293	2
Tomate	Kg	37500	1958	7
Uva	Kg	7450	405	5
Vagem	Kg	310	310	2

**Fonte: Pesquisa de campo, 2013.**

Em síntese, os dados permitem afirmar que a maioria das culturas apresentadas está sendo cultivada de forma suficiente para atender o mercado do PAE, exceto no caso da banana, feijão e do mamão, em que há uma produção inferior à adquirida. Para atender a demanda desses produtos faz-se necessário adquiri-los no comércio varejista que os trazem de outras localidades. Neste ponto, há a necessidade de aumento da produção ou da entrada de novos agricultores familiares que forneçam esses produtos. Já a vagem está sendo produzida exatamente na quantidade consumida. Portanto, não conseguiria atender outro canal de comercialização.

Percebeu-se ainda que o limão, figo, jabuticaba, chicória e abacaxi estão sendo produzidos, no entanto, não foram adquiridos no ano de 2012. Esses



produtos sugerem um aumento na diversidade da pauta alimentar para os próximos anos. Exceto o figo, pois, através de arquivos da Divisão de Alimentação Escolar constatou que já foi adquirido em processos de credenciamento anteriores, no entanto não teve boa aceitabilidade entre os alunos<sup>20</sup>. Já a cana de açúcar não é adquirida in natura, mas na forma de açúcar mascavo e melado.

A maçã conforme análise da lista de alimentos adquiridos é consumida em grande quantidade pelos alunos, no entanto como não faz parte dos cultivos da região é adquirida do comércio varejista.

**Tabela 6 - Quantidades totais no ano de 2012 de criação de animais dos fornecedores do PAE, quantidades adquiridas para atender o PAE e o número de agricultores familiares que os criam**

Produtos	Unidade	Quantidade produzida	Quantidade adquirida para atender o PAE	Número de agricultores familiares produtores
Frango	Kg	60000	3025	2
Gado de corte	Kg	1200	3050	1
Peixe	Kg	1500	0	1
Suíno	Kg	6400	275	1

**Fonte: Pesquisa de campo, 2013.**

Dentre o total de agricultores entrevistados, dois criam frango e suas quantidades seriam suficientes para atender o PAE. Já não acontece com o gado de corte e o suíno, que necessitaria aumentar a produção ou mais agricultores familiares criadores serem envolvidos no Programa. No entanto, nenhum tipo de animal, assim como nenhum de seus derivados, foi adquirido pelo PAE, mesmo que produzidos pelos agricultores familiares.

Já o peixe não foi adquirido. De acordo com a Divisão de Alimentação Escolar, esse resultado é evidenciado pela falta de uma indústria alimentícia deste ramo ou uma cooperativa que realize o processamento da carne, devido à necessidade de um processo mais cuidadoso quanto aos elementos filiformes,

<sup>20</sup> Embora, a Resolução CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013 determina que poderão ser dispensadas do teste de aceitabilidade frutas, segundo registro da Divisão de Alimentação Escolar, no caso do figo foi realizado e o resultado demonstrou baixa aceitabilidade.

cartilagíneos ou ósseos, que formam o esqueleto dos peixes. Pois, assim facilita as preparações servidas aos alunos, que necessitam de segurança em relação às espinhas dos peixes.

Os produtos apresentados na tabela 6 foram adquiridos no comércio varejista local, pois as exigências sanitárias para comercialização desses produtos vão além de apenas cultivar ou produzir, são regidos por um processo rigoroso de qualidade da matéria prima. Conforme art. 33 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013:

Os produtos alimentícios a serem adquiridos para o alunado do PNAE deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA do Ministério da Saúde – MS e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (BRASIL, 2013, p.15).

Assim, no caso dos produtos de origem animal há necessidade de um estabelecimento adequado, do ponto de vista ambiental e sanitário, ou seja, no mínimo com Serviço de Inspeção Municipal (SIM), que autorize a comercialização dentro do próprio município. Caso o produto seja comercializado de forma irregular, está sujeito à fiscalização e recolhimento, além da suspensão do repasse dos recursos destinados a alimentação escolar. Como não há no município local apropriado para este fim, impossibilita os agricultores entrevistados a fornecerem esses produtos ao PAE.

**Tabela 7 – Quantidades totais no ano de 2012 da produção de derivados da agropecuária, da quantidade adquirida pelo PAE e o número de agricultores familiares que os produzem**

(continua)

Produtos	Unidade	Quantidade produzida	Quantidade adquirida para atender PAE	Número de agricultores familiares produtores
Açúcar mascavo	Kg	30000	176	1
Bolacha	Kg	1000	1546	1
Cuca	Kg	1000	77	1
Doce de frutas	Kg	3630	242	2
Leite	Lt	196900	13355	6

**Tabela 7 – Quantidades totais no ano de 2012 da produção de derivados da agropecuária, da quantidade adquirida pelo PAE e o número de agricultores familiares que os produzem**

Produtos	Unidade	Quantidade produzida	(conclusão)	
			Quantidade adquirida para atender PAE	Número de agricultores familiares produtores
Macarrão	Kg	1000	2436	1
Melado	Kg	50000	212	1
Pão	Kg	1000	2185	1
Pé de moleque	Kg	10000	0	1
Queijo	Kg	350	210	1
Rapadura	Kg	10000	0	1
Vinho	Lt	2000	0	2

**Fonte: Pesquisa de campo, 2013.**

Produtos como o açúcar mascavo, doce de frutas, cuca e melado são produzidos em maior quantidade que a adquirida, o que possibilita esses agricultores abranger mais canais de comercialização.

Pão, macarrão e bolacha apresentaram produção inferior à adquirida, neste sentido, há perspectiva para o crescimento do setor de panificação no PAE, visto que como alguns dos entrevistados já fornecem esses gêneros alimentícios, já se encontram adequados às normas da legislação sanitária.

Essa constatação evidencia que por mais que a formalização das agroindústrias sofre com barreiras legais relacionados a aspectos sanitários, principalmente as relacionadas com os produtos de origem animal, alguns agricultores estão enfrentando essas limitações e se ajustando as legislações em outros ramos, como exemplo da panificação.

Alimentos que são produzidos pelos entrevistados, mas não são adquiridos como vinho, rapadura, pé de moleque, não se encaixam nas diretrizes da alimentação escolar.

Foram poucos os agricultores entrevistados, ou seja, dos 19 entrevistados apenas cinco (26,3%) que além das culturas produzidas, da criação de animais e dos derivados da produção agropecuária apresentados nas tabelas anteriores, produzem culturas (*commodities*) como soja, milho, trigo e fumo. Dos cinco agricultores que cultivam o milho, quatro agricultores também cultivam a soja, dois

agricultores aliam essas duas culturas ao trigo e um agricultor ainda ao fumo. As quantidades são detalhadas na tabela 8.

**Tabela 8 - Quantidade de culturas (*commodities*) produzidas e o número de agricultores familiares produtores que fornecem para o Programa de Alimentação Escolar - 2010 a 2012**

Cultura	Unidade	Quantidade produzida	Número de agricultores familiares produtores
Soja	Kg	230800	4
Milho	Kg	126200	5
Trigo	Kg	50260	2
Fumo	Kg	4000	1

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

São poucos os agricultores que utilizam a mecanização na agricultura, a qual foi impulsionada pelas transformações da modernização na agricultura. Supõe-se que parte desse grupo de produtores incorporou a combinação da produção voltada para o grande e pequeno mercado, mas em contrapartida a maioria destes agricultores produz para o pequeno mercado, no caso, o mercado institucional.

Essa característica específica de incorporação ao mercado institucional associa-se à emergência da demanda por aportes diferenciados, que contém especificidades socialmente construídas através do que Ploeg (2011) chama de mercados aninhados. Esses mercados, de acordo o autor, não são fechados e possibilitam a construção de trajetórias de um desenvolvimento rural que ultrapassa as falhas existentes no mercado. Quando comparados às *commodities*, possuem qualidade superior e origem conhecida. Sua produção guarda traços dos produtores com incorporação de arranjos sociais entre produtores e consumidores, o que representa diversos graus de acessibilidade.

Ainda o resultado pode demonstrar que o efeito da modernização na agricultura tradicional promoveu graus de modernização diferenciados. Neste ponto, percebe que poucos agricultores deixam de produzir alimentos para o seu autoconsumo, e passam a se “adaptar” aos modelos de desenvolvimento proposto pela modernização, em que passa a valer mais o lucro, com uma produção voltada

ao mercado, em grande escala, de forma a gerar mais lucro, em detrimento da produção para autoconsumo familiar.

Contudo, mesmo com esta proeminente alteração no meio rural, a produção para autoconsumo é importante em várias esferas da agricultura familiar, por ser um “responsável por uma maior autonomia das famílias frente ao contexto social e econômico que circunda as unidades de produção” (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 17).

Assim, relaciona-se o autoconsumo como forma de proteção das famílias frente ao mercado de alimentos de forma a propiciar o alcance aos princípios que integram a SAN (acesso a alimentação com qualidade nutricional e em quantidades suficiente, cultura alimentar e diversidade alimentar).

Produzindo na unidade familiar parte de seus alimentos, o agricultor familiar pode utilizar de sua autonomia para escolher as melhores formas de plantios, as quantidades necessárias para o consumo de sua família, de modo a não depender totalmente da aquisição dos produtos no mercado. Ao mesmo tempo em que, apresenta predisposição a utilizar de seus costumes alimentares para escolher a forma de preparação, respeitando os gostos e costumes. Uma vez que são munidos de meios e saberes necessários para produzir uma boa diversidade de alimento para o consumo, mesmo adquirindo parte no mercado externo.

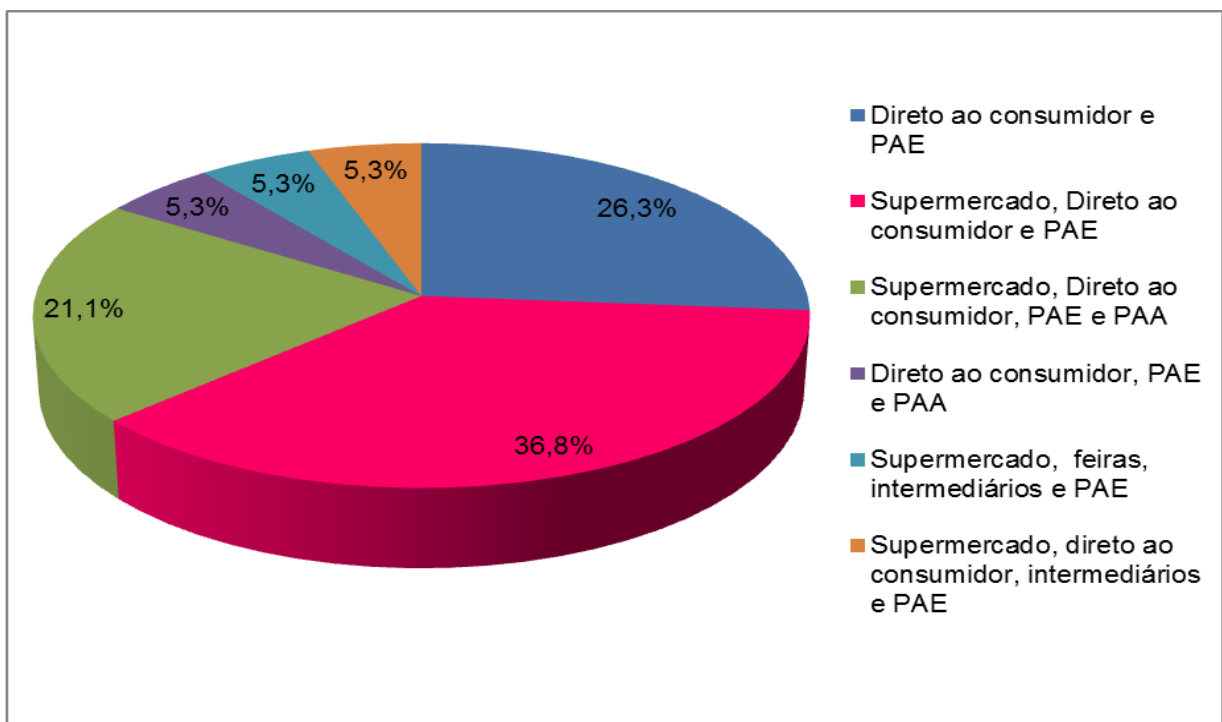
Para identificar a diversificação de produção, utilizaram-se parâmetros adaptados de Corona (2006), contabilizando toda a produção voltada exclusivamente para o consumo da familiar. Os parâmetros utilizados foram: considerando baixa diversidade - o que compreende uma produção de até quatro produtos; baixa para média diversidade - equivale à faixa de cinco a nove produtos; média diversidade - está entre 10 a 14 produtos; média para alta diversidade - equivale a uma produção de 15 a 19 produtos; alta diversidade - significa uma produção de 20 e mais produtos de cada família agricultora.

Para Corona (2006, p. 139), “essa hierarquização permite compreender melhor a importância ou não da produção para o consumo próprio (...) para poder observá-la no conjunto das estratégias familiares”. Para a contagem dos produtos que compõem a pauta da produção das famílias, foi somada uma por uma das culturas, criações e dos derivados da agropecuária.

Através dessa contagem percebeu que nenhum dos agricultores apresenta baixa diversidade; um (5,3%) baixa para média diversidade; cinco (26,3%) média

diversidade; 11 (57,9%) agricultor apresentou média para alta diversidade e dois (10,5%) com alta diversidade. Assim, analisando a diversidade observa-se que a maioria dos entrevistados situa-se na média para alta diversidade.

Nenhum dos agricultores familiares entrevistados vende sua produção para apenas um tipo de mercado. Há um conjunto de estratégias de venda, acessando vários canais de comercialização de seus produtos. Dos entrevistados, sete (36,8%) agricultores vendem ao supermercado, direto ao consumidor e para o PAE; quatro (21,1%) além desses três vendem também para o PAA; cinco (26,3%) vendem apenas direto ao consumidor e para o PAE; um (5,3%) além desses dois vendem para o PAA; um (5,3%) supermercados, feiras, intermediários e PAE e um (5,3%) vende para o supermercado, direto ao consumidor, intermediário e PAE. O gráfico 9 apresenta esses dados.



**Gráfico 9 - Tipos de agregação ao acesso aos mercados da agricultura familiar**  
 Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Essa combinação de canais de mercados e de produção pode ser influenciada por diversos graus de acesso à modernização, além do contexto social e econômico que os envolvem. A cultura local, as condições de trabalho, o domínio

técnico e tipo de relação com o mercado, também podem ser pontos relevantes na definição da combinação de acesso a mercados. Essa escolha permite-os manterem-se de forma mais “equilibrada”, ora participando, ora protegendo-se do sistema capitalista, para controlar os entraves que surgem acoplados aos sobressaltos e contratempos específicos de cada mercado escolhido.

Não gosto de vender picado na rua, é melhor entregar em grande quantidade, porque meu produto como coloco no mercado se eles compram na rua depois não vendo no mercado e lá já recebo de uma vez. Já sei mais ou menos quantos mercados tenho que passar, se em um vendi pouco naquele mês vou deixando o produto nas barracas da rodovia. Aqui não tem feira, mas quando vou para outras cidades vou só onde tem essas grandes, porque se não também é tudo picado... (entrevistado 11)

Ah... o bom de mais um lugar para vende é que para quem já está na atividade, é mais um meio de agregar valor, são mais produtos certo para venda. Enfraquece de um lado, mas tem outro para se mante. Se cai o preço de um dos mercados tenta do outro lado muda e assim que vamos se virando, quanto mais lugar, mas certeza de ganho (entrevistado 6).

Os relatos dos entrevistados exprimem as preferências pelas combinações de mercados, que em suma são definidas pelos interesses de cada agricultor. Por exemplo, seis (31,6%) deles em sua combinação deixam fora o supermercado e apenas um (5,3%) não gosta de vender direto ao consumidor.

As estratégias realizadas por esses agricultores familiares estão sugerindo que, quanto maior o número de mercados, maiores as chances de sucesso. E ainda que as escolhas de onde comercializar seus produtos são movidas pelas afinidades específicas de cada agricultor familiar, o que demonstra que além do ganho monetário, há escolhas preferenciais orientadas pela satisfação. “Me sinto mais a vontade em não precisar bater de casa em casa, faço o contrato e vendo por aqui, não é tão picado a venda” (entrevistado 17).

Os interesses são movidos por situações diversas, muitos agricultores se adaptam melhor aos pequenos mercados por exigir uma escala menor de produção e facilidade de negociação, outros preferem grandes mercados por estarem preparados para produções em larga escala. A relação direta com o consumidor envolve valores sociais e princípios e alguns agricultores sentem-se mais autônomos no processo, outros se colocam frente a um grande desconforto. Mas, estas formas não são generalizadas existem diversos elementos que são colocados em seus

cálculos e nas escolhas de mercado, que vão além dos componentes monetários e integram também as estratégias de mercado por afinidade.

Para Kiyota e Gomes (1999) as estratégias de comercialização são combinatórias entre as vontades subjetivas e as regras sociais, através de uma interpretação do universo total que leva em consideração os seus interesses próprios despertados e o resultado deste processo.

Os interesses próprios podem levar a escolhas também pelos métodos de produção, desta forma com relação à utilização de adubos, dentre os 28 produtos (hortaliças, frutas e tubérculos) que são vendidos para o PAE entre 2010 e 2012, quatro (21,1%) dos agricultores familiares usam apenas adubo orgânico<sup>21</sup>, e 15 (78,9%), referiram a utilização da base com adubo orgânico, no entanto no decorrer do cultivo, mistura com adubos químicos.

Os produtos consumidos que os agricultores citaram como sendo orgânicos<sup>22</sup> são: acelga, batata doce, mamão, mandioca, cheiro verde de três produtores, couve manteiga de três produtores, couve flor de um produtor, figo de um produtor, laranja de um produtor, melão de um produtor, pepino de um produtor, pêssego de um produtor, pokan de um produtor e vagem de um produtor.

Os produtos que foram citados como os que mais utilizam adubo químico e agrotóxico foram: brócolis, morango e tomate. A tabela 9 ilustra os dados detalhados.

---

<sup>21</sup> Caracteriza como adubo orgânico: esterco, adubação verde, composto orgânico e rochas naturais moídos.

<sup>16</sup> Para os entrevistados o orgânico se traduziu em alimentos produzidos sem qualquer tipo de agrotóxicos ou insumos artificiais tóxicos.

Para Darolt (2007, p. 2), alimento orgânico é “produzido em sistemas que não utilizam agrotóxicos (inseticidas, herbicidas, fungicidas, nematicidas) e outros insumos artificiais tóxicos (adubos químicos altamente solúveis), organismos geneticamente modificados ou radiações ionizantes”.

No entanto, o estudo não se propôs a uma análise de toda a produção para a identificação de um sistema orgânico de produção, conforme Lei n. 10.831 de 23 de dezembro de 2003, que estabelece as normas de produção, embalagem, distribuição e rotulagem para os produtos orgânicos de origem animal e vegetal.



**Tabela 9 - Número de agricultores familiares conforme os tipos de adubação por produtos adquiridos para o Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques - 2010 a 2012**

Produtos	Tipo de adubação				
	Adubo orgânico	Adubo químico	Inseticida	Fungicida	Herbicida
Abobrinha	3	1	3	1	1
Acelga	1	0	0	0	0
Alface	7	1	3	1	1
Almeirão	4	1	2	1	1
Batata doce	1	0	0	0	0
Beterraba	3	2	3	2	2
Brócolis	2	2	2	2	2
Caqui	1	0	1	0	0
Cenoura	4	1	2	1	1
Cheiro Verde	5	1	3	1	1
Chuchu	2	1	2	1	1
Couve manteiga	4	1	1	1	1
Couve-flor	2	1	1	1	1
Figo	2	1	0	0	0
Laranja	3	0	2	1	1
Mamão	3	0	0	0	0
Mandioca	8	0	0	0	0
Melão	3	0	2	0	0
Morango	3	2	3	2	2
Pepino	3	1	2	1	1
Pêssego	3	2	1	1	1
Pokan	2	0	1	0	0
Repolho	2	0	1	0	0
Rúcula	2	0	1	0	0
Tangerina	1	1	1	1	1
Tomate	5	4	5	4	4
Uva	2	1	2	1	1
Vagem	2	1	1	1	1

**Fonte: Pesquisa de campo, 2013.**

Esses dados remetem a associação do modo de produção tradicional e adoção de tecnologia da modernização, a qual promoveu a reestruturação do

campo, através da incorporação de adubos químicos e agrotóxicos em suas produções.

Sobre o uso de agrotóxicos e adubos químicos, 15 (78,9%) dos agricultores familiares entrevistados utilizam inseticidas; 11 (57,9%) fazem uso de fungicida e; 10 (52,6%) de herbicida. Portanto, a grande maioria utiliza em pelo menos um de seus produtos, agrotóxicos.

Os dados apresentados retratam um modelo de agricultura que se aproxima do modelo convencional, este que diz respeito à crescente utilização de agrotóxicos e de adubos químicos, produção voltada para a venda e concentração na produção de culturas que atendam às demandas de mercado. No entanto, é relevante considerar que há uma percepção por parte dos entrevistados, quanto à importância e o cuidado no uso de agrotóxicos e adubos químicos, por mais que ainda essa seja pequena e em certos momentos contraditórias:

Uso além do adubo orgânico, o inseticida, mas só no começo, depois não precisa mais (entrevistado 12).

Respeito o período de carência, uso veneno mais cuidado no vencimento. Cuido muito, desde a carência e um pouco mais ainda (entrevistado 19).

Na uva, brócolis e no tomate não tem jeito, mas procuro produzir os outros apenas com adubo orgânico (entrevistado 4).

Faço a base orgânica, depois completo com o químico, mas pouco, sempre seguindo as orientações do técnico (entrevistado 5).

Até final de 2011 eu plantava orgânico, mas tinha muito inseto parei e comecei a colocar o químico, mas respeito à plantação (entrevistado 13).

Os cuidados com a utilização dos agrotóxicos e adubos químicos aparecem de certa forma nas preocupações expostas pelos entrevistados, no entanto, deve-se considerar que a produção do grupo de entrevistado é de baixa escala e isso favorece o pouco uso de produtos industrializados, além do custo reduzido, "quanto menos se usa, menos se paga, mais lucro" (entrevistado 12). Mas, o que se percebe

que, apesar das preocupações com prazos de carência, grande parte dos agricultores utilizam agrotóxicos e adubos químicos.

No entanto, é pertinente não esquecer que a prática da agricultura convencional apresenta normalmente resíduos de compostos químicos, que se dão pela intensidade da aplicação ou pelo não cumprimento dos prazos de carência, acarretando preocupações à saúde pública (SANTOS, MONTEIRO, 2004). Já a agricultura orgânica é uma opção para a produção de um alimento seguro, que está intimamente ligado à questão da segurança alimentar dos consumidores (HAMERSCHMIDT, 2004). Os produtos orgânicos também agregam valor pelo aspecto ecológico que conferem ao meio ambiente.

A crescente preocupação quanto aos resíduos químicos e a possibilidade de contaminação dos alimentos têm levado ao aumento da demanda e da produção de alimentos orgânicos, o que representa maiores benefícios não somente aos consumidores, mas também ao meio ambiente. No tocante a essa forma de produção, ainda merece ser melhorada, adequada ou persistida para alguns e conquistada por outros agricultores entrevistados.

Dos 19 entrevistados, quatro (21,1%) assim como outros agricultores do município já fizeram parte de um dos projetos da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Capitão Leônidas Marques que nasceu em 2000, com a finalidade de produzir alimentos baseados em técnicas alternativas, livres de agrotóxicos, biocidas, adubos químicos e quaisquer outros insumos ou práticas que possam representar ameaças ao meio ambiente e à saúde humana, para tanto, os referidos produtores buscaram formação especializada com profissionais da área. Na época houve uma boa adesão, no entanto, ao longo dos anos, o modo de cultivo de alguns dos agricultores, infelizmente, foi alterado para o modelo convencional.

Outro projeto da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente é o de fruticultura que tem como objetivo a distribuição de sementes certificadas, o que beneficiou a todos os entrevistados produtores de frutas. O uso de sementes certificadas está relacionado com o controle fitossanitário da produção de frutas e hortaliças, o que diminui o risco de propagar pragas e doenças (AMARO, et al, 2007).

No panorama geral, os agricultores familiares que abastecem o Programa de Alimentação Escolar são agentes que estão preocupados com sua produção e buscam melhorias para tal finalidade. Neste sentido, pretendeu-se identificar se há diferença entre os alimentos direcionados para o autoconsumo familiar, dos que são

vendidos para o mercado em geral e aqueles vendidos para alimentar os 1419 alunos do município através da alimentação escolar?

O resultado deste questionamento contabilizou cinco citações relacionadas:

É diferente, para quando vende normal é mais fácil, para escola tenho que colocar em vidros especiais, etiquetar e um monte de papel, para conseguir na vigilância... (entrevistado 1).

Tem diferença sim e uma se tem furo não vai, se não tem qualidade vai para os porcos e peixes [...] chega na escola com furo ou no mercado já não recebe. Ou quem compra que paga pouco, assim quando seleciono para as escola o produto vai ganhando valor (entrevistado 2).

Quanto à diferença digo que escola é mais classificada. Já na rua é mais barato não precisa estar tão boa. Se na escola não tá bom, devolvem [...] cuidam bastante se o produto é bom (entrevistado 9).

[...] Ah escolas é mais selecionados. Quando colhe as frutas tira os selecionados e dá para os bichos os outros (entrevistado 10).

Sim, na maioria das vezes é o melhor. Qualifico! O que come em casa é o que fica (entrevistado 16).

Os depoimentos desses cinco (26,3%) agricultores fornecem elementos para identificar que os seus produtos são classificados exclusivamente para os alunos do município, que há uma qualidade, ainda que esta seja apenas no sentido “visual”. Já entre os outros 14 (73,6%) entrevistados a produção para o consumo da família, para o mercado institucional e para venda em geral é a mesma. Entre os 19 entrevistados não houve diferença entre a produção com ou sem utilização de adubos químicos e agrotóxicos.

A diferença, citada pelos cinco agricultores, faz objeção à qualidade “visual”. Eles buscam o reconhecimento do que se consome e de quem produz, é alocada ao enraizamento dos mercados nos valores sociais e de localização, diferente da qualidade determinada por valores econômicos e pelas tendências globais (TRICHES, 2012). Estão imbricados pelo sentido social de conceber o seu reconhecimento como fornecedor de um alimento que contém uma qualidade superior na comparação com outros produtos que são postos pelos impérios agroalimentares que governam os grandes mercados. Ou seja, os alimentos são selecionados não no sentido da “beleza visual”, mas sim na qualidade que afere.

Para Ploeg (2011) os mercados emergentes, como o caso do PAE, visa proteger espaços específicos contra o regime imperial. Essa especificidade que, adere-se “as diversas e interconectadas linhas de especificidade criam o ‘ninho’: o ‘invólucro’ que protege o que acontece e cresce em seu interior” (PLOEG, 2011, p. 124). O diferencial por parte da qualidade e da procedência conhecida, mantem os agricultores fortes frente às tendências do mercado.

Ponto comum entre dois dos entrevistados citados acima é a constatação de que as escolas exigem qualidade na entrega, caso o produto não apresente boas condições na entrega, esses são devolvidos aos produtores, que ficam responsáveis em repor a mercadoria. Considera-se a ação um laço positivo, pois, constata-se que os agricultores conhecem essas exigências e se preocupam em adaptar-se a elas.

Com isso passam a agregar valor ao seu produto, além de abrir portas a novos mercados, “se eu escolho os melhores, quando os professores veem querem comprar” (entrevistado 9). A estratégia do entrevistado, além de entregar como é exigido, já aproveita dessa venda para divulgar o seu produto e vender mais.

As exigências no recebimento dos produtos além de fazer parte da Lei nº 11.947/2009 são incluídas nos cuidados propostos pela Divisão de Alimentação Escolar, nas unidades de ensino do município que são repassadas através de treinamentos as diretoras e cozinheiras escolares, que na hora da entrega fazem a conferência de todos os gêneros alimentícios que são recebidos. Nesta etapa exige-se que os produtores também devam ter os cuidados com equipamentos, embalagens, utensílios, entre outros. Na análise deste cuidado foram constatadas 14 citações, que relacionavam cuidados com a embalagem de seus produtos. São agricultores que estão comprometidos neste processo e na preocupação com seus consumidores.

As falas também relacionam o cuidado no apanhar os produtos, “tira na hora para não murchar” (entrevistado 4). Além disso, conforme outro entrevistado, “cuido no preparo, com as embalagens certas, com o local que produz, com o jeito que coloco no carro (entrevistado 11)”.

Há um cuidado eminente, conseguem reconhecer que são fornecedores do local, que em suma apresentam como consumidores, seus filhos, netos, enfim pessoas próximas. Essa relação de proximidade entre produtor x consumidor garante parte da qualidade. Nesse caso, os indivíduos não identificam as verdadeiras propriedades do produto, mas esse mecanismo pauta-se nas relações

de confiança que os cercam. Para Giddens (2002), confiança é um sistema capaz de prever eventos futuros e a consciência, de forma que permita calcular as probabilidades de êxito ou fracasso.

Neste contexto, os fornecedores emblemam-se num caráter de compromisso com o outro, num viés das relações de reciprocidade, que Sabourin (2011), supõe como uma relação que está envolta por sentimento de amizade, de reconhecimento mútuo ou valores étnicos de fidelidade e de respeito entre consumidor e produtores.

São esses sujeitos motivados pelo interesse e reconhecimento do outro, que se empenham e sabem de suas responsabilidades como sujeitos produtores: “em caixas com higiene. Tudo limpo os produtos, o que não quero para mim, não quero para os outros” (entrevistado 8). Neste sentido fica claro o quanto estão envolvidos nesse mercado, e fazem o “[...] possível e impossível para que nada de errado aconteça” (entrevistado 6).

Concernente a este ponto constata-se que há responsabilidade, confiança e reputação presente nas ações desses agricultores, que adotam estratégias para conservar fatores de ordem prática e moral, o que passa a despertar a confiança de seus consumidores, que é um processo social, construído e negociado através das relações estabelecidas entres produtores e consumidores.

Conforme Marsden (2000) essa interação social entre produtor e consumidor permite atribuição de qualidade e a construção de relação de confiança mútua. Neste sentido, produtores e consumidores trocam valores sociais e culturais que conferem significados a suas ações econômicas de forma a valorizar a diversidade alimentar local.

## 2.4 OS INTERESSES CONDUTORES AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Para verificar as ações práticas é necessário conhecer o meio condutor de tal prática. Assim, evidenciou os interesses que conduzem os agricultores a acessarem o PAE. E para os entrevistados os apontamentos foram em “três tipos de coisas: agrega valor, tenho filhos se alimentando de produtos melhores, é renda garantida” (entrevistado 8).

Esse depoimento reflete os principais motivos citados pelos agricultores entrevistados que os conduziram ao interesse em fornecer gêneros alimentícios para a alimentação escolar de Capitão Leônidas Marques. A abertura desse mercado fez com que muitos agricultores começassem a se interessar em produzir para alimentar as crianças das escolas marquesienses, com anseios positivos na relação - alimentação escolar e agricultura familiar, o que corrobora um dos entrevistados: “a compra de nossos produtos é a melhor coisa que criaram na merenda, as crianças agora comem produtos daqui e nós temos onde vender” (entrevistado 8).

Seria ingênuo colocar que o Programa transforma a vida dos agricultores, mas é válido refletir que é um incentivo e abre perspectiva para outros caminhos para crescerem e aumentarem as oportunidades de mercados e com um diferencial: a venda garantida. Todos mencionaram a garantia de venda como ponto forte da relação. Há confiança na comercialização, devido a uma produção com escoamento garantido. “A venda é garantida. Planta já garantido para onde vai” (entrevistado 4).

Essa “garantia” é tratada como um “laço de confiança”<sup>23</sup> entre os agricultores e poder público. Os primeiros produzem e vendem seus produtos já o segundo firma o compromisso de adquirir essa produção através dos chamamentos públicos destinados à agricultura familiar.

Diante dos relatos, os valores monetários instigam os agricultores a se adaptarem, aumentarem e manterem sua produção:

No preço é vantagem. Ainda mais que entrega grande quantidade, então caprichando aumenta a renda (entrevistado 12).

Primeiro porque já é uma venda garantida. Segundo que o preço é bom. No mercado cai muito o preço. Isso tudo motiva mais para que a gente possa entrega (entrevistado 13).

Pelos depoimentos de 17 (89,4%) dos agricultores, uma das coisas que parece implicar em motivações diz respeito aos preços pagos no PAE, esse resultado aponta viabilização de renda. Resultados semelhantes têm sido encontrados em muitos estudos na área, como é o da pesquisa de Formiga e Araújo (2011), que analisa o PAE de São Bentinho (PB), onde os resultados apontaram que

---

<sup>23</sup> Laço de confiança, a autora trata como um elo que não pode ser quebrado .

os agricultores que fornecem gêneros para alimentação escolar consideram os preços bons e que esses contribuem no aumento da renda.

Culmina-se neste ponto, as constatações feitas através de informações da Divisão de Alimentação Escolar, em que os preços pagos estão respeitando os valores vigentes no mercado, estão de acordo com o preconizado pela legislação. Essas constatações enfatizam o motivo pelo qual os agricultores estão satisfeitos com os preços pagos.

Conforme a Lei nº 11.947/2009 os preços estabelecidos deveria considerar os Preços de Referência praticados no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Já nas localidades em que não houvesse definição de preços no âmbito do PAA, os Preços de Referência deveriam ser calculados quando as chamadas públicas fossem de até R\$ 100.000,00 por ano considerando os seguintes itens:

- a. média dos preços pagos aos Agricultores Familiares por 3 (três) mercados varejistas, priorizando a feira do produtor da agricultura familiar, quando houver; ou
- b. preços vigentes de venda para o varejo, apurado junto aos produtores, cooperativas, associações ou agroindústrias familiares em pesquisa no mercado local ou regional.

Já a Resolução 26/2013 traz alteração que a definição dos preços de aquisição dos gêneros alimentícios deverá considerar todos os insumos exigidos na licitação e/ou chamada pública, tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto. Além disso, o preço de aquisição passa a ser definido pela média de preço de no mínimo, três mercados em âmbito local, territorial, estadual ou nacional, nessa ordem, priorizando a feira do produtor da Agricultura Familiar, quando houver.

Como outro motivo citado pelos agricultores entrevistados, relaciona-se o reconhecimento por parte deles, de sua importância e de sua colaboração na produção para a alimentação escolar. Expressam-se confiantes: “me interesse em fornecer, porque estou ajudando o município em sua qualidade com a merenda que as crianças comem” (entrevistado 11). “[...] aluno agora, come caqui de qualidade” (entrevistado 14).

A expressão de cada entrevistado traduz seu envolvimento com um produto que é considerado com “boa qualidade”. Neste sentido, mesmo a qualidade não sendo expressa por um rótulo, ela afere a preocupação com os componentes da



produção e do consumo de seus alimentos, no anseio de que esses possam viabilizar a conquista de benefícios à saúde.

Nesses depoimentos, certifica-se que o mercado proporcionado pela PAE, vem atingido uma aceitação positiva por grande parte dos agricultores familiares, que sentem a necessidade de confiar no processo, acreditar em seu êxito, ter a certeza do elo - plantar e vender, com focos na responsabilidade com seus consumidores.

Com relação à importância de seus alimentos para as crianças em idade escolar, todos os entrevistados responderam positivamente. Para quatro (21,1%) dos agricultores entrevistados o motivo é o fato de que “os alunos estão comendo coisa sem veneno” (entrevistado 7).

Resgatando as discussões anteriormente apresentadas, essas respostas foram dadas pelos produtores que não utilizam adubos químicos e agrotóxicos em alguns de seus produtos. E trazem consigo a defesa que seus produtos são melhores por serem produzidos livres de agrotóxicos, no entanto, percebeu que a lavoura não é isenta de agrotóxicos. Os agricultores familiares enaltecem sua produção porque ela é revestida de cuidados diretos mediados pelos valores que eles possuem.

Neste ponto, cabe destacar a contribuição de Melão (2012), em que a produção orgânica, atende os requisitos das regras sanitárias em todo o processo produtivo. Pena que no caso estudado essa realidade não está presente.

Pois, a produção orgânica possui uma qualidade nutritiva que quando compara aos produtos convencionais pode ter diferenciação, o que é demonstrado por Borguini e Torres (2006), quando se estabelece uma comparação entre os alimentos produzidos pelos métodos orgânico e convencional, encontra-se diferenças na qualidade nutricional do produto mesmo que não se saiba exatamente o grau de diferenciação.

Os termos relacionados à qualidade nutricional dos alimentos e a sua importância ligada à saúde foram destacados por 13 dos entrevistados. Essa preocupação faz parte da Divisão de Alimentação Escolar, da nutricionista e de alguns professores que desenvolvem ações de alimentação e nutrição nas unidades escolares. O objetivo é trabalhar para que os conceitos adquiridos pelos alunos sobre alimentação não permaneça somente em sala de aula, mas que levem os ensinamentos a cerca de hábitos alimentares a toda a comunidade, através de

divulgação de trabalhos em alimentação saudável exposta no comércio local, elaboração de material informativo para que possa ser levado aos familiares, que muitas vezes são os próprios produtores.

O que reforça e esclarece muitos dos conceitos relevantes e educativos que a televisão vem propagando, via de regra estão relacionados à saúde e são abarcados por muitos dos telespectadores. Assim como se percebe entre os entrevistados, que relacionam esses conceitos a seus produtos:

Deve ser importante sim, porque as crianças comendo é outra coisa. Toda a televisão fala da alimentação saudável. E quem come desses alimentos garante que não vai ter muitos dos industrializados, não vai ter necessidade de comprar outros (entrevistado 5).

O depoimento também menciona a substituição de alimentos industrializados, essa ação favorece a incorporação de práticas alimentares saudáveis.

Sim meus doces são importantes, porque antes do doce era pão com margarina, só gordura. O doce caseiro com pão tem vitamina é da fruta mesmo, sem corante e sem conservante. Cuida fruta ao máximo, para não ir na receita fruta que estava estragada (entrevistado 10).

Com certeza os produtos que produzo são importantes. Se o colégio fosse comprar no mercado, não iria ter tanta fruta, mais natural e produzida aqui. Nem vem de fora, é caseiro e muda o gosto, o sabor é diferente não adianta (entrevistado 2).

Anterior ao início do primeiro chamamento público que se deu em 2010, muitos dos gêneros alimentícios que hoje são adquiridos da agricultura familiar local, eram procedentes de fornecedores locais, no entanto, em muitos casos, traziam alimentos de grandes redes, que moldam seus consumidores por sua grande diversidade, mas que indiscutivelmente apresentam “sabor diferenciado”. Provavelmente, é a comparação com esses produtos que justificava a fala de um dos entrevistados “[...] não é igual o do mercado. É feito em casa. Até o gosto muda” (entrevistado 1).

O gosto neste sentido é incorporado por um valor social, justaposto de valores que trazem a identidade de cada ator social. É inegável que o alimento produzido localmente, é imbuído de valores e sabores. Neste processo é que a alimentação escolar aliada à agricultura familiar pode despertar no aluno uma relação de “sabor e

saber”. Para que ao saborear a alimentação escolar, o aluno possa desenvolver o seu saber, tornando-se um multiplicador desse conhecimento para toda a comunidade.

Chamar atenção dos alunos através do sabor e saber é uma das ações de educação alimentar e nutricional que fazem parte também dos Centros de Educação Infantil do município. Em cada novo alimento recebido através dos chamamentos públicos da agricultura familiar, os conceitos desse “novo sabor”, são trabalhados em sala de aula, assim como degustados pelos alunos. A ação proporciona aos alunos o despertar do paladar, para que desde a primeira infância possam conhecer o gosto de cada alimento, principalmente das hortaliças e frutas que acabam sendo rejeitados por grande maioria das crianças, por estar relacionado mais a obrigação do que prazer.



**Fotografia 3 - Ações de educação nutricional em um Centro de Educação Infantil do município - monitora.**  
**Fonte: Pesquisa de campo, 2013.**



**Fotografia 4 - Ações de educação nutricional em um Centro de Educação Infantil do município - alunos.**

**Fonte: Pesquisa de campo, 2013**

Essa prática favoreceu a aceitação dos alimentos pelos alunos, não só nos centros de educação infantil, mas em toda a rede municipal que atribuiu as suas ações a importância de estimular hábitos alimentares saudáveis desde os primeiros anos de vida. Uma vez que a infância é um período especificamente vulnerável do ponto de vista do crescimento e desenvolvimento (DHEEGER et al., 1996).

Desta forma, a alimentação escolar tem um significado importante na constituição dos hábitos alimentares dos alunos (SILVEIRA & LEÃO, 2004). Conforme Paschoa (2005) existe uma associação estabelecendo que o que é oferecido na escola é o correto, sendo assim, os Programas de Alimentação Escolar devem funcionar de forma que seja bem aceita e de ótima qualidade.

A dimensão qualidade vinculada à alimentação escolar pode se direcionar a produção da agricultura familiar que para Maluf (2007), é geradora de alimentos tanto de qualidade como diversificados, além de proporcionar ocupações agrícolas com retornos financeiros positivos.

O aumento da renda pode ir além da venda ao mercado institucional, pois, segundo os agricultores, criam-se outros mercados, já que não só os alunos e pais

começam a comprar esses produtos, mas também toda a comunidade escolar, como os professores, por exemplo:

Aproveito para divulgar o doce de frutas caseiro que as crianças comem na escola, depois todo mundo pede, as funcionárias das escolas acabam comprando os alimentos por me verem nas escolas e as crianças pedem em casa, isso é bom (entrevistado 10).

De acordo com Triches (2010) esse exemplo manifesta um círculo virtuoso, em que ao comprar produtos de agricultores familiares para a alimentação escolar, motiva o consumo de alimentos mais saudáveis e adequados pelos escolares, que refletirá em suas famílias, já que acabam por induzir a consumirem os alimentos produzidos localmente. Ainda segunda a mesma autora, os agricultores familiares são favorecidos no quesito segurança alimentar e nutricional, através do acesso a outros mercados e fontes de renda.

Todos os resultados são motivos consideráveis para a continuidade da prática, no entanto, é necessário considerar nessa conjuntura um cenário mais amplo, em que não se mantenha apenas um vínculo consumidor-produtor mediante o PAE, mas o mantê-lo como um modelo alimentar diferenciado para toda a comunidade. Neste senso,

As formas como os agricultores ou o local se organizam imprime um papel crucial no desenvolvimento de novos mercados. Exige-se organização, que não se refere somente à produção, mas também a sua relação com os outros agricultores, com seus mediadores e com os gestores, num processo contínuo que se ampara em formas de autonomia ou dependência” (TRICHES; SCHNEIDER, 2012, p. 83).

Portanto, o interesse para com esse mercado convergiu para ações de sinergia entre agricultores, poder público e consumidores. Os agricultores familiares passaram a moldar-se frente a esse mercado, relacionando-se com seus mediadores do poder públicos e com outros agricultores. Já o poder público através de um conjunto de estratégias<sup>24</sup> passou a lidar com os desafios econômicos, políticos e sociais, inerente a manutenção desses agricultores na comercialização dos seus produtos ao PAE. Além de experimentar novos alimentos, alguns

---

<sup>24</sup> Estratégias que necessitaram de um trabalho em rede entre Setor de Finanças, Licitação, Compras, Secretaria de Educação e da Agricultura e Meio Ambiente, para entender a determinação estabelecida pela Lei nº 11.947/2009.

consumidores passaram a conhecer seus fornecedores, e outros passaram a consumir o produto trazido de sua própria casa, pois, são filhos ou netos dos produtores fornecedores.

## **2.5 INSERÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

O acesso ao mercado proporcionado pelo PAE está vinculado a situações distintas em cada município. Os agricultores familiares acessam de forma individual, informal ou formal.

No caso de Capitão Leônidas Marques como acessam na forma individual, cada agricultor familiar busca as informações de quando, como e o que fazer para se inserir no PAE.

Os depoimentos a seguir ilustram alguns dos modos de acesso a esse Programa:

Escuto o aviso da rádio, venho na secretaria conversar e escolher os produtos da lista e a nutricionista dá o encaminhamento. Leio a lista de alimentos e vejo o que tenho. Como já participei mais de uma vez, aprendi a me organizar antes, planto já sabendo para onde vai. Já teve uma vez que antes dela fazer a lista eu pedi se não podia incluir a melancia que eu iria tentar plantar para ver se conseguia produzir na época que tivesse aula, ela colocou. Não deu muito certo minha produção no período de aula, mas tem que ir tentando uma hora dá certo (entrevistado 2).

Ah... faço contato com as entidades responsáveis por isso na hora certa, que são no início e meio do ano, isso a primeira vez, depois eles me avisam e também quando escuto na rádio e leio no jornal. Já sei meio o que querem de produtos, então vou me preparando para aquilo. Acho que é isso. Ah... depois assino e começo a entregar, eles da escola assinam os papéis quando recebem também (entrevistado 8).

Eu já planto pensando na venda de maio a setembro, sei que a nutricionista vai me ligar na hora certa, então só levo os documentos ela faz o projeto, os papéis e o resto, daí eu assino pego o cronograma que ela faz e entrego conforme locais, quantidades e as datas que ela coloca (entrevistado 12)

Me informaram no ano anterior, foram atrás de mim no outro ano e eu vim. Como já fabricava para fora, aumentei as vendas com um novo mercado, mas claro que tive que ir me organizando para mudar algumas coisas que se encaixam nesse sistema de mercado, como as normas da vigilância. Adequeei-me e ganhei a liberação da vigilância, trouxe a DAP e agora cada vez de renovar me avisam (entrevistado 18).

Através dos depoimentos é possível verificar a nutricionista como articuladora do processo. Além das atividades que a competem como profissional lotado na Divisão de Alimentação Escolar busca adotar ferramentas que possibilite o bom funcionamento do PAE. Passa a procurar os agricultores e a divulgar o mercado existente, informando-os as normas, realizando um trabalho de esclarecimento e de auxílio para sua organização e posterior acesso aos chamamentos públicos.

Neste aspecto, se reconhece a necessidade de técnicos envolvidos que estabeleçam bom relacionamento entre os agricultores e o poder público. Este, que é favorecido no caso estudado por ser um município pequeno, em que as distâncias de contatos entre as pessoas são encurtadas. Essa situação sustenta argumentos que são favoráveis às comunicações e orientações para a inserção no Programa, como o caso das divulgações de aberturas dos chamamentos públicos.

As divulgações dos editais de chamada pública são realizadas conforme Art. 26 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013:

Art. 26 As EEx. deverão publicar os editais de chamada pública para alimentação escolar em jornal de circulação local e na forma de mural em local público de ampla circulação e divulgar em seu endereço na internet, caso haja. Se necessário, publique-se em jornal de circulação regional, estadual ou nacional, em rádios locais e na Rede Brasil Rural (BRASIL, 2013, p. 13)

Atrelados ao encurtamento de distancia e a garantia de divulgação dos chamamentos públicos remetem aos agricultores a criarem suas estratégias para a busca de informações sobre o funcionamento do Programa e de plantio direcionados para fins dimensionados pela gestão do Programa. Também se desafiam em produzir novos produtos, aumentando a diversidade produtiva que contribui para a diversificação dos sabores provados pelos alunos. Há uma conexão entre poder público e os agricultores. Tem se dado oportunidades aos agricultores para que possam tentar novas estratégias de produção, que pode ser identificado como um caminho para adequação a adaptação ao mercado.

Quando se questiona sobre as dificuldades ou barreiras para viabilizar o fornecimento dos alimentos para o PAE de Capitão Leônidas, 15 (78,9%) agricultores familiares registraram que não apresentaram dificuldades ou barreiras.

Para aqueles agricultores familiares que citam que houve, três (15,8%) apresentaram dificuldades nas condições climáticas, que diminuíram a quantidade produzida. Já para um (5,3%) dos agricultores, a barreira foram às condições financeiras para adequar-se as exigências sanitárias.

Sim houve barreiras porque tinha que fazer lugar próprio. Mas não compensa é muito investimento, é só um pouco que faço, já to velho. Entrei uma vez até que sentia como era, mas não vale a pena, não pode nem ter anila no terreiro [...] a vigilância pediu até pra tira os cachorros do terreiro. Parei! (entrevistado 1).

Mesmo sabendo dos custos para adequar-se as exigências sanitárias, há depoimentos contrários ao anterior, “tem que estar em dia, como já vendia tava tudo em dia. Se a vigilância vai tem que fazer o que querem. É tudo bem organizado, dá tranquilo para entregar sem medo” (entrevistado 10). “Hoje nada que vamos fazer não tem sem a parte burocrática, então é só se adequar” (entrevistado 19).<sup>25</sup>

Isso mostra a visão que cada ator tem do processo, o quanto é válido sua especificidade de modo de agir frente aos obstáculos. Assim, é possível perceber com mais clareza que cada ator formula seu modo de agir frente às diversas situações que lhes são particulares. As estratégias são definidas diferentemente na ação de cada ator social, no entanto estão vinculadas as visões sob as pressões das políticas públicas que condicionam modelos estabelecidos que regem regras e compromissos, neste sentido os agricultores passam a criar e recriar seus modelos de reprodução da família e suas condições de vida.

Para Giddens (2000), os atores sociais possuem habilidades para coordenar seus comportamentos vinculados a ações que não derivam necessariamente de ações intencionais, pois monitoram seu ambiente de ação modificando as estruturas rotineiras. A grosso modo, a estruturação impulsiona as ações de motivação, intencionalidade e racionalidade que são posta frente as dificuldades e barreiras.

Ao questionar como foram superadas as dificuldades e barreiras quando existentes, dois (50%) buscaram mudanças na propriedade, um (25%) teve necessidade de adquirir equipamentos, utensílios e automóveis e um (25%) resolveu

---

<sup>25</sup> Os entrevistados 1, 9 e 19 produzem alimentos semelhantes, neste sentido as exigências da vigilância sanitária são as mesmas.



parar. Não apareceu a busca de assistência técnica e nem necessidade de mudança na organização familiar.

O problema com a entrega dos produtos apareceu em quatro (21,1%) depoimentos. Os apontamentos neste quesito, não foram relacionados a problemas na “qualidade” do produto e sim relacionados à questão climática, que acarretou a falta do produto no dia de entrega conforme estabelecia o cronograma. A forma que foi resolvida tem como base a “negociação com outros produtos, permitiram que eu trocasse por aquilo que produziu mais” <sup>26</sup> (entrevistado 2). O que delimita a fala de outro dos entrevistados, “quando preciso consegue ajeitar” (entrevistado 5).

A ilustração para essas falas estão nos depoimentos:

Às vezes não tive o produto, mas as entidades entenderam. Tive assistência quando precisei e tive também entendimento de todo o grupo que cuida da merenda. Comprei caixas, carro, melhorei a qualidade e troquei o produto (entrevistado 8).

Não teve problema. Uma vez tive problema de saúde tive depender de outros. A Emater dá três a quatro assistência técnica por ano. Solicitei também da agricultura por três anos. Depois que vendo para as escolas minha produção está tranquila. Comprei carro novo para fazer as entregas. Necessito de mão de obra para colher as frutas, mas nunca houve nenhum problema na entrega do produto (entrevistado 12).

Vários depoimentos registram a capacidade de cada ator alcançar os resultados desejáveis. Agem de maneira distinta e, portanto apresentam resultados distintos. É interessante neste ponto compreender como vai se costurando os desejos e os interesses em continuar ou desistir. Quando almejam uma produção que traga resultados satisfatórios buscam assistência técnica agrícola, “a gente sempre procurou acompanhar as exigências do Programa e o produto, vai pede orientação e resolve” (entrevistado 19).

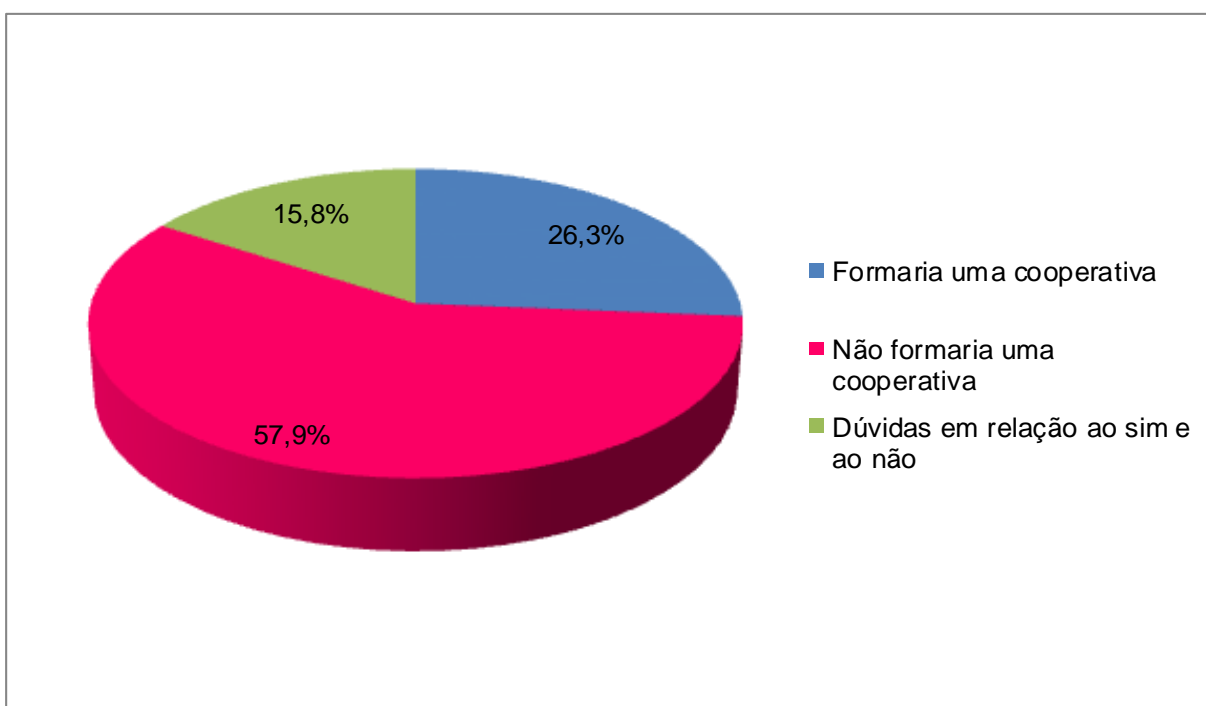
Como agricultores organizados individualmente, eles dependem da produção certa para conseguirem garantir a entrega nas unidades escolares, o que tornaria uma saída a organização em associações e cooperativas. As quais supostamente

---

<sup>26</sup> De acordo com arquivos da Divisão de Alimentação Escolar as trocam seguem normativas legais, construídas de forma a atender o agricultor não aferindo a legalidade estabelecida pelo Programa. Conforme Resolução nº 26/2013 em seu Art 26. §2º, podem ser substituídos quando ocorrer a necessidade, desde que os produtos substitutos constem na mesma chamada pública e sejam correlatos nutricionalmente. Essa necessidade de substituição deverá ser atestada pelo RT, que poderá contar com o respaldo do CAE e com a declaração técnica da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.

gerariam novas relações sociais e econômicas integradas (BONAMIGO, 2002) com práticas conjuntas nos processos de comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar.

No entanto, quando questionado em formar uma cooperativa<sup>27</sup> para fornecer ao PAE, cinco (26,3%) dos agricultores são favoráveis, três (15,8%) ainda apresentam dúvidas em relação à questão e 11 (57,9%) não concordam. O gráfico 10 apresenta os dados.



**Gráfico 10 - Opinião quanto à formação de cooperativa entre os participantes do PAE Capitão Leônidas Marques.**

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Dos entrevistados que responderam sim, percebeu-se que um dos motivos condutores da preferência é o fato de ter apenas um lugar para entregar: “Formaria muita vantagem. Na cooperativa tinha lugar certo não precisa vários pontos” (entrevistado 8).

<sup>27</sup> Torna-se importante destacar, que ao questioná-los somente sobre formação de cooperativas, pode-se ter escondido outras formas organizativas formais, como por exemplo, a participação em associações.

No entanto, no município não possui um ponto de recebimento para os produtos do PAE, desta forma os fornecedores são responsáveis pela entrega nas unidades escolares. Esta situação dificulta a logística, no entanto não foi apontada pelos entrevistados como ponto para não inserção no Programa.

Daqueles que ainda não apresentam uma opinião formada:

Tem vantagens e desvantagens. Na cooperativa não consegue negociar. Se for 100 Kg de algum alimento se não tiver tem quem fornece. O valor é mais baixo na cooperativa, mas no outro tem que entregar nas escolas, só que também consegue negociar mais fácil é direto com a as escolas. É o que acho, tem gente que pensa diferente (entrevistado 5).

Em partes. Sim, porque se me faltar alimentos, assim outro entregaria na cooperativa. Porém, em valores se perde, porque a cooperativa que sai lucrando (entrevistado 3).

Já dos contrários à formação de uma cooperativa, os depoimentos tiveram como justificativa o fato de que há “muitas despesas, preço deles é menor. Ganham muito em cima, já é pouco dai se diminuir valor não sobra” (entrevistado 12).

Outro apontamento foi pelo fato de que:

Cooperativa fica dependendo de diretoria. Fica se incomodando e dependendo deles. E depois um pouco cada entregando isso não adianta. A venda direta sai de casa entrega e recebe” (entrevistado 13).

Neste sentido os depoimentos apontaram como fator positivo de ser cooperados, a logística e a união para entrega de produtos. Já como fator negativo: dificuldade de negociar, valor pago menor, lucratividade concentrada na cooperativa e a burocracia no processo de formalização da diretoria.

Já os apontamentos quanto à vantagem de se inserir de forma individual, foram: a facilidade de negociação, preço bom, venda direta, agilidade no processo de venda e recebimento, além da aprovação do modelo de compra da agricultura familiar para o PAE existente no momento.

O quadro 1, mostra detalhadamente os resultados das falas dos entrevistados sobre as vantagens e desvantagens em participar de cooperativas:

	Vantagens	Desvantagens
Participação em cooperativas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Logística</li> <li>- União para entrega</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade em negociar</li> <li>- Valor pago menor</li> <li>- Lucratividade concentrada na cooperativa</li> <li>- Burocracia no processo de formalização da diretoria</li> </ul>
Não participação em cooperativas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Facilidade de negociação</li> <li>- Preço bom</li> <li>- Venda direta</li> <li>- Agilidade no processo de venda e recebimento do valor dos produtos entregues</li> <li>- Aprovação do modelo existente de compra</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Logística</li> </ul>

**Quadro 1 - Vantagens e desvantagens citadas pelos agricultores entrevistados em relação a participação ou não participação em cooperativas.**  
**Fonte: Pesquisa de campo, 2013**

Esses dados reforçam o resultado da não participação dos entrevistados em cooperativas para fins de comercialização direcionada a programas institucionais.

Os entrevistados demonstram uma concepção de cooperativa como instituição capitalista que lucra com interesses sob os cooperados, esse motivo pode levá-los a uma interpretação errônea do cooperativismo. Os agricultores não identificam as cooperativas e associações como espaços positivos em seus processos organizativos enquanto suporte operacional.

A cooperativa possivelmente traria aos agricultores familiares melhor operacionalização da comercialização de seus produtos e facilidade aos procedimentos de acesso aos mercados institucionais. No entanto, os entrevistados não estão percebendo a falta deste quesito de facilitar as estruturas organizativas locais para os procedimentos necessários a execução do PAE, pois esse papel está sendo realizado pela profissional do poder público municipal - nutricionista.

Para tanto, a não participação em cooperativas não tem dificultado a inserção dos agricultores no PAE do município, pelo resultado encontrado os agricultores organizados individualmente tem conseguido em maioria criar estratégias e atender as demandas do Programa. Ao que parece, para a maioria dos agricultores familiares a preferência é pela autonomia de suas ações, tendendo a submeterem-se individualmente as demandas exigidas pelo mercado e assim permanecer. Para Giddens (1991, p. 45) "as práticas sociais são constantemente examinadas e

reformuladas à luz de informações renovadas sobre estas próprias práticas, alterando assim, constitutivamente seu caráter".

Esse pode ser um resultado da lógica existente que permeia o funcionamento atual do Programa, em que os agricultores acessam de forma individual e não em organizações, sejam por via de cooperativismos, conselhos gestores ou por entidades representativas (Emater e Sindicato dos Trabalhadores Rurais).

A forma pela qual se insere tem dado continuidade a prática e ao mesmo tempo resultado para tal, como pode ser notado pelas entrevistas, pois, do total de entrevistados, 16 (84,2%) agricultores familiares continuam acessando o Programa e pretendem continuar. Os motivos podem ser ilustrados pelos seguintes depoimentos:

Pretendo continuar, porque me adaptei bem e tenho tido retorno com isso (entrevistado 2).

Sim pretendo continuar vendendo pra escolas, o motivo ah... porque tenho um lugar a mais para vender, é fácil e pagam bem. Já conversei com uns conhecidos e aqui é o lugar que pagam mais é o valor correto do mercado (entrevistado 11).

Entre os entrevistados, três (15,8%) deixaram de ser fornecedores e não apresentam a intenção de voltar. Os motivos que justificam essa escolha foram expostos nos depoimentos:

Passei pela seca. Não vou continuar estou em outra atividade agora. Me faltou muita mão de obra (entrevistado 15).

Porque o investimento era grande e não vendia tanto para tirar retorno. Não compensa né! [...] já somos aposentados sozinhos em casa (entrevistado 1).

O tempo não me ajudou no último ano e já estou velho, tenho problema de saúde já não to mais conseguindo plantar (entrevistado 9).

Os apontamentos remetem principalmente à questão de que restaram na propriedade o responsável e a conjugue, que já apresentam ganho fixo da aposentadoria e se encontram em idade avançada, desta forma não identificam a necessidade de uma renda adicional, nem conseguem dar conta da demanda de trabalho para cumprir os acordos para entrega de produtos ao PAE.

Neste ponto, percebe as estratégias da agricultura familiar diante do balanço entre trabalho e consumo para atender as necessidades da família, que neste caso não está condicionada ao capital, não busca apenas o retorno do lucro de seus produtos, mas sim um equilíbrio entre satisfação das necessidades e quantidade de trabalho empregado. O que direciona as constatações de Chayanov (1974), que em sua época observou sobre o comportamento econômico dos camponeses, a existência de um balanço subjetivo entre trabalho e consumo, na qual a relação entre quantidade de trabalho e as satisfações das necessidades das famílias pautam nas escolhas econômicas para garantir a reprodução familiar.

Quando relacionado com os dados apresentados anteriormente percebeu-se que os que desistiram não foram todos os que encontraram barreiras, porque a maioria rompeu barreiras e se apropriou de estratégias para continuar, nesses casos, em geral são casais mais jovens ou que tem filhos na propriedade, o que possibilita maiores condições de trabalho. Apenas um (5,3%) do total de entrevistados, desistiu devido a barreiras em relação a suas estratégias que possivelmente estavam voltadas a atender motivo extrínseco ao PAE, de questão pessoal, como problemas de saúde, idade avançada e mudanças de interesses econômicos.

Os motivos da continuidade ao Programa estão atrelados também à intenção de abertura de novos mercados. Após o acesso no PAE, 12 (63,2%) fornecedores perceberam diferenças em relação aos seus consumidores, pela ampliação deste mercado.

Através deles consigo oferecer. Eles veem os produtos e pedem para trazer na próxima vez que venho as escolas. Começamos a aprender a vender e divulgar. Melhorou a propriedade. Isso motiva os homens a inovar! (entrevistado 3).

No momento de suas entregas nas unidades escolares, aproveitam para aumentar suas vendas. Outros referem à satisfação de ser reconhecimento como fornecedor:

Os alunos ficam contentes. Quando trazia pêssego queriam ir no carro ver. E aproveito para vender para as professoras. Já trago a mais a quantidade, principalmente quando é morango e pêssego, vendo tudo (entrevistado 7).

Percebo as motivações que deixo em quem come, as criança quando me veem falam que: lá vem o homem dá laranja! Que legal amanhã teremos laranja! Eba chegaram as laranjas! (entrevistado12).

Nesse reconhecimento sentem-se atores sociais que produzem e abastecem a comunidade escolar com seus produtos. Esse reconhecimento do agricultor familiar é considerado como chave para o bom andamento do fornecimento de uma alimentação escolar diversificada e de qualidade.

As mudanças na propriedade foram citadas em 15 (78,9%) depoimentos, todos de forma positiva. A melhora no número de culturas ocorreu em 11 casos, a melhora da infraestrutura da propriedade para oito, a melhora da renda familiar apareceu em 10 depoimentos, na forma de produzir em três, a participação social em um, o aproveitamento da produção em um e a melhora em equipamentos teve uma resposta. Os depoimentos ilustram o resultado:

Nós investimos mais em plantas, estufa para resolver o problema do tempo, compramos canos para irrigação e agora então temos o lugar certo (entrevistado 3).

Melhorou a renda. As capacitações todas oferecida eu fiz, o curso de olho na qualidade também, tudo isso ajuda, vai aprendendo. Sabemos cuidar de tudo, por exemplo, antes não plantava fruta para o comércio agora conforme vai aprendendo vai vendendo mais e se aprimorando (entrevistado 10).



**Fotografia 5 - Propriedade de um dos agricultores entrevistados.**  
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.



**Fotografia 6 – Estufas na propriedade de um dos agricultores entrevistados.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.**

E mesmo os que participaram em apenas um processo de credenciamento, referiram que “mesmo não dando tempo de perceber muito, porque participamos pouco, mas a única vez que participamos teve um dinheiro a mais” (entrevistado 1).

As capacitações destinadas aos agricultores familiares foram pontos importantes abordados, pois se constituem fontes de aquisição de conhecimento que evidenciam a dinâmica do saber dos agricultores familiares. Esses cursos a que se referem são ofertados geralmente por órgão público responsável pela extensão rural. São mecanismos incorporadores de saber que criam estratégias para atender as demandas familiares e modificam os afazeres na propriedade rural.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da presente dissertação possibilitou uma articulação entre teoria e prática de forma a contribuir com a pesquisa da realidade regional, visando contribuir com o desenvolvimento em bases sustentáveis. Mais especificamente, permitiu compreender como os agricultores familiares constroem suas estratégias mediante os caminhos de inserção ao Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques, evidenciando nesse processo o funcionamento e as contribuições deste Programa para o município.

Além do mais, o estudo possibilitou despertar um olhar integrador entre os princípios que envolvem a SAN e o PAE, em especial através do que regulamenta o art. 14 da Lei nº 11.947/2009, que obriga a utilização no mínimo de 30% do total dos recursos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.

Os agricultores familiares entrevistados, organizados de forma individual, apesar de enfrentarem intercorrências, mostraram-se capazes de criar estratégias para manterem-se no Programa e suplantar as dificuldades do acesso a este mercado, mesmo sem o artifício de dispositivos coletivos, como cooperativas. Contaram com apoio da gestão do Programa da EE do município para enfrentar as adequações às normas e o processo burocrático que envolve o acesso ao PAE. Adaptaram-se as necessidades da logística de entrega e a organização produtiva de acordo com o proposto pelo funcionamento do Programa.

No entanto, percebeu que as estratégias são tomadas no sentido mais de balizar o surgimento de barreiras e dificuldades, do que contorná-las. Pois, percebeu que em maioria, não foram impedimentos encontrados para a participação dos agricultores no PAE. O potencial de exclusão (desistência) foi praticamente nulo. Os que saíram não desistiram por questões intrínsecas e sim extrínsecas ao PAE, como aconteceu com um dos entrevistados que desistiu de participar por motivos pessoais.

As possibilidades de permanência pelo resultado que se apresentou, são motivações que estão vinculadas como estímulo a ampliação de mercados, pelo qual os agricultores familiares valorizam muito. Isso faz com que muitos permaneçam e desejem continuar no mercado institucional proporcionado pelo PAE.

Constatou-se que as propriedades estudadas foram estruturadas ao longo dos anos que facilita as estratégias de permanência das famílias no meio rural. E a produção voltada para o PAE resulta da produção habitual nas unidades familiares, com ampliação ou adaptações conforme os interesses dos agricultores manifestados na relação com o Programa, como é o caso da agroindustrialização.

O trabalho é desenvolvido basicamente pela mão de obra familiar. A média de pessoas por família trabalhando diretamente na produção para alimentação escolar foi de dois membros por estabelecimento. Percebeu-se a existência da pluriatividade como uma estratégia de renda familiar, que representa um forte fator que mantém a reprodução dessas famílias, as quais sofreram os impactos sobre seu modo de vida pelas transformações na estrutura socioeconômica da agricultura nas últimas décadas.

Analisando a área das unidades familiares, conclui-se que todos os estabelecimentos são considerados como de pequena propriedade rural, porque a média é de 8,6 ha. São agricultores que mantêm particularidades enquanto um formato social que não se define apenas pelas relações com o mercado, porque a relação terra, trabalho e família contem um patrimônio que é material, mas também sociocultural e está presente nas estratégias de inserção desses fornecedores na alimentação escolar, de forma ativa e nas suas tomadas de decisões.

Portanto, esses agricultores familiares criam estratégias no sentido de dinamizar a produção contando com as condições necessárias e disponíveis para desempenhar seu trabalho, como o espaço para plantar e a mão de obra necessária para garantir renda familiar suficiente para sua reprodução. Neste sentido, apresentam-se como atores sociais capazes de se adaptarem as transformações do meio social, com possibilidade de fomentarem sua renda aderindo às políticas e programas públicos, quando julgarem que atendem as suas necessidades e interesses.

Apesar da maior renda das famílias entrevistadas não se apresentar vinculada ao PAE, sua representatividade no rendimento familiar é importante, sendo que para 64% dos entrevistados chega até 10% do ganho anual. Esse percentual tem gerado resultados favoráveis que estimulam os interesses dos agricultores em manterem-se como fornecedores para a alimentação escolar. No entanto, essa não foi a única estratégia para a inserção ao Programa, percebeu que

também a presença de estratégias relacionadas à agregação de outros mercados e a venda garantida.

Os dados permitiram afirmar que a produção dos alimentos, de maneira geral, está sendo suficiente para atender o mercado do PAE estudado. Da mesma forma verifica-se a possibilidade de ampliá-lo, como é o caso da produção de frutas e panificados.

Mas, não basta somente cultivar, produzir ou criar, pois os agricultores precisam se adequar a algumas normas que ainda não estão acostumados, as quais nem sempre são possíveis de serem rapidamente atingidas, como é o caso da produção de carnes e dos derivados da produção animal. A quantidade produzida seria suficiente para atender a alimentação escolar, mas, esses produtos não são comercializados no PAE, devido ao fato de que esses produtos para serem comercializados precisam atender a legislação sanitária, a qual limita as estratégias mercantis.

Se, por um lado, a fiscalização visa garantir a qualidade para o consumidor, por outro, limita a quantidade de alimentos disponibilizados pelos agricultores familiares. Diante deste quadro, pode-se dizer que há um potencial importante de expansão de alimentos disponíveis para o PAE, desde que sejam investidos recursos e capacitações para os agricultores se adequarem as normas.

Já nos casos da produção de panificados e transformados de frutas e da cana de açúcar, por mais que enfrentem barreiras associadas aos limitantes legais relacionados a aspectos sanitários, os agricultores criam estratégias para superá-las e se ajustam as legislações específicas, alegando que nesses casos, as regras são menos burocráticas.

Foram poucos os agricultores entrevistados que produzem commodities, a maioria é de agricultores que preservaram o patrimônio cultural e produzem mais para os pequenos mercados. Usam de estratégias para acessarem um conjunto desses mercados, que se entrelaçam entre: PAE, PAA, direto ao consumidor, supermercados, feiras e intermediários. Nenhum dos entrevistados comercializa seus produtos em apenas um tipo de mercado, demonstrando versatilidade em adequar as demandas dos diferentes consumidores com os produtos que disponibilizam.

A combinação de acesso aos mercados é influenciada pelos diversos graus de modernização, assim como pelo meio social e econômico, cultura local,

condições de trabalho, domínio técnico e o tipo de relação com o mercado (afinidade). A escolha pelo conjunto de mercados justifica-se por ser uma das estratégias utilizadas que os permitem manterem-se de forma relativamente equilibrada no sistema capitalista, controlando os entraves que surgem acoplados aos sobressaltos e contratempos específicos de cada mercado escolhido.

A venda garantida com bons preços, agregação de valor ao seu produto com possibilidade de abertura a outros mercados e o reconhecimento social do agricultor familiar como fornecedor de alimentos de qualidade, foram os interesses que conduziram os entrevistados a acessarem o PAE.

No desenrolar das relações que se estabelecem para efetivar as compras e entregas dos alimentos ao PAE, os agricultores ampliam as vendas porque agentes envolvidos os reconhece como fornecedores de gêneros alimentícios de qualidade e passam a consumir os alimentos, possibilitando o incremento da alimentação tanto das crianças como demais pessoas da comunidade local. Além disso, esse reconhecimento promove uma revalorização dos produtos pelas próprias famílias, que satisfazem parte de suas necessidades de consumo, tanto do ponto de vista de quantidade como de qualidade.

Para tanto, mesmo o estudo não se propondo a uma análise para identificação do sistema orgânico de produção, retratou um possível modelo de agricultura que se aproxima do convencional, com a incorporação de adubos químicos e agrotóxicos em suas produções.

Em relação à qualidade dos alimentos constatou-se que, por mais que se tenha observado que existe a percepção por parte dos entrevistados quanto ao cuidado no uso de agrotóxicos e adubos químicos, eles fazem uso desses produtos em alguns gêneros alimentícios adquiridos da agricultura familiar pelo PAE, aproximando-os das práticas da agricultura convencional. No entanto usam adubação orgânica, optam por não usar insumos químicos em produtos que não “tem necessidade”, entre outros aspectos.

A qualidade se expressou mais como um sentido social, pois cobra-se o cuidado com higiene, equipamentos, transportes, entrega de produtos frescos, entre outros aspectos. Os agricultores familiares respeitam as exigências sanitárias locais e se preocupam em atendê-las. Utilizam-se dessa exigência para criarem estratégias de aceitação e agregação de valor ao seu produto e abrir caminhos a novos mercados.

As estratégias são revestidas pelos valores culturais e sociais, de forma a conferir significados a suas ações econômicas valorizando a sua cultura e diversidade local. Sentem-se valorizados pela comunidade por conta dos alimentos que oferecem, assim conservam laços de confiança entre produtores e consumidores.

Apesar da nutricionista não ter como responsabilidade a articulação direta na efetivação dos projetos nos chamamentos públicos destinados a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar em atendimento a Lei nº11.947/2009, no caso estudado, apresentou-se como “facilitador do processo” tanto de divulgação dos prazos, como de orientação à parte burocrática e na elaboração dos projetos. O que possivelmente tem motivado e facilitado às decisões dos agricultores familiares e o contato direto com o poder público. No tocante, as comunicações são fortalecidas, por ser um município de pequeno porte, que facilita a disseminação de informações.

Para a maioria dos entrevistados não há necessidade de cooperativa para se inserir no PAE. São motivados pelo desejo de continuar como fornecedores individuais devido à facilidade de negociação, garantia de preço, venda direta, agilidade no processo de venda e recebimento, além de aprovação do modelo de compra da agricultura familiar para o PAE.

Neste sentido, os entrevistados criam estratégias para permanecer no jogo, fornecem produtos mais consumidos, tendem a se adequar. No entanto, deve reconhecer que a estrutura do profissional do poder público municipal como suporte aos aspectos burocráticos pode enfraquecer as estratégias organizativas e favorecer a opção de inserção individual. Porém, a relação entre poder público e agricultura familiar fomenta o processo de abertura a novos mercados, no sentido dos agricultores avançarem nos processos organizacionais, pois eles usam desse meio como estratégia de estabelecer um mecanismo de acesso ao PAE e a partir desse usarem como estratégia para abertura de outros mercados. Desta forma, a capacidade de agencia é uma forma de intervir nesse mercado, que institui e desencadeia uma série de ação e neste sentido vão avaliando as ações, para torná-las eficaz.

O município vem ao longo dos anos se adequando ao previsto no art. 14 da Lei nº11.947/2009, e tem aumentado o percentual de compra da agricultura familiar, superando as metas estabelecidas. Esse resultado passa segurança aos agricultores familiares, que a cada ano se munem de novas estratégias para manter-

se nesse mercado, dado que o presente estudo demonstrou ser positivo e com grande possibilidade de continuidade e ampliação.

Tendo em vista que a presente dissertação procurou analisar as estratégias de inserção da agricultura familiar no PAE de Capitão Leônidas Marques, consideram-se como contribuição ao conhecimento científico e social as reflexões sobre como os agricultores se organizam frente aos seus interesses. Compreender as interfaces do mais antigo Programa brasileiro na área alimentação e nutrição possibilitará tomadas decisões em suas formas de execução em âmbito municipal.

Pois bem, é preciso repensar algumas ações realizadas a nível local, principalmente em relação ao pouco incentivo a produção de alimentos isentos de adubos químicos e agrotóxicos. Coloca-se como desafio a tentativa de dar preferência à compra de produtos orgânicos e incentivar sua produção no município.

Os dados servirão como pontos de partida para outras pesquisas que com finalidade de conhecer esse mercado e aumentar a pauta de gêneros alimentícios adquiridos, possibilitando o fomento da rentabilidade dos agricultores familiares fornecedores do PAE e melhoria da alimentação escolar, atendendo aos pressupostos da Segurança Alimentar e Nutricional previsto pelo PNAE.

Assim, este trabalho, mais do que corresponder a busca de questionamentos inicialmente propostos, que por sua vez foram alcançados, gerou o reconhecimento de agricultores familiares participantes do PAE que promovem mudanças e adaptações em seus processos produtivos para acessar e permanecerem no mercado, criando estratégias que não visam apenas o retorno financeiro, mas a satisfação como fornecedores. São atores sociais que demonstraram serem capazes de atender as demandas impostas pelas regras do mercado, criando suas próprias estratégias de permanência no meio rural e reprodução familiar.

Contudo, ainda há muito que se estudar sobre as estratégias dos agricultores familiares, de como se moldam com efetividade ao alcance as perspectivas da SAN, frente à regulamentação da Lei nº11.947/2009. Novas pesquisas nessa perspectiva podem se iniciar na tentativa de suprir aspectos para desvendar as lacunas de alguns questionamentos que se formaram após a finalização do trabalho. São lacunas vinculadas ao anseio de se aprofundar no processo organizativo informal versus o processo organizativo formal como estratégia de inserção e manutenção no mercado.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

\_\_\_\_\_, O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, abril/junho 2000.

ABREU, Mariza. **Alimentação escolar**: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico? Em *Aberto*: Brasília, v.15, n.67, jul/set, 1995.

AMARO, Geovani B.; et. al. Recomendações técnicas para o cultivo de hortaliças em agricultura familiar. Embrapa hortaliças: **Circular Técnico**, v. 47. 16p. Brasília, 2007.

BACCARIN, José Giacomo, et al. **Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: Alcance e Dificuldades para Implantação do Artigo 14 da Lei 11.947/2009 no Estado de São Paulo**. In: 49º Congresso da Sober, 2011, Belo Horizonte.

BALESTRIN, Éliester Lílian B.; CORONA, Hieda Maria P.; PERONDI, Miguel Ângelo; FANIN, Mauricio. Programa de Alimentação Escolar e o novo mercado para agricultura familiar: o caso de Capitão Leônidas Marques (PR). In: II Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas, 2013, Francisco Beltrão/PR. **Anais...** II CONAPE, Francisco Beltrão: Unioeste, 2013.

BANCO MUNDIAL/FAO. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008 – Agricultura para o desenvolvimento**. Banco Mundial: Washington. DC, 2008.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n. 4, p. 119-129, 2001.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan/jun. 2003.

BELIK, Walter; CHAIM, Nuria A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**. v. 22, n. 5, p. 595-607, 2009.

BONAMIGO, Carlos A. **Para mim foi uma escola**: O princípio educativo do trabalho cooperativo. 2.ed. Passo Fundo, Universitária – UPF, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BORGUINI, Renata, G.; TORRES, Elizabeth, A. F. da S. Alimentos Orgânicos: Qualidade Nutritiva e Segurança do Alimento. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, n. 13, v.2, p. 64-75, 2006.

BRANDÃO, Clara T. **Alimentação Alternativa**. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 1995.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos**. 2006. Disponível em <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa> Acesso em: 03 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009: Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16 jun. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm). Acesso em: 18 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Resolução/CD/FNDE Nº 38, De 16 de Julho de 2009: Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16 jul. 2009.

\_\_\_\_\_. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Formação pela Escola** - módulo PNAE. 2 ed. Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2011. 112 p.

\_\_\_\_\_. Resolução CD/FNDE Nº25/2012: Altera a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 04 jul. 2012. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3554-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-25-de-04-de-julho-de-2012>. Acesso em: 30 out. 2013.

\_\_\_\_\_. Resolução CD/FNDE Nº26/2013: Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 17 jun. 2013. Disponível em:



<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4620resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>. Acesso em: 28 jul. 2013.

BURITY, Valéria et al. (Orgs.). **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204 p.

CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES. **História**. Disponível em: [http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br/clm/index.php?option=com\\_content&view=article&id=68&Itemid=53](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br/clm/index.php?option=com_content&view=article&id=68&Itemid=53). Acesso em: 30 dez. 2013.

CARNEIRO, Maria J. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, R. J.; COSTA, L. F. C. (Orgs.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)**. Rio de Janeiro: Edição Antares, 1984.

CHAYANOV, Aguzta. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COIMBRA, Marcos A.; MEIRA, João F. P.; STARLING, Monica B. L. **Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil**. Belo Horizonte: INAE/MEC, 1982.

CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**: Textos de referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Curitiba: Editora Positivo, 2004. 80 p.

CORÁ, Maria. A. J. e BELIK, Walter. (Orgs.). Projeto Nutre SP: **Análise da Inclusão da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar no Estado de São Paulo**. Instituto Via Pública e Ministério do Desenvolvimento Agrário: São Paulo, 2012.

CORONA, Hieda M. P. **A resistência inovadora: a pluriatividade no sudoeste do Paraná**. 1999. Dissertação de mestrado - Programa de Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

\_\_\_\_\_. **A reprodução social da agricultura familiar na Região Metropolitana de Curitiba em suas múltiplas interrelações**. 2005. 316 f. Tese (Mestrado em Meio

Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

DAROLD, Moacir Roberto. **Alimentos orgânicos: um guia para o consumidor consciente**. Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR. 2. ed., 2007. 36 p.

DELGADO, Guilherme C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965 – 1985**. São Paulo: Icone, 1985.

DEHEEGER, et al. Individual patterns of food intake development in children. A 10 months to 8 years of age follow-up study of nutrition and growth. **Physiology & Behavior**. V.59, n.3, p.403-7, 1996.

FORMIGA, Walnara, A. M.; ARAÚJO, Ademario, F. de A. **Análise da implementação da agricultura familiar na merenda escolar de São Bentinho – PB**. 2011. 24 p. Trabalho de conclusão de curso – Curso de especialização em gestão pública municipal, Universidade Aberta do Brasil, 2011.

FROELICH, Elisangela. **A capacidade de “fazer diferente”; os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do Programa de Alimentação Escolar em Dois irmãos e Tapes (RS)**. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Alimentação Escolar**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>. Acesso em: 01 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. **Clientela atendida pelo PNAE**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/pnaeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do>. Acesso em: 13 nov. 2013.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A Produção da Autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, (UFRRJ), v. 15, p. 89-122, 2007.

HAMERSCHIMIDT, Iniberto. **Agricultura orgânica e segurança alimentar**. Disponível em: <http://www.ibd.com.br>. Acesso em: 28 out. 2013.

GIDDENS, Anthony. **Central problems in social theory: action, structure and contradiction**. Berkeley, University of California Press, 1979.

\_\_\_\_\_. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

\_\_\_\_\_. **Dualidade da estrutura: agência e estrutura**. Oeiras: Celta Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUIZZO, Bianca S.; KRZIMINSKI, Clarissa de O.; OLIVEIRA, Dora L. L. C. O *software* QSR Nvivo 2.0 na análise qualitativa de dados: ferramenta para a pesquisa em ciências humanas e de saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. A. 24, n.1, p. 53-60, 2003.

KIYOTA, Norma; GOMES, Marco Affonso O. "Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso no município de Capanema – região sudoeste do Paraná". **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v.1, n. 2, p. 43-54, 1999.

IBGE. **Cidades**. 2012. Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=410460&search=parana%7Ccapitao-leonidas-marques%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acesso em: 02 fev. 2012.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Capitão Leônidas Marques**, 2013.

Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85790>. Acesso em: 28 dez. 2013.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar**. Volume I. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 1993.

\_\_\_\_\_. **Agricultura Familiar: Comparação Internacional - do mito à realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, v.2, 1998.

LEIS, Hector Ricardo. **O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização**. São Paulo, Blumenau: Gaia/Furb, 1996.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el ator**. Mexico: COLSAN/CIESAS, 2007.

LONG, Norman; PLOEG, Jan Douwe Van Der. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D (Ed.). **Rethinking social development: theory, research and practice**. England: Longman, 1994. p. 62-90.

MALINA, Leia L. Chamada Pública: instrumento legal de compras da agricultura familiar para a alimentação escolar. In: CORÁ, M. A. J. e BELIK, W. Projeto Nutre SP: **Análise da Inclusão da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar no Estado de São Paulo**. Instituto Via Pública e Ministério do Desenvolvimento Agrário: São Paulo, 2012.

MALUF, Renato S. O Novo contexto internacional do abastecimento e da segurança alimentar In: BELIK, W.; MALUF, R. **Abastecimento e Segurança Alimentar**. Campinas: Unicamp, 2000.

\_\_\_\_\_. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Orgs.) et al. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p.135-152

\_\_\_\_\_. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARSDEN, Terry. K., BANKS, J; BRISTOW, Gillian. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**. v. 40, n. 4, p. 424–38, 2000.

MARTINS, B. T. **Qualidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar: Alternativas Gerenciais**. São Paulo: USP, 2000.

MATTEI, Lauro. Políticas públicas de combate à fome: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no estado de Santa Catarina. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**. v. 1, n. 1, 2007.

MELÃO, Ivo, B. Produtos sustentáveis na alimentação escolar: o PNAE no Paraná. **Cad. IPARDES**, Curitiba, PR, v.2, n.2, p. 87-105, jul./dez. 2012.

MICHELATO-GUIZZELINE, André, A. O impacto do PAA na diversificação produtiva da agricultura familiar. In: 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais: Desenvolvimento Ruralidades e Ambientalização: paradigmas e atores em conflito, 2012, Belém.

**Anais eletrônicos...** Belém, 2012. Disponível em:

<http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/O%20impacto%20do%20PAA%20na%20diversifica%C3%A7%C3%A3o%20produtiva%20da%20agricultura%20familiar.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MORGAN, Kevin. Greening the Realm: Sustainable Food Chains and the Public Plate. **Regional Studies**, 2007.

MULLER, Laudemir, A. Apresentação. In: CORÁ, M. A. J. e BELIK, W. Projeto Nutre SP: **Análise da Inclusão da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar no Estado de São Paulo**. Instituto Via Pública e Ministério do Desenvolvimento Agrário: São Paulo, 2012.

NAVARRO, Zander S. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, USP, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

PASCHOA, Marta F. Alimentação escolar: Um enfoque em alimentos funcionais. **Revista Nutrição Profissionalizante**, v. 1, n.1, p. 46-51, mai./jun. 2005.

PEIXINHO, Albaneide; BALADAN, Daniel; RIMKUS, Leah; SCHARTZMAN, Flávia; GALANTE, Andrea P. Alimentação escolar no Brasil e Estados Unidos. **O Mundo**

**da Saúde**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 128-136, 2011. Disponível em: <[http://www.saocamillo-sp.br/pdf/mundo\\_saude/84/128-136.pdf](http://www.saocamillo-sp.br/pdf/mundo_saude/84/128-136.pdf)>. Acesso em: 8 junho 2012.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 114-140, maio/ago. 2011.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SABOURIN, Eric. Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. p. 24-5, 2011.

SACCO ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia V.; HIRAI, Wanda G. Agricultura familiar, Desenvolvimento Territorial e Segurança Alimentar: estudo de caso no Estado do Rio Grande do Sul. In: IV Encontro da Economia Gaúcha, 2008, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: PUC/RS, 2008. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/4-encontro-economia-gaucha/trabalhos.htm>. Acesso em: 15 ago. 2012.

SANTOS, Graciela Cristina dos; MONTEIRO, Magali. Sistema Orgânico de Produção de Alimentos. **Alim. Nutr.**, Araraquara, v.15, n.1, p.73-86, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 1999. 470p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal. 1999. (Tese de Doutorado) - Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

\_\_\_\_\_. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas. **REDES**. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Vol. 9, n. 3, p. 75-110, set./dez./ de 2004.

SILVEIRA, Joyce da S.; LEÃO, Thelma Celene S. Análise preliminar do índice de resto-ingestão de pré-escolares em uma creche-escola na cidade de Fortaleza. **Anais...** XII Encontro de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2004. p. 51.

SISAN/PR. **Política e Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Paraná**. Curitiba, 2009. 55 p.

SOUZA, Liliane B. B. Organizações da Agricultura Familiar no Estado de São Paulo e sua Experiência de Fornecimento para o PNAE. In: **Projeto Nutre SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo**, São Paulo: Instituto Via Pública, 2012.

SPINELLI, Maria Angélica dos S.; CANESQUI, Ana Maria. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 – 1995). **Revista de Nutrição**, v. 15, p. 105-117, 2002.

TEIXEIRA, Jodenir C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v. 2, n. 2, set. 2005.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

TRICHES, Rozane Márcia. **Reconectando a Produção ao Consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no Programa de Alimentação Escolar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), 296 p. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

\_\_\_\_\_. **O papel da qualidade dos alimentos na construção de mercados locais: o caso da alimentação escolar**. In: 50º Congresso da Sober, Vitória, 2012.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Desestruturar para construir: interfaces para agricultura familiar acessar o Programa de Alimentação Escolar. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, V. 1, p. 66-106, 2012.

\_\_\_\_\_. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.19, n.4, p.933-945, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto N. da S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TURPIN, Maria E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.16, n.2, p. 20-42, 2009.

VALASCKI, Reynaldo. **Memórias do Município de Capitão Leonidas Marques**. 1. ed. Curitiba: Hucitec, 1992.

VALENTE, Flávio Luiz S. **Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.

WANDERLEY, Maria de N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.21, p. 42-61, out. 2003.

\_\_\_\_\_. A valorização da Agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 2, p. 29-37, jul./dez. 2000. Editora da UFPR, Curitiba, 2000. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/viewFile/22105/14471>. Acesso em: 28 de junho de 2012.



## APÊNDICE A – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA NO MUNICÍPIO



# Município de Capitão Leônidas Marques

ESTADO DO PARANÁ

### TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO

**Título do projeto:** Agricultura Familiar Inserida no Programa de Alimentação Escolar na Perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional

**Pesquisadore(s):** Éliester Lílian Brum Balestrin

**Local da pesquisa:** Capitão Leonidas Marques/Paraná

**Responsável pelo local de realização da pesquisa:** Prefeito Municipal  
Claudiomiro Quadri

A pesquisadora acima identificada está autorizada a realizar a pesquisa e coletar dados, preservando as informações referentes aos sujeitos de pesquisa, divulgando-as exclusivamente para fins científicos apenas anonimamente, respeitando todas as normas da Resolução 196/96 e suas complementares.

Capitão Leônidas Marques, 14 de dezembro de 2012.

Claudiomiro Quadri  
Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques

## APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

### 1 Identificação

Data: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_

Nome do responsável pelo estabelecimento: \_\_\_\_\_

### 2 Condições socioeconômicas

2.1 Quanto tempo a família reside nessa propriedade: ( 1 ) 0 – 5, ( 2 ) 6 – 10, ( 3 ) 11 – 20, ( 4 )+ de 20 anos

2.2 Propriedade própria? ( ) sim ( ) não

#### 2.3 Composição da família

1)Membros/nome	2)Grau parentesco	de	3) Idade	4)Escolaridade	5) Residência	6) Ocupação atual	7) Ocupação anterior
						1 ( ) 2 ( )	1 ( ) 2 ( )
						1 ( ) 2 ( )	1 ( ) 2 ( )
						1 ( ) 2 ( )	1 ( ) 2 ( )
						1 ( ) 2 ( )	1 ( ) 2 ( )
						1 ( ) 2 ( )	1 ( ) 2 ( )
						1 ( ) 2 ( )	1 ( ) 2 ( )
						1 ( ) 2 ( )	1 ( ) 2 ( )
						1 ( ) 2 ( )	1 ( ) 2 ( )
						1 ( ) 2 ( )	1 ( ) 2 ( )

1) Primeiro nome de cada membro da família.

2) 20 (1) Responsável, (2) Cônjuge, (3) Filho, (4) Pais/Sogro, (6) Outros

4) Escolaridade: (1) se está cursando e (2) se não está cursando

(1) sem escolaridade, (2) educação infantil (3) 1 a 4 séries, (4) 5 a 8 séries, (5) ensino médio, (6) Ensino Técnico, (7) ensino superior

5) Residência: (1) no estabelecimento (2) em outra propriedade no meio rural: (1) da comunidade; (2) do município; (3) outros; (3) no meio urbano: (1) do município; (2) outros  
6 e 7) Ocupação: (1) Agricultor; (2) do lar; (3) agroindústria; (4) Estudante; (5) Trabalho assalariado agrícola; (6) Trabalho assalariado não agrícola; (7) aposentado/pensionista, (8) Autônomo, (9) Caseiro.

#### 2.4 Utilização da área

Tipo de uso	Area (ha)
1. Lavoura temporária	
2. Lavoura Permanente	
3. Horta e Pomar domestico	
4. Horta e Pomar comercial	
5. Mata plantada e natural	
7. Lagos, rios e sangas	
8. Pastagem	
9. Outros usos	
Área total	

#### 2.5 Receita entre 2010 e 2012 (em %)

1. Produção agrícola (exceto PNAE e PAA)	
2. Produção pecuária	
3. Derivados da produção vegetal e animal (exceto PNAE e PAA)	
4. Produção para o PNAE	
5. Produção para o PAA	
6. Aposentadorias e pensões	
7. Renda não agrícola	
8. Arrendamento de terras	
9. Aluguel de maquinas	
10. Renda trabalho agrícola fora do estabelecimento	
11. Programas sociais	
12. Outros	

#### 2.6 Participação na vida da comunidade e do município

1. Igreja ( 1)sim ( 2) não
2. Associação agricultores ( 1)sim ( 2) não
3. Clube de mães ( 1)sim ( 2) não
4. ONG's ( 1)sim ( 2) não
5. APM's 1. ( 1)sim ( 2) não

6. Sind. Trab. Rurais ( 1)sim ( 2) não  
 7. Sind. rural ( 1)sim ( 2) não  
 8. Conselhos ( 1)sim ( 2) não  
 9. Cooperativas ( 1)sim ( 2) não

### 3 Processo produtivo

#### 3.1 Produção agropecuária e seus processos produtivos de 2010 a 2012

Culturas/ derivados de hortifrutis e animais	Quantidade colhida/produzida (Kg, maço, ton, litros, etc)			% de perda	Para quem vende?	Adubo químico	Adubo orgânico	Agrotóxicos			Sementes	
	Total	Venda	Consumo					Ins.	Fun	Her	Cert	Prop
1.												
2.												
3.												
4.												
5.												
6.												
7.												
8.												
9.												
10.												
11.												
12.												

Para quem vende:

(1) Cooperativa (2) Supermercado (3)empresas agropecuárias (4) direto ao consumidor (5)feiras (6)intermediários (7) PNAE (8) PAA (9) outros

3.2 Existem diferenças no cuidado e na produção dos alimentos para consumo, para venda e ou para fornecimento no PAE? Quais?

---

---

---

3.2.1 Se sim, isso favoreceu ou facilitou o acesso a esse mercado e agregou valor ao produto?

---

---

3.3 No momento de entrega do produto para o PAE, quais são os cuidados com equipamentos, utensílios, embalagens, entre outros?

---

---

#### **4 Interesse que conduziu ao fornecimento dos alimentos para o PAE**

4.1 Por que se interessa em fornecer gêneros para a alimentação escolar? (melhora da renda familiar, acesso a mais um mercado, garantia da qualidade dos alimentos que os escolares consomem, aproveita sobra de produção, outro)

---

---

---

---

4.2 Considera seus alimentos importantes para as crianças que estão em período escolar? Se sim, qual o motivo?

---

---

---

#### **5 Ações realizadas para o fornecimento dos alimentos para o PAE**

5.1 Como faz para acessar (fornecer seus alimentos) o programa de alimentação escolar?

---

---

---

5.2 Houve dificuldades e/ou barreiras em viabilizar o fornecimento dos alimentos para o PAE? (questões legais de formalização, condições financeiras para adequar-se as exigências sanitárias, burocracia do processo, competição entre agricultores, quantidade do produto, qualidade do produto, logística, falta de cooperação entre os agricultores, falta de uma associação ou cooperativa, falta de assistência técnica, pouco reconhecimento das autoridades, falta de diálogo, falta de produto, baixo valor pago pelos alimentos ou outro).

---

---

---

5.3 Como foram superadas as dificuldades e/ou barreiras em viabilizar o fornecimento dos alimentos para o PAE? (busca de assistência técnica, mudança na propriedade, mudança na organização familiar, necessidade de equipamentos, utensílios e automóveis).

---

---

---

5.4 Já houve algum problema na entrega de seu produto? Qual? Como foi resolvido?

---

---

---

5.5 Você formaria uma cooperativa com outros agricultores para fornecer os alimentos ao programa de alimentação escolar?

---

---

---

## 6 Resultados da inserção no programa

6.1 Em quantos processos de credenciamento participou até o momento?

---

6.2 Quais produtos fornece ou forneceu?

---

6.3 Ainda fornece? sim ( ) não ( )

6.3.1 Se sim, pretende continuar? Qual o motivo?

---

---

6.3.2 Se não, porque parou? Pretende voltar?

---

6.4 Quais as mudanças na propriedade com a inserção da família no programa? (melhora ou piora na área total do estabelecimento, número de culturas, uso de insumos químicos e orgânicos, infraestrutura da propriedade, renda familiar, forma de produzir, participação social, hábitos alimentares).

---

---

---

6.5 Percebeu mudanças em relação aos consumidores? (valorização dos produtos fornecidos) Se sim, quais?

---

---

---

## APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está convidado a participar da pesquisa **Agricultura Familiar Inserida no Programa de Alimentação Escolar na Perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional**, de responsabilidade da pesquisadora **Élister Lílian Brum Balestrin**.

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar as estratégias de inserção de agricultores familiares no Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional. Espera-se que este estudo possa fornecer informações valiosas para possibilitar inovações promissoras no fortalecimento da agricultura familiar propiciando a criação de hábitos e práticas alimentares saudáveis, se necessário tomar novas estratégias para orientar futuras tomadas de decisões e planejamento de ações frente ao Programa de Alimentação Escolar do município em questão.

Para tanto será necessário que realize os seguintes procedimentos: responder a um roteiro de entrevista que deve durar entre 15 a 20 minutos. Nesta entrevista, serão feitas perguntas a respeito de suas condições socioeconômicas, sobre o processo produtivo de sua propriedade, os interesses que o conduziu ao fornecimento dos alimentos para o Programa de Alimentação Escolar, as ações realizadas para o fornecimento desses alimentos e o resultado de sua inserção neste programa.

Durante a execução da pesquisa não há risco previsíveis ao sujeito. Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, terá os direitos de:

1. Receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa antes, durante e após;
2. Retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem que isto acarrete qualquer penalidade e não cause prejuízo ao seu tratamento, nem represálias de qualquer natureza;
3. Não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade, os dados serão somente para fins científicos;
4. A participação na pesquisa é de livre escolha, não sendo necessário pagar ou receber nada para participar.

Caso você tenha dúvidas sobre o comportamento dos pesquisadores ou sobre as mudanças ocorridas na pesquisa que não constam no TCLE, e caso se considera prejudicado (a) na sua dignidade e autonomia, você pode entrar em contato com a pesquisadora Élister Lílian Brum Balestrin no telefone (45) 3286-8400, ou com o programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, ou também pode consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul, pelo telefone (49) 2049-3114.

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, coloque seu nome no local indicado abaixo.

Desde já, agradecemos a sua colaboração e solicitamos a sua assinatura de autorização neste termo, que será também assinado pelo pesquisador responsável em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com a pesquisadora.

Capitão Leônidas Marques, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2013.

Nome do (a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome da pesquisadora: Élister Lílian Brum Balestrin

Assinatura: \_\_\_\_\_



## ANEXO A – MODELO DE PROJETO DA AGRICULTURA FAMILIAR

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR						
Projeto para atendimento ao processo de credenciamento nº						
I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES						
A – Grupo Informal						
1. Nome da Entidade Articuladora: EMATER				2. Cadastro no SIBRATER		
3. Endereço: Avenida Iguaçu, 430				4. Município: Capitão Leonidas Marques		5. CEP: 85790-000
6. CNPJ: 78133824000127			7. E-mail: capitao@emater.pr.gov.br		8. DDD/Fone: 45 3286 1234	
II – FORNECEDORES PARTICIPANTES (APENAS GRUPO INFORMAL)						
	1. Nome	2. CPF	3. DAP	4. Banco e nº da Agência	5. Nº da Conta Corrente	
1						
III – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC						
1. Nome da Entidade: Prefeitura Municipal de Capitão Leonidas Marques				2. CNPJ: 76208834/0001-59		3. Município: Capitão L. Marques
4. Endereço: Avenida Tancredo Neves, 502					5. DDD/Fone: 45 32868400	
6. Nome do representante e e-mail: Ivar Barea					7. CPF: 513.129.999-34	
IV – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS						
De acordo com o art. 2 da Resolução 25 do FNDE/2012, o limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP por ano civil.						
	1. Identificação do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço/Unidade	6. Valor Total
1	Nome:					
	Nº DAP:					
						Total agricultor
V – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO						



## ANEXO B - LISTAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ADQUIRIDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Processo de chamamento público - 2 semestre 2010

Alimentos adquiridos da agricultura familiar

Ordem	Unid.	Discriminação	TOTAL	Valor unit	Valor total
1	Kg	Abobrinha - Frescas, limpas, tamanho médio, com coloração própria e livres de danos mecânicos.	50	0,90	45,00
2	Kg	Açúcar mascavo -Embalagem de 1 kg.	90	4,00	360,00
3	unid.	Alface (350 gr) - Tipo lisa, americana ou crespa, tamanho médio e grande, selecionada.	1500	1,20	1800,00
4	Kg	Batata Doce - Sacolas de 5 kg, produtos isentos de impureza e limpos.	85	0,99	84,15
5	Kg	Beterraba - Tamanho médio, limpa, com coloração própria e fresca .	280	0,80	224,00
6	maço	Brócolis (500 gr) - Tamanho médio, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos e pragas e estar em perfeitas condições de conservação .	200	1,32	264,00
7	Kg	Cenoura - Frescas e limpas, tamanho médio a grande.	471	1,00	471,00
8	Kg	Chuchu -Frescas e limpas, tamanho médio a grande.	166	0,63	104,58
9	Kg	Couve Flor - Tamanho médio, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos e pragas e estar em perfeitas condições de conservação .	100	1,20	120,00
10	Kg	Laranja - Fresca, limpa, tamanho médio, com coloração própria e livres de danos mecânicos.	850	0,80	680,00
11	Kg	Mandioca - Descascada, limpas, cortadas em pedaços médios em torno de 10 a 20 cm. Embalagem de 2 kg	243	1,80	437,40
12	Kg	Melado - embalagem de 1 Kg	56	4,50	252,00
13	Kg	Pepino - Tamanho médio, limpo, fresco, com coloração própria e sem danos mecânicos .	166	0,80	132,80
14	Kg	Pêssego - Fresco, limpo, tamanho médio, com coloração própria e livres de danos mecânicos.	520	2,00	1040,00
15	Kg	Repolho - Tamanho médio, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos e pragas e estar em perfeitas condições de conservação .	850	0,50	425,00
16	Kg	Tomate - Grupo redondo, tamanho médio, grau de amadurecimento médio e coloração própria.	784	1,00	784,00
17	Kg	Uva - Tamanho médio, bem formadas, limpas, frescas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos e pragas e estar em perfeitas condições de entrega.	520	2,00	1040,00
					<b>8263,93</b>

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**  
**DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Processo de chamamento público - 1 semestre 2011

Alimentos adquiridos da agricultura familiar

Ordem	Unid.	Discriminação	TOTAL	v. unit.	v. total
1	Kg	Abobrinha - Frescas, limpas, tamanho médio, com coloração própria e livres de danos mecânicos.	<b>512</b>	1,15	588,80
2	Kg	Açúcar mascavo -Embalagem de 1 kg.	<b>180</b>	4,69	844,20
3	unid.	Alface (350 gr) - Tipo lisa, americana ou crespa, tamanho médio e grande, selecionada.	<b>3000</b>	0,65	1950,00
4	Kg	Batata Doce - Sacolas de 5 kg, produtos isentos de impureza e limpos.	<b>170</b>	1,05	178,50
5	Kg	Beterraba - Tamanho médio, limpa, com coloração própria e fresca .	<b>560</b>	0,80	448,00
6	maço	Brócolis (500 gr) - Tamanho médio, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos e pragas e estar em perfeitas condições de conservação .	<b>200</b>	1,00	200,00
7	Kg	Cenoura - Frescas e limpas, tamanho médio a grande.	<b>934</b>	0,80	747,20
8	Kg	Chuchu -Frescas e limpas, tamanho médio a grande.	<b>332</b>	0,85	282,20
9	Kg	Couve Flor - Tamanho médio, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos e pragas e estar em perfeitas condições de conservação .	<b>200</b>	1,00	200,00
10	Kg	Caqui chocolate - Fresco, limpo, tamanho médio, com coloração própria e livres de danos mecânicos.	<b>840</b>	2,50	2100,00
11	maço	Cheiro Verde (350 gr) - limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos e estar em perfeitas condições de conservação .	<b>138</b>	1,20	165,60
12	Kg	Doce de frutas - embalagens de 1 Kg	<b>56</b>	6,50	364,00
13	Kg	Laranja - Fresca, limpa, tamanho médio, com coloração própria e livres de danos mecânicos.	<b>2180</b>	0,80	1744,00
14	Kg	Mandioca - Descascada, limpas, cortadas em pedaços médios em torno de 10 a 20 cm. Embalagem de 2 kg	<b>505</b>	1,60	808,00
15	Kg	Mamão - Fresca, limpo, tamanho médio, com coloração própria e livres de danos mecânicos.	<b>840</b>	1,30	1092,00
16	Kg	Melado - embalagem de 1 Kg	<b>112</b>	4,50	504,00
17	Kg	Pepino - Tamanho médio, limpo, fresco, com coloração própria e sem danos mecânicos.	<b>166</b>	0,80	132,80
18	Kg	Repolho - Tamanho médio, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos e pragas e estar em perfeitas condições de conservação.	<b>1700</b>	0,50	850,00
19	Kg	Tomate - Grupo redondo, tamanho médio, grau de amadurecimento médio e colaração própria.	<b>1548</b>	1,20	1857,60
					<b>15056,90</b>

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**  
**DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Processo de chamamento público - 2 semestre 2011  
 Alimentos adquiridos da agricultura familiar

Or	Unid.	Discriminação	Quant.	v. unit.	v. total
1	Kg	Acelga - limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos e estar em perfeitas condições de conservação .	<b>800</b>	1,00	800,00
2	Kg	Açúcar mascavo -Embalagem de 1 kg.	<b>80</b>	5,50	440,00
3	unid.	Alface (350 gr) - Tipo lisa, americana ou crespa, tamanho médio e grande, selecionada.	<b>2500</b>	0,90	2250,00
4	Kg	Batata Doce - Sacolas de 5 kg, produtos isentos de impureza e limpos.	<b>170</b>	1,05	178,50
5	maço	Cheiro Verde (350 gr) - limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos e estar em perfeitas condições de conservação .	<b>260</b>	1,50	390,00
6	maço	Couve manteiga - limpa, coloração própria, aspecto fisiologico adequado.	<b>300</b>	1,50	450,00
7	pote	Doce de frutas - embalagens de 850 gr	<b>130</b>	7,50	975,00
8	Kg	Feijão cores tipo 1 - limpo e em perfeita condições de entrega.	<b>150</b>	1,70	255,00
9	Kg	Feijão preto tipo 1 - limpo e em perfeita condições de entrega.	<b>150</b>	1,70	255,00
10	Kg	Figo - Fresco, limpo, tamanho médio, com coloração própria, livres de danos mecânicos e condições de amadurecimento adequado.	<b>200</b>	1,50	300,00
11	Kg	Laranja - Fresca, limpa, tamanho médio, com coloração própria e livres de danos mecânicos.	<b>1160</b>	1,50	1740,00
12	Kg	Mandioca - Descascada, limpas, cortadas em pedaços médios em torno de 10 a 20 cm. Embalagem de 2 kg	<b>505</b>	1,20	606,00
13	Kg	Melado - embalagem de 1 Kg	<b>100</b>	5,50	550,00
14	Kg	Pêssego - Fresco, limpo, tamanho médio, com coloração própria e livres de danos mecânicos.	<b>520</b>	2,20	1144,00
15	Kg	Vagem - limpa, com aspecto fisiológico próprio e estar em perfeitas condições de conservação .	<b>350</b>	2,50	875,00
16	Kg	Uva - Tamanho médio, bem formadas, limpas, frescas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos e pragas e estar em perfeitas condições de entrega .	<b>385</b>	2,80	1078,00
					<b>12286,50</b>

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**  
**DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Processo de chamamento público - 1 semestre 2012

Alimentos adquiridos da agricultura familiar

Or	Unid.	Discriminação	Quant.	v. unit.	v. total
1	Kg	Abobrinha - Frescas, limpas, tamanho médio, com coloração própria e livres de danos mecânicos.	<b>512</b>	1,30	665,60
2	Kg	Acelga - limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos e estar em perfeitas condições de conservação .	<b>800</b>	1,10	880,00
3	Kg	Açúcar mascavo -Embalagem de 1 kg.	<b>67</b>	6,00	402,00
4	unid.	Alface (350 gr) - Tipo lisa, americana ou crespa, tamanho médio e grande, selecionada.	<b>2860</b>	0,90	2574,00
5	Kg	Batata Doce - Sacolas de 5 kg, produtos isentos de impureza e limpos.	<b>164</b>	1,10	180,40
6	Kg	Beterraba - Tamanho médio, limpa, com coloração própria e fresca .	<b>367</b>	0,95	348,65
7	maço	Brócolis (500 gr) - Tamanho médio, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos e pragas e estar em perfeitas condições de conservação .	<b>200</b>	1,20	240,00
8	Kg	Cenoura - Frescas e limpas, tamanho médio a grande.	<b>954</b>	0,95	906,30
9	maço	Cheiro Verde (350 gr) - limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos e estar em perfeitas condições de conservação .	<b>315</b>	1,25	393,75
10	maço	Couve manteiga - limpa, coloração própria, aspecto fisiológico adequado.	<b>300</b>	1,20	360,00
11	Kg	Couve Flor - Tamanho médio, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos e pragas e estar em perfeitas condições de conservação .	<b>61</b>	1,20	73,20
12	Kg	Caqui chocolate - Fresco, limpo, tamanho médio, com coloração própria e livres de danos mecânicos.	<b>1090</b>	2,00	2180,00
13	pote	Doce de frutas - embalagens de 850 gr	<b>132</b>	7,50	990,00
14	Kg	Laranja Perá - Fresca, limpa, tamanho médio, com coloração própria e livres de danos mecânicos.	<b>1655</b>	1,50	2482,50
15	Kg	Mandioca - Descascadas, limpas, cortadas em pedaços médios em torno de 10 a 20 cm. Embalagem de 2 kg	<b>608</b>	1,65	1003,20
16	pote	Melado - embalagem de 1 Kg	<b>106</b>	6,00	636,00
17	Kg	Pokan - Fresca, limpa, tamanho médio, com coloração própria e livres de danos mecânicos.	<b>570</b>	1,00	570,00
18	Kg	Repolho - Tamanho médio, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos e pragas e estar em perfeitas condições de conservação .	<b>1397</b>	0,65	908,05
19	Kg	Tomate - Grupo redondo, tamanho médio, grau de amadurecimento médio e coloração própria.	<b>1478</b>	1,75	2586,50
20	Kg	Vagem - limpa, com aspecto fisiológico próprio e estar em perfeitas condições de conservação .	<b>310</b>	2,00	620,00
					<b>19000,15</b>

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**  
**DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Processo de chamamento público - 2º semestre 2012

Alimentos adquiridos da agricultura familiar

Item	Quant.	Unid.	Discriminação	R\$ Unit.	R\$ Total
1	116	Kg	Abobrinha fresca, limpa, tamanho médio, coloração própria, livre de danos mecânicos	1,40	162,40
2	69	Kg	Açúcar Mascavo	7,00	483,00
3	672	Unid	Alface (350 gr) - Tipo lisa, americana ou crespa, tamanho médio a grande, selecionada.	1,10	739,20
4	504	Unid	Almeirão – Tam. Médio e Gde selecionado (350g)	1,10	554,40
5	144	Kg	Batata Doce - Sacolas de 5 kg, produtos isentos de impureza e limpos.	1,40	201,60
6	204	Kg	Bolacha caseira de 1ª qualidade, embalada c/ data de fabricação e validade, informações nutricionais, estabelecimento com liberação da vigilância sanitária	7,70	1.570,80
7	180	Kg	Cenoura fresca, limpa, tamanho médio a grande	1,30	234,00
8	315	Maço	Cheiro Verde (350 gr) - limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos em perfeitas condições de conservação .	1,80	567,00
9	180	Kg	Couve Flor, média, bem formada, limpa, livre de danos mecânicos e fisiológicos em bom estado de conservação	1,70	306,00
10	160	Maço	Couve Manteiga, limpa, coloração própria, aspecto fisiológico adequado (350g)	1,00	160,00
11	77	Kg	Cuca de 1ª qualidade, embalada c/ data de fabricação e validade, informações nutricionais, estabelecimento com liberação da vigilância sanitária	6,90	531,30
12	110	Pote	Doce de frutas – Embalagem 850g, embalada c/ data de fabricação e validade, informações nutricionais, estabelecimento com liberação da vigilância sanitária	8,10	891,00
13	1200	Kg	Laranja lima - Fresca, limpa, tamanho médio, com coloração própria e livres de danos mecânicos	1,50	1.800,00
14	246	Kg	Macarrão 1ª qualidade - embalada c/ data de fabricação e validade, informações nutricionais, estabelecimento com liberação da vigilância sanitária	8,80	2.164,80
15	278	Kg	Mandioca - Descascada, limpas, cortadas em pedaços médios em torno de 10 a 20 cm. Embalagem de 2 kg	1,85	514,30
16	88	Pote	Melado – embalagem de 1kg	7,50	660,00
17	193	Kg	Melão limpo em perfeita condição de amadurecimento sem danos mecânicos	2,30	443,90
18	464	Kg	Morango, fresco limpo, tam. Médio, coloração própria, livre de danos mecânicos e condições de amadurecimento adequado.	8,50	3.944,00
19	620	Kg	Pêssego, fresco, limpo, TAM. Médio, c/ coloração própria e livre de danos mecânicos.	3,00	1.860,00
20	168	Maço	Rúcula, tam. médio a grande (350g), selecionada	1,40	235,20
21	293	Kg	Tangerina, fresca, limpa, tam. médio, c/ coloração própria e livre de danos mecânicos.	1,00	293,00
22	405	Kg	Uva (Vênus), tam. médio, bem formada, limpa, fresca, c/ coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos e pragas, em perfeitas condições na entrega.	3,20	1.296,00
					19.611,90

**ANEXO C – PROJETO AO COMITE DE ÉTICA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL - UFFS

**COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** AGRICULTURA FAMILIAR INSERIDA NO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL  
**Pesquisador:** Élister Lílian Brum Balestrin  
**Versão:** 3  
**CAAE:** 14418513.0.0000.5564  
**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS

**DADOS DO COMPROVANTE**

**Número do Comprovante:** 015154/2013  
**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio